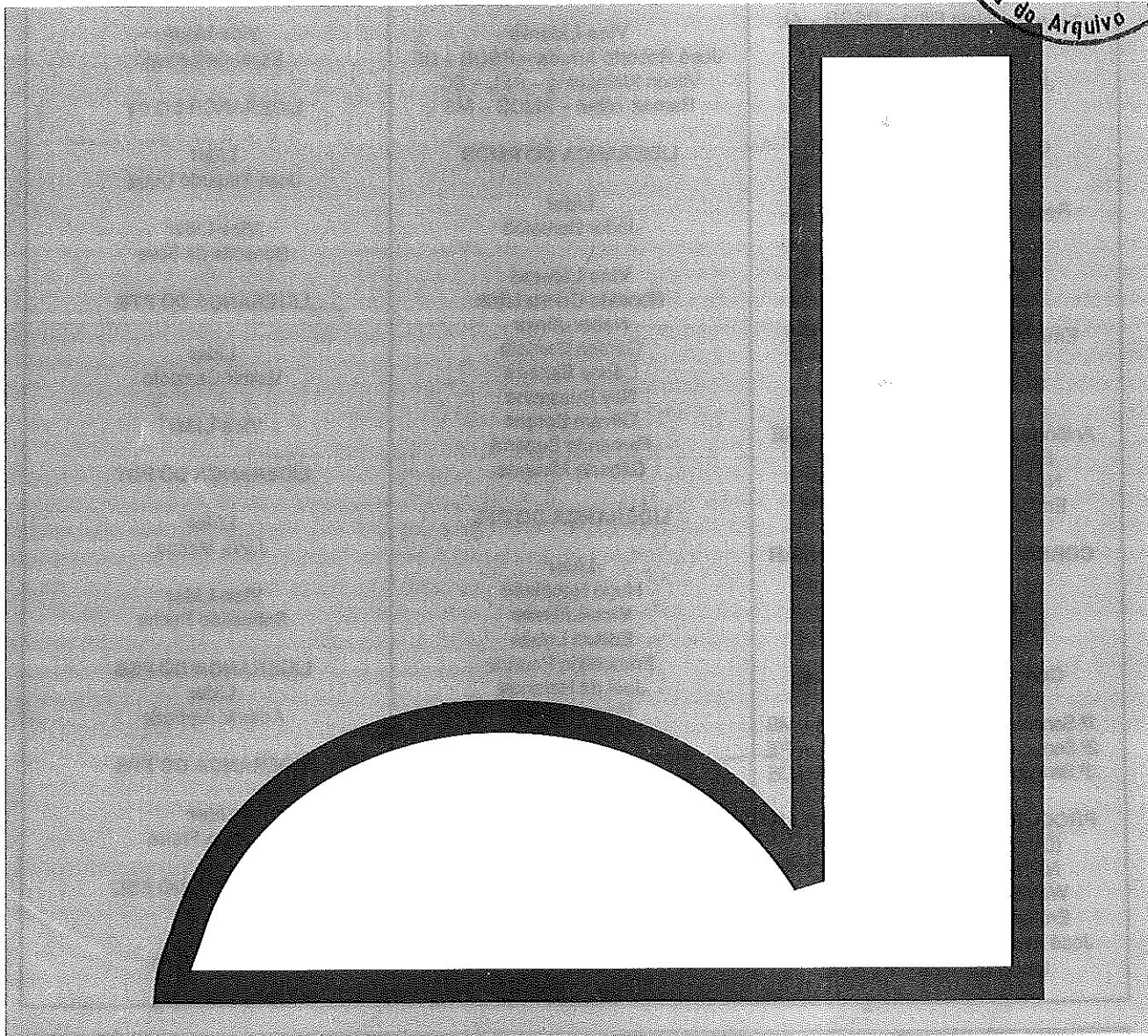




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LI - N° 190

SÁBADO, 12 DE OUTUBRO DE 1996

BRASÍLIA - DF

<p>MESA Presidente José Samey – PMDB – AP</p> <p>1º Vice-Presidente Teotonio Vilela Filho – PSDB – AL</p> <p>2º Vice-Presidente Júlio Campos – PFL – MT</p> <p>1º Secretário Odacir Soares – PFL – RO</p> <p>2º Secretário Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p>3º Secretário Levy Dias – PPB – MS</p> <p>4º Secretário Ermandes Amorim – PMDB – RO</p> <p>Suplentes de Secretário</p> <p>Antônio Carlos Valadares – PSB – SE Eduardo Suplicy – PT – SP Ney Suassuna – PMDB – PB Emilia Fernandes – PTB – RS</p>	<p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder Elio Alvares – PFL – ES</p> <p>Vice-Líderes José Roberto Arruda – PSDB – DF Wilson Kleinübing – PFL – SC Ramez Tebet – PMDB – MS</p>	<p>LIDERANÇA DO PPB</p> <p>Líder Epitacio Cafeteira</p> <p>Vice-Líder Esperidião Amin</p>
	<p>LIDERANÇA DO PMDB</p> <p>Líder Jáder Barbalho</p> <p>Vice-Líderes Ronaldo Cunha Lima Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Gilvam Borges Fernando Bezerra Gilberto Miranda</p>	<p>LIDERANÇA DO PT</p> <p>Líder José Eduardo Dutra</p> <p>Vice-Líder Benedita da Silva</p>
	<p>LIDERANÇA DO PFL</p> <p>Líder Hugo Napoleão</p> <p>Vice-Líderes Edison Lobão</p> <p>Francelino Peralta Joel de Holanda Romero Jucá</p>	<p>LIDERANÇA DO PTB</p> <p>Líder Valmir Campelo</p> <p>Vice-Líder</p>
	<p>LIDERANÇA DO PSB</p> <p>Líder Sérgio Machado</p> <p>Vice-Líderes Geraldo Melo</p> <p>José Ignácio Ferreira Lúdio Coelho</p>	<p>LIDERANÇA DO PDT</p> <p>Líder Júnia Marise</p> <p>Vice-Líder Sebastião Rocha</p>
	<p>LIDERANÇA DO PSDB</p> <p>Líder Romeu Tuma – PSL – SP</p>	<p>LIDERANÇA DO PSB</p> <p>Líder Ademir Andrade</p>
	<p>LIDERANÇA DO PPS</p> <p>Líder Roberto Freire</p>	<p>LIDERANÇA DO PSL</p> <p>Líder Romeu Tuma</p>
	<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR (Designação: 16 e 23-11-95)</p> <p>Nabor Júnior – PMDB – AC Waldeck Omelas – PFL – BA Emilia Fernandes – PTB – RS José Ignácio Ferreira – PSDB – ES Lauro Campos – PT – DF</p>	<p>EXPEDIENTE</p>
	<p>AGACIEL DA SILVA MAIA Diretor-Geral do Senado Federal</p>	<p>DIÁRIO DO SENADO FEDERAL</p>
	<p>CLAUDIONOR MOURA NUNES Diretor Executivo do Cegraf</p>	<p>Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, nº 31 RISF)</p>
	<p>JÚLIO WERNER PEDROSA Diretor Industrial do Cegraf</p>	

<p>AGACIEL DA SILVA MAIA Diretor-Geral do Senado Federal</p>	<p>RAIMUNDO CARREIRO SILVA Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p>	<p>DIÁRIO DO SENADO FEDERAL</p>
<p>CLAUDIONOR MOURA NUNES Diretor Executivo do Cegraf</p>	<p>MANOEL MENDES ROCHA Diretor da Subsecretaria de Ata</p>	<p>Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, nº 31 RISF)</p>
<p>JÚLIO WERNER PEDROSA Diretor Industrial do Cegraf</p>	<p>DENISE ORTEGA DE BAERE Diretora da Subsecretaria de Telegrafia</p>	

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 167ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 11 DE OUTUBRO DE 1996

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Requerimento

Nº 971, de 1996, de autoria do Senador Lucio Alcântara, solicitando que seja dispensado o parecer da Comissão de Assuntos Sociais, cujo prazo para seu proferimento encontra-se esgotado, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 320, de 1995, de sua autoria, que isenta de pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos as pessoas que doarem sangue.....

1.2.2 – Comunicação da Presidência

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.494-12, em 8 de outubro de 1996 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre a alocação em depósitos especiais, remunerados, de recursos das disponibilidades financeiras do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.

1.2.3 – Discursos do Expediente

SENADOR FRANCELINO PEREIRA – Comentários sobre o Projeto de Lei do Senado nº 270/95, de autoria dos Senadores Edison Lobão e Pedro Simon, que dispõe sobre a destinação de recursos orçamentários para custeio das campanhas eleitorais, o qual será relatado por S. Ex.^a

SENADOR EPITACIO CAFETEIRA – Parabenizando a iniciativa do Tribunal Superior Eleitoral pela implantação do voto eletrônico, importante instrumento impeditivo às fraudes. Sugestões ao referido Tribunal, no sentido de aperfeiçoar os títulos eleitorais.

SENADOR GILVAN BORGES – Comunicando a presença, ontem, do Presidente da Eletronorte no gabinete de S.Ex.^a, para tratar do problema de energia elétrica no Estado do Amapá e discutir a questão da instalação da terceira máquina da Hidroelétrica de Coaraci Nunes, Macapá II e a possível extensão da "Rede Elétrica do Paredão".

SENADOR VALMIR CAMPELO – Abuso no reajuste das mensalidades dos planos de saúde.....

SENADOR BERNARDO CABRAL – Recebimento de expediente endereçado pelo Presidente do SKAL Clube de Manaus, entidade que congrega executivos de todos os segmentos da Indústria do turismo, solicitando esforços junto ao Ministro da Indústria e Comércio e Turismo, e junto a Embratur, no sentido da colaboração para a realização do Congresso de Turismo a ser pro-

movido pela entidade, no próximo ano, na Cidade do Rio de Janeiro.....

16883

SENADORA MARINA SILVA – Registrando a votação expressiva do Partido dos Trabalhadores nas eleições municipais. Referências à eleição do seringueiro Júlio Barbosa, no Município de Xapuri – AC. Exaltando as atividades exercidas durante a administração do prefeito de Rio Branco – AC, Sr. Jorge Viana. Denunciando abuso do poder econômico nas eleições municipais do Estado do Acre, com aliança entre o Governador do Estado, Sr. Orleir Cameli, e o PMDB.....

16885

SENADORA EMÍLIA FERNANDES – Grave situação do setor primário e a consequente revolta da classe dos produtores agrícolas. Matérias publicadas pela imprensa hoje, referentes a tal fato. Apelo ao Ministro da Agricultura, Senador Arlindo Porto, no sentido de que se desburocratize a obtenção do crédito rural.

16888

SENADOR CARLOS PATROCÍNIO – Crescente agravamento das questões sociais, especialmente da violência no País e no mundo, e da marginalização de milhares de crianças. Estudo realizado por sociólogos e antropólogos da Universidade de Brasília – UnB, denominado "O Desmantelamento do Estado do Brasil", que aborda a situação dos imigrantes no Distrito Federal. Criação, pelo Governador Siqueira Campos, do programa "Pioneiros Mirins", que visa garantir a freqüência à escola e, paralelamente, satisfazer algumas das necessidades mais prementes da Infância.

16890

SENADOR LÚDIO COELHO – Críticas do Presidente da República, ontem, à demora do Banco do Brasil na liberação de financiamento aos produtores rurais, e conclamando os partidos políticos a evitarem a politização da reforma agrária. Importância de maior objetividade governamental no tratamento da reforma agrária.....

16892

SENADOR NABOR JÚNIOR – Considerações sobre o pronunciamento da Sr.^a Marina Silva, proferido na manhã de hoje. Refutando acusações de S. Ex.^a do abuso de poder econômico pelo PMDB nas eleições municipais do último dia 3 de outubro no Estado do Acre. Desempenho auspicioso do PMDB no Acre.....

16896

SENADOR ROMERO JUCÁ – Necessidade de melhor aparelhamento da Justiça Eleitoral para promover a fiscalização e dirimir as questões concorrentes ao processo eleitoral. Preocupações de S. Ex.^a com a forma pela qual o Governo Federal está abordando a política indigenista no País. Situação tensa provocada pela ocupação indígena da mina de Pitinga. Apelo à Mesa da Câmara dos Deputados em favor de celeridade na tramitação

de projeto de lei de sua autoria, que regulamenta a exploração mineral nas reservas indígenas. Presença do Ministro da Justiça, hoje, no Estado de Roraima, juntamente com outras autoridades governamentais, com o fim de avaliar a questão da proposta de demarcação da área contínua de Raposo-Serra do Sol, no Estado de Roraima.....

SENADOR ROBERTO REQUIÃO – Carta recebida dos produtores de trigo da região sudeste paranaense, relatando suas dificuldades na comercialização da safra deste ano. Saudando o lançamento do jornal **Se7e Dias da Semana**, destacando a brilhante entrevista com o ex-Senador e ex-Ministro do STF, Sr. Paulo Brossard.

1.2.4 – Ofícios

Nºs 912 a 933, de 1996, da Liderança do Bloco PPB/PL na Câmara dos Deputados, de substituição de membros nas Comissões Mistas Especiais, destinadas a apreciar as Medidas Provisórias nºs 1.463-5, 1.464-13, 1.465-7, 1.466-5, 1.467-5, 1.468-11, 1.469-10, 1.470-11, 1.471-24, 1.472-29, 1.473-23, 1.474-27, 1.475-19, 1.476-15, 1.477-28, 1.478-16, 1.479-20, 1.480-22, 1.481-41, 1.482-28, 1.484-25 e 1.512-2, de 1996, respectivamente.

Nº 722, de 1996, da Liderança do Bloco PMDB/PSD/PSL/PSC, na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nºs 199 a 205, de 1996, da Liderança do PT no Senado Federal, de substituição de membros nas Comissões Mistas Especiais, destinadas a apreciar as Medidas Provisórias nºs 1.465-7, 1.471-24, 1.480-22, 1.474-27, 1.477-28, 1.484-25, 1.468-11, respectivamente.

Nºs 619 a 622, de 1996, da Liderança do PMDB no Senado Federal, de substituição de membros nas Comissões de Assuntos Sociais, de Assuntos Econômicos, de Constituição, Justiça e Cidadania e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, respectivamente.

Nº 625/96, da Liderança do PMDB no Senado Federal, referente à indicação do Senador Silva Júnior, como membro suplente, em substituição ao Senador Ronaldo Cunha Lima, na Comissão Temporária de Políticas para o Desenvolvimento do Nordeste, criada através do Requerimento nº 367, de 1996.

1.2.5 – Comunicações da Presidência

Designação do Senador Silva Júnior para integrar, pela Bancada do PMDB, as Comissões de Assuntos Sociais, de Assuntos Econômicos, de Constituição, Justiça e Cidadania e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em substituição ao Senador Ronaldo Cunha Lima, nos termos dos Ofícios nºs 619 a 622, de 1996.

Designação do Senador Silva Júnior para integrar, pela Bancada do PMDB, a Comissão

16900	Temporária criada através do Requerimento nº 367, de 1996.....	16912
	Prejudicialdade do Diversos nº 64, de 1996. Ao arquivo.....	16912
	Recebimento de expediente do Secretário de Estado da Fazenda de Santa Catarina, prestando informações sobre o Ofício nº S/89, de 1996, do Banco Central do Brasil, relativo a pedido de emissão de Letras Financeiras daquele Estado.	16912
	1.2.6 – Discursos encaminhados à publicação	
16902	SENADOR ODACIR SOARES – Projeto agroindustrial da empresa FRUIT-RON – Indústria, Comércio e Transformação de Frutas de Rondônia..	16912
	SENADOR PEDRO SIMON – Decepção da população com o arquivamento da "CPI dos Corruptores" e da "CPI dos Bancos", e com o desempenho da classe política brasileira, especialmente, dos membros do Congresso Nacional. Confiança popular no papel desempenhado pela imprensa nacional. Nota do jornalista de O Globo e da Rede Globo de Televisão, Sr. Ricardo Boechat, sobre a alienação autorizada pelo BNDES de ações da Escelsa, pertencentes à Eletrobrás, pela metade do valor estipulado no leilão de privatização ocorrido em 1995.	16915
16907	1.3 – ENCERRAMENTO	
16910	2 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SÉSÃO ANTERIOR	
	Do Senador Humberto Lucena, proferido na sessão de 8-10-96 (República).	16916
16910	3 – ATA DE COMISSÃO	
	15ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 10 de outubro de 1996.	16917
16911	4 – ATO DO PRIMEIRO SECRETÁRIO	
	Nº 16, de 1996.	16924
	5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL	
	Nºs 1.179 a 1.181, de 1996.	16925
16911	6 – ATO DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DO PRODASEN	
	Nº 2, de 1996.	16927
	7 – ATOS DO DIRETOR EXECUTIVO DO PRODASEN	
	Nºs 93 a 103, de 1996.	16932
16912	8 – MESA DIRETORA	
	9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR	
	10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR	
	11 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS	
	12 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
	13 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
	14 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)	

Ata da 167ª Sessão Não Deliberativa em 11 de outubro de 1996

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura
Presidência dos Srs.: Valmir Campelo e Gilvam Borges
(Inicia-se a sessão às 9 horas)

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 971, DE 1996

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 119, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja dispensado o parecer da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), cujo prazo para seu proferimento se encontra esgotado, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 320, de 1995, de minha autoria, que "Isenta de Pagamento de Taxa de Inscrição em Concursos Públicos as Pessoas que Doarem Sangue".

Sala das Sessões, 11 de outubro de 1996. –
Senador Lúcio Alcântara.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do disposto no art. 255, inciso II, alínea c, item 5, do Regimento Interno da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.494-12, adotada em 8 de outubro de 1996 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre a alocação, em depósitos especiais, remunerados, de recursos das disponibilidades financeiras do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
Jáder Barbalho	PMDB
Romero Jucá Joel de Hollanda	PFL

Lúcio Alcântara	PSDB	Lúdio Coelho
Darcy Ribeiro	PDT	Sebastião Rocha
Eduardo Suplicy	PT	Benedita da Silva

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
Bloco (PFL/PTB)	
Osmir Lima	Paulo Bornhausen
Carlos Melles	Costa Ferreira
Bloco (PMDB/PSD/PSL/PSC)	
Sandro Mabel	Homero Oguido
Edson Queiroz	Bloco (PPB/PL)
Antonio Balhmann	Arnaldo Faria de Sá
Fernando Gabeira	PSDB
Bosco França	Cipriano Correia
PV	
PMN	Gilney Viana (cessão)

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

– Dia 11-10-96 - designação da Comissão Mista
– Dia 14-10-96 - instalação da Comissão Mista

Até 14-10-96 - prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 23-10-96 - prazo final da Comissão Mista
Até 7-11-96 - prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra à nobre Senadora Marina Silva. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Romero Jucá. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL-MG). – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, acabamos de participar de uma eleição em que as dificul-

dades financeiras de uns candidatos e o excesso de dinheiro de outros acabaram por, em muitos casos, deformar e confundir a vontade popular.

Representando nesta Casa um Estado, Minas Gerais, com 853 municípios, os quais conheço de perto, em decorrência de minha longa e intensa vida pública, com muitas campanhas eleitorais no passado e no presente, pude sentir de perto a angústia de nossos correligionários, minguados de recursos indispensáveis para levar ao eleitor sua palavra e seu compromisso.

Não cabe aqui enumerar fatos e circunstâncias que exemplificam de modo contundente a distorção da vontade popular, muitas vezes em decorrência da utilização perversa do poder econômico.

Devemos olhar para a frente e buscar soluções e alternativas que permitam aos candidatos e aos eleitores uma participação limpa e democrática nos próximos pleitos.

É nessa direção que se encontra o Projeto de Lei do Senado nº 270, de 1995, de autoria dos nobres Senadores Edison Lobão e Pedro Simon, que dispõe sobre a destinação de recursos orçamentários para o custeio das campanhas eleitorais.

Com este projeto, o qual teremos a honra de relatar, nos aproximamos das democracias representativas do Primeiro Mundo, que custeiam as campanhas eleitorais com recursos da própria sociedade, uma forma justa e cristalina de assegurar a participação de todos os cidadãos no processo de escolha de seus representantes.

Como bem salientam os autores do projeto, o financiamento público direto dos nossos partidos políticos é uma prática que vem ganhando cada vez mais adesões entre os países desenvolvidos, especialmente da Europa.

Os países nórdicos - Suécia, Finlândia, Noruega e Dinamarca - utilizam um sistema de subvenção estatal aos partidos políticos, de acordo com a força eleitoral de cada um.

Tais recursos se destinam tanto ao financiamento das campanhas eleitorais como às atividades ordinárias desenvolvidas pelos partidos políticos.

Na Alemanha, o sistema de financiamento público dos partidos e das campanhas eleitorais introduz uma restituição parcial das despesas. As doações de recursos financeiros são permitidas, desde que não sejam originárias de fundações públicas ou associações de interesse público.

Na França, as campanhas eleitorais para a Presidência da República e a Assembléia Nacional, assim como as atividades de rotina dos partidos políticos, são financiadas com recursos públicos.

O objetivo da legislação francesa, aprovada em março de 1988, é evitar que os recursos de origem privada sejam determinantes para a eleição de qualquer candidato.

Já a legislação norte-americana estabelece limites para doações aos candidatos, tanto por pessoas físicas como por empresas, tornando obrigatória a publicidade dos valores recebidos, desde que ultrapassem US\$100.

O candidato presidencial nos Estados Unidos pode optar pelo financiamento público desde que obtenha 5% dos votos válidos e renuncie a qualquer financiamento privado em sua campanha.

Outros países possuem legislações específicas sobre a matéria, todas com a preocupação central de evitar que a ação permicosa do poder econômica possa distorcer e deformar o processo eleitoral.

O projeto a que ora nos referimos, regulamenta o disposto no inciso IV do art. 38 da Lei Orgânica dos Partidos Políticos - Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 - destinando ao Fundo Partidário R\$5 por eleitor alistado.

Além disso, dispõe sobre o rateio dos recursos pelos partidos políticos, sobre o custeio das campanhas políticas e a prestação de contas dos recursos obtidos.

Estabelece também que o Poder Público deverá ampliar, paulatinamente, sua participação no financiamento das campanhas políticas, de modo que dentro de dez anos apenas 20% desses recursos sejam provenientes de dotações de particulares ou de recursos próprios dos candidatos.

Relataremos favoravelmente o projeto, com apenas duas alterações: a primeira, para estabelecer que a dotação de R\$5 será concedida por eleitor alistado pela Justiça Eleitoral em 31 de dezembro do exercício financeiro anterior ao da vigência da dotação orçamentária, e não em 31 de dezembro do ano anterior ao da realização das eleições, conforme consta do projeto.

A alteração tem por objetivo permitir uma atualização anual dos valores transferidos aos partidos, pois considera o número de eleitores alistados a cada ano, e não de 4 em 4 anos, de acordo com a frequência dos pleitos.

A segunda mudança estabelece que os recursos transferidos deverão atender a todas as despesas partidárias discriminadas no art. 44 da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, e não apenas às despesas com o alistamento eleitoral.

Embora o alistamento eleitoral seja um dos pontos mais relevantes da atividade partidária, pois

se destina a dar condições de voto a milhões de brasileiros, especialmente os jovens, há outros aspectos significativos da vida dos partidos que exigem recursos para sua viabilização.

Os partidos desenvolvem propaganda doutrinária e política; criam e sustentam entidades destinadas à pesquisa e à educação política e mantêm sedes e serviços com pessoal contratado para o exercício de suas atividades rotineiras.

Sr. Presidente, estamos confiantes de que transformado em lei, o projeto dos nobres Senadores Edison Lobão e Pedro Simon representará um avanço importante para reduzir a perniciosa influência do poder econômico sobre o processo eleitoral dando, ao mesmo tempo, condições para que os partidos políticos possam desenvolver suas campanhas eleitorais sem traumas de qualquer espécie.

Esta é, Sr. Presidente, com certeza, uma contribuição que o Congresso Nacional dará no sentido de aprimorar os mecanismos das campanhas financeiras, para que se evitem todas as distorções que ocorrem nos pleitos, nas campanhas eleitorais, dando-nos sempre a convicção de que estamos praticando uma farsa e não um exercício democrático correto.

São essas as minhas observações, adiantando que, na próxima semana, o projeto será relatado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, logo mais, irá à decisão do Plenário do Senado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Lúdio Coelho. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardo Cabral. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Patrocínio. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Epitácio Cafeteira.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA (PPB-MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o assunto continua sendo eleição. Temos que parabenizar o Tribunal Superior Eleitoral pela iniciativa de instituir o voto eletrônico, que garante, de certa forma, uma diminuição ou a quase extinção da fraude que ocorria nas várias fases existentes numa eleição, ou seja, da votação, da apuração, do mapeamento, e que alterava o seu resultado.

Mas há uma questão a ser ressaltada – e eu mesmo vou fazer uma visita ao Presidente do Tribunal Superior Eleitoral -, para tentarmos fazer uma eleição de verdade.

A última lei eleitoral pretendeu eliminar o fantasma, pretendeu eliminar o voto dos que já morreram, daqueles de quem os títulos estão em mãos diferentes. Então, a lei exigiu que o eleitor apresentasse, na hora de votar, um documento de identidade que tivesse sua fotografia, para evitar que o título de eleitor continuasse a ser um título ao portador.

No meu Estado, há eleitores que votam no lugar de analfabetos, e mesmo não sendo os donos dos títulos, deixam suas impressões digitais.

Ou seja, há mais cuidado em se apurar corretamente o que foi depositado nas urnas, quando é preciso que, em primeiro lugar, haja a garantia de que quem votou era um cidadão exercendo o seu direito de cidadania; de que quem votou era o dono do título.

Sr. Presidente, nesse mesmo título de eleitor – que chamo de título ao portador -, há um lugar para colocar impressão digital. Nesse lugar, podia haver a fotografia do eleitor. Não adianta haver impressão digital se não há datiloscopista na mesa recebedora de voto. Sem isso, como vai se saber se quem votou era realmente o dono daquela impressão digital? Tudo isso é muito sério!

A nossa busca é a verdade eleitoral. Enquanto não devolvermos ao título de eleitor a sua característica, que é a identificação do cidadão, estamos fazendo de conta que estamos fazendo eleição.

Faz dez anos que tiraram a fotografia do título de eleitor. Dez anos em que muita farsa está sendo feita; dez anos em que não se tem a certeza de que quem votou foi o eleitor. Mas há a certeza de que muitos estão votando no lugar do dono do título.

Chegamos a uma situação difícil. Nesta eleição, um cidadão teve que tomar medidas judiciais para provar que era eleitor. Ele já estava morto oficialmente, mas, na realidade, estava vivo. Mas, há uma enorme quantidade de pessoas votando por aqueles que já estão mortos, com a intenção de se modificar o resultado da eleição.

Ou fazemos uma democracia limpa, uma eleição onde haja a representatividade popular, ou continuaremos a ter grandes distorções.

No meu Estado, já houve casos de pessoas serem encontradas até com mil títulos; mil títulos guardados em casa. E, até hoje, ninguém foi condenado por ter cometido crime eleitoral. Isso tudo faz com que continuemos a olhar o desejo do Tribunal

Superior Eleitoral em aprimorar a eleição, mas a verificar que não tomamos nenhuma medida para fazer valer o direito de o eleitor representar-se pessoalmente no dia da eleição.

Gastamos milhões e milhões nas máquinas de voto eletrônico. Por que não investimos algum recurso para rever esses títulos eleitorais, para colocar a fotografia nesse documento? No momento em que o eleitor fosse entregar o seu título, poderia tirar uma fotografia e, em seguida, ser-lhe-ia entregue um cartão magnetizado, o qual deveria ser utilizado na hora do voto. Esse cartão poderia, então, ser conferido pela Mesa com o objetivo de saber se se trataria realmente de um eleitor, de um detentor do direito de voto.

Nessa eleição ocorreu uma situação interessante. O Presidente da Mesa marcava o número do título, a fim de liberar a máquina para o voto. Mas, sendo humano, é falível. Assim, logo que cheguei à minha seção para votar, pude constatar isso, ou seja, alguém havia votado no lugar de uma eleitora. Na realidade, a pessoa tinha o direito de votar, era eleitor da seção, só que o Presidente, na hora de liberar a máquina, ao invés de digitar o número do título do eleitor, digitou o número do título da eleitora, que, então, não pôde exercitar o seu direito de voto.

Temos condições hoje, em função do desenvolvimento, de o eleitor ter o seu título e esse título ser também a chave de abertura da máquina com direito de voto. Se isso acontecer, Sr. Presidente, quem vai estar de parabéns é o Brasil por ter conseguido a verdade eleitoral.

Este molambo que é chamado de título de eleitor e que não passa de um título ao portador não pode continuar a balizar eleições de um País que se diz em desenvolvimento, de um País onde há até o sistema eletrônico, mas não há a verdade eleitoral.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Gilvam Borges.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB-AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, recebi ontem, em meu gabinete, o Presidente da Eletronorte, para tratarmos de um assunto importantíssimo, tão reivindicado pelo meu Estado, que é o problema da energia.

A terceira máquina será instalada na "Hidrelétrica do Paredão", a Hidrelétrica de Coaraci Nunes. Faço um apelo ao Presidente da Eletronorte e ao Ministro de Minas e Energia para que atendam a essas importantes reivindicações.

A Hidrelétrica de Coaraci Nunes, no Estado do Amapá, tem condições de fornecer energia para o Município de Tartarugalzinho, Calçoene e Amapá.

Portanto, Sr. Presidente, ocupo a tribuna nesta manhã para reiterar o apelo que fizemos ao Presidente da Eletronorte, ao Ministro de Minas e Energia e ao Presidente da República.

O Amapá tem problemas gravíssimos de energia, que é um bem fundamental e elementar para o desenvolvimento. Por isso, Sr. Presidente, deixo registrados os meus agradecimentos à deferência do Presidente da Eletronorte por ter ido ao meu gabinete para que pudéssemos, juntos, discutir o problema da instalação da terceira máquina da Hidrelétrica de Coaraci Nunes, Macapá II e a possível extensão da "Rede Elétrica do Paredão", no sentido de atender a esses três Municípios de Tartarugalzinho, Amapá e Calçoene.

Sr. Presidente, Sr's. e Srs. Senadores, é esse registro, nesta manhã tão "concorrida" de sexta-feira, que eu teria que fazer desta tribuna.

Muito obrigado.

O Sr. Valmir Campelo, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilvam Borges.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges) – Concedo a palavra ao nobre Senador Valmir Campelo.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB-DF. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr's e Senadores, venho mais uma vez à tribuna desta Casa para falar sobre o abuso dos reajustes de prestações dos chamados planos de saúde.

Segundo notícia publicada em diversos jornais do País, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE – vai prorrogar o prazo de validade da medida preventiva que estabelece o teto de 20% para reajustes dos planos de saúde que operam nos Estados e no Distrito Federal.

A Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, por seu turno, anunciou que pretende, pela enésima vez, conversar com as empresas do setor com vistas a um acordo.

Os técnicos informam que as empresas que não aceitarem o acordo serão enquadradas e vão responder a processos administrativos na Secretaria de Direito Econômico.

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, as empresas que operam os tais planos de saúde não obedeceram e dão a entender que não pretendem obedecer a essa medida preventiva, cujo prazo o Conselho Administrativo de Defesa Econômica vai ampliar por mais 60 dias.

Trata-se de um desafio declarado ao Governo, que não consegue enquadrar as empresas e, por via de consequência, não cumpre sua obrigação de proteger o consumidor contra os abusos do poder econômico. Uma única empresa, uma das maiores do país, reajustou as mensalidades em 39%, o dobro do que previa a medida preventiva do Cade. E não existem indícios de que pretenda reverter o aumento abusivo das prestações.

Em outras palavras, Sr. Presidente, o Governo não dispõe de força, não dispõe de mecanismos adequados para controlar aquilo que a população explicitamente considera como "máfia branca".

Meses atrás, desta tribuna, eu já havia advertido o Governo sobre isso e alertava para a necessidade de se regulamentar o funcionamento das empresas privadas de assistência médica no Brasil.

Existe responsabilidade do Governo Federal diante desse estado de coisas! A precariedade dos serviços públicos de saúde empurra a classe média para os tais planos de saúde. Adeitas do pior e mais desumano "capitalismo selvagem" de que se tem notícia – porque tripudiam em cima da miséria e da dor humana – essas empresas não medem consequências para aumentar seus lucros. Descumprem normas, rompem prazos, ignoram as necessidades dos clientes. Enfim, operam num universo próprio, sem lei a obedecer e sem nenhum compromisso que não seja o lucro.

Considero isso uma afronta, Sr. Presidente, uma desmoralização completa da autoridade do Governo. Isto não pode continuar assim! É mais do que hora de regulamentarmos o funcionamento das empresas de assistência médica no Brasil. É indispensável que o Poder Público seja dotado de instrumentos, meios, modos, profissionais e equipamentos para exercer, de fato e de direito, um controle efetivo sobre essas empresas, inclusive para retomá-las ao seu objetivo inicial, que é prestar serviços médicos e não extorquir a população, ganhando dinheiro fácil e iludindo as pessoas.

Nessa mesma linha, é preciso rever também as regras constantes dos contratos, acabando com as "espertezas" que só favorecem as empresas. É preciso, por exemplo, reduzir substancialmente os prazos de carência dos diversos planos de saúde, estender as coberturas às doenças graves e contagiosas, além, é claro, de enquadrá-los a um código mínimo de direitos e obrigações, como ocorre em todos os setores da vida nacional.

O Sr. Francellino Pereira – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. VALMIR CAMPELO – Com prazer, ouço V. Ex^a.

O Sr. Francellino Pereira – Nobre Senador, todos nós conhecemos alguns planos de saúde e nos preocupamos com o desenvolvimento das suas atividades. Em verdade, proliferam essas empresas que se, por um lado, prestam um grande serviço à população brasileira, pois agilizam a solução dos problemas de saúde do Brasil, por outro, não são fiscalizadas. Não são fiscalizadas, por exemplo, os contratos feitos entre essas organizações e casas de fisioterapia. Naturalmente que, não existindo fiscalização, os abusos poderão ocorrer de forma dramática. Em certos casos, no afã de ganharem dinheiro em um curto período de tempo, enganam mesmo o cliente, que é atendido às pressas, açodadamente. Às vezes, fico imaginando como podem funcionar todos esses planos de saúde no Brasil sem uma fiscalização, por parte do Governo, que garanta o bom funcionamento dessas entidades. É essa a preocupação que deixo registrada em aparte ao seu pronunciamento. Muito obrigado.

O SR. VALMIR CAMPELO – Fico-lhe muito grato pelo aparte, o qual incorpo, com muita honra ao meu pronunciamento.

Realmente, a continuar desta maneira, é preferível não existir esse tipo de atendimento que só vem criando aborrecimento, extorquindo a população, principalmente a classe média, que é a mais atingida:

Sr. Presidente, muito obrigado.

O Sr. Gilvam Borges, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardo Cabral. S. Ex^a dispõe de até 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL-AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, tenho em mãos um expediente oriundo da *Asociación de Profesionals du Tourisme*, com ramificação em Manaus, capital do meu Estado, dando notícia de que o Skal Clube é uma entidade de âmbito internacional. O documento faz questão de ressaltar que essa entidade congrega executivos de todos os segmentos da indústria do turismo: agências de viagens, hotelaria, transportadores, locadoras, além de órgãos oficiais e editores de turismo. Registra que está presente em 81 países de todos os continentes e que no nosso

País estão funcionando 26 clubes que, em conjunto, reúnem mais de dois mil associados.

Essa informação me é prestada pelo velho amigo e companheiro de imprensa e de advocacia Sinval Andrade Gonçalves. S. S^a está preocupado com o congresso mundial do Skal, a realizar-se em 1997. Dada o relevo do evento, pede que, na qualidade de representante do Estado, possa interceder junto ao Ministério da Indústria e Comércio e Turismo e também junto a Embratur para que seja dada toda a colaboração, a fim de que se atinja o êxito necessário porque será um marco novo na história do turismo brasileiro. Observe V. Ex^a, Sr. Presidente, que este ano, em novembro, essa reunião, que se chama congresso mundial, realiza-se em Bangkok.

Se fosse minimizada a valorização, nós teríamos a idéia exata do que significa a conquista para o brasileiro sediar a futuro congresso mundial, no Rio de Janeiro, em 1997. E essa candidatura já está vitoriosa, a cidade do Rio já foi escolhida. Vão-se reunir na chamada Cidade Maravilhosa mais de quatro mil participantes de mais de 100 países, trazendo profissionais responsáveis pelas vendas dos destinos turísticos.

Isso dá bem a idéia de que o turismo brasileiro poderá se desenvolver muito mais com o aspecto promocional deste congresso pela mídia internacional do que com qualquer outra forma de anúncio.

Então, Sr. Presidente, quero chamar a atenção, porque esse congresso vem no momento oportuno. Como ressalta o Presidente do Skal Clube, Dr. Pedro Mendonça Neto, esse esforço mostra que está em jogo a imagem do nosso País. Quem viaja ao exterior sabe o quanto é difícil defendermos o que se publica lá fora: a violência, a matança de menores de rua, o assassinato de presidiários, numa inequívoca demonstração de que só conseguimos promoção na imprensa internacional pela via negativa.

Ora, em se tratando de um evento dessa natureza, todos nós temos que notar que o turismo brasileiro, se comparado com o turismo que se processa na Espanha – por que não dizer – até em alguns países da América do Sul, está cada vez mais distanciado.

Digo isso, Sr. Presidente, porque no meu Estado, na nossa região, estamos agora desenvolvendo o chamado turismo ecológico. Criou-se uma alternativa para terminar de uma vez por todas com toda a chamada "exploração do inferno verde", das belezas da Amazônia. Euclides da Cunha dizia que o homem naquela região chega a ser um intruso para a beleza que existe no seu anfiteatro.

Precisamos agora, na realidade do nosso trabalho – e faço a minha mais intensa colaboração, cooperação, contribuição com o Skal Clube de Manaus, porque, fundado em 1981, é filiado, como eu dizia, à Associação de Profissionais do Turismo –, mostrar ao Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo – e ainda bem que se encontra no seu comando um companheiro tanto meu como de V. Ex^a que preside os trabalhos, refiro-me ao Ministro Francisco Dornelles –, com toda a realidade, esse esforço comum para melhorar a imagem do nosso País.

O Rio de Janeiro sediará esse Congresso, em 1997, e, se Deus quiser, daqui mais alguns anos, as Olimpíadas, e, com isso, vamos traçando um roteiro perfeito de que o Brasil poderá ser o País do turismo, e o Rio de Janeiro, a capital mundial.

Hoje, Nova Iorque é conhecida como a capital do mundo, e o Rio de Janeiro, com as suas belezas naturais, será, sem dúvida nenhuma, com o esforço que todos os profissionais de turismo estão fazendo, a capital do turismo.

Quero, por isso, Sr. Presidente, pedir a V. Ex^a que determine a transcrição, nos Anais da Casa, deste expediente a mim enviado pelo Presidente do Skal Clube de Manaus, Dr. Pedro Mendonça Neto, pelo Secretário, Dr. Sinval Andrade Gonçalves; e, ao mesmo tempo em que V. Ex^a determinar a transcrição nos Anais, seja enviado, pela Mesa, ofício ao Ministro Francisco Dornelles pedindo o seu apoio para o evento.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. BERNARDO CABRAL EM SEU DIS-
CURSO:**

SKAL CLUBE DE MANAUS

Associação de Profissionais do Turismo

Fundação: 24-7-1981 CGC 04.004.917/0001-15

Nº 484

Exmº Sr.

Senador Bernardo Cabral

Brasília-DF

O Skal Clube é uma entidade de âmbito internacional. Congrega executivos de todos os segmentos da indústria do turismo: agências de viagens, hotelaria, transportadoras, locadoras, além de órgãos oficiais e editores de turismo. Está presente em 81 países de todos os continentes.

No Brasil estão funcionando 26 clubes, que reúnem em conjunto, mais de dois mil associados.

Anualmente a associação realiza um congresso mundial. O deste ano será em novembro, em Bangkok. Em 95, a candidatura

do Brasil foi vitoriosa e o Rio de Janeiro sediará o congresso de 97. Trata-se de um evento da maior importância, que vai reunir cerca de quatro mil participantes, de mais de cem países. São profissionais responsáveis pela venda dos destinos turísticos, o que evidencia a importância deste evento, para o maior desenvolvimento do turismo brasileiro, que sem dúvida muito se beneficiará com o aspecto promocional deste congresso, antes e depois da sua realização, através da mídia internacional. O Congresso Mundial do Skal de 1997, vem em momento oportuno, objetivando dar maior impulso ao aumento do turismo receptivo. Para tanto, é necessário um esforço comum, para que este evento do Skal tenha o maior sucesso, pois em jogo está a imagem do nosso País. Por isso, o Skal Club de Manaus, vem solicitar o apoio de Vossa Excelência, o seu engajamento, intercedendo junto ao Ministro da Indústria, Comércio e Turismo, bem como à Embratur, para que seja dado toda a colaboração, inclusive financeira, visando o total êxito deste evento, que sem dúvida será um novo marco na história do turismo brasileiro.

Cordialmente, — Pedro Mendonça Neto, Presidente — Sival Andrade Gonçalves, Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) — Concedo a palavra à nobre Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA (PT-AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, primeiro gostaria de registrar, com satisfação, que os jornais de circulação nacional dão conta de que o Partido dos Trabalhadores foi o mais votado nas capitais nas eleições de 3 de outubro. Também foi o partido que conseguiu ir para o segundo turno em mais cidades, inclusive — uma agradável surpresa — em Belém, no Estado do Pará, com o candidato Edmilson.

Essa é uma demonstração de que o Partido dos Trabalhadores vem realizando um excelente trabalho à frente das administrações municipais, inclusive com a grata satisfação de ter tido, dentre as 19 prefeituras escolhidas pela Fundação Getúlio Vargas num universo de 5 mil prefeituras brasileiras, oito administrações premiadas.

Também quando da segunda conferência Habitat II, em Istambul, o montante das experiências petistas que estiveram ali presentes chegou a 40% das que foram levadas para aquele encontro.

Mas, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, eu gostaria também de fazer referência ao que aconteceu no meu Estado, o Acre. Primeiro, quero falar das coisas boas, das coisas positivas, do fato de o PT ter conseguido eleger três prefeitos e de ter conseguido também, em coligação com o PMN, uma outra prefeitura. Para mim, é emblemática a eleição de um seringueiro, Júlio Barbosa, Presidente da Cooperativa de Xapuri, para Prefeito do Município de Xapuri,

lugar onde historicamente Chico Mendes batalhou, lutou para conseguir se eleger deputado por mais de duas vezes. Lamentavelmente, ele não conseguiu.

O fruto do seu trabalho, a sua referência, a sua insistência de que a saída para Xapuri, para o Acre e a Amazônia é o desenvolvimento sustentável, com preservação do meio ambiente, melhoria da qualidade de vida, respeito às populações tradicionais, está prevalecendo agora, e temos a oportunidade de testar, na prática, ainda que no microuniverso de uma administração municipal, as idéias do nosso querido companheiro Chico Mendes.

Portanto, está de parabéns o PT pela eleição do Prefeito de Xapuri, além de outros, um no Vale do Juruá, no Município de Tarauacá, outro no Município de Manuel Urbano e outro em Senador Guiomard, em coligação com o PMN.

Na Capital do Acre, é a ela que quero fazer a minha referência, tivemos a administração, durante os últimos quatro anos, do Prefeito Jorge Viana, que é admirado e respeitado não apenas no Brasil, mas inclusive no exterior, pelo trabalho que realizou. A sua experiência de minirreforma agrária foi premiada pela Fundação Getúlio Vargas como uma das melhores experiências para o exercício da cidadania daqueles que historicamente vêm sendo excluídos na Amazônia. Cito também a experiência com a recuperação de menores prostituídas, também premiada pela Fundação Getúlio Vargas, da Casa Rosa Mulher, e o excelente trabalho realizado nas áreas de educação e de saúde.

Só para se ter uma idéia, o Prefeito Jorge Viana investiu 33% em educação. As nossas crianças, por intermédio da administração municipal, têm acesso gratuito a recursos oferecidos nas escolas particulares para famílias que podem pagar. Foi criado o Centro de Línguas, onde as crianças, em vez de estudarem o inglês e o espanhol na sala de aula, têm acesso a um centro de estudo de línguas, que conta inclusive com profissionais especializados e com o aparato existente somente em escolas particulares, e que oferece essas matérias em um sistema de revezamento. Temos também a Escola de Música, que proporciona o acesso à arte a várias crianças de periferia, algo que não seria possível se não fosse o zelo da administração municipal.

Eu poderia ficar aqui listando uma série de atividades referentes à questão da cidadania: a recuperação da nossa cidade, a recuperação de bairros periféricos que nunca tinham recebido nenhum benefício, como é caso da experiência com o Habitat Brasil, I e II, que está em exercício.

Todo esse trabalho fez com que a imprensa nacional colocasse o Prefeito Jorge Viana como o segundo, em algumas pesquisas realizadas no País, e o terceiro melhor prefeito em outras pesquisas. O prefeito de uma cidade pequena, num Estado pequeno da Amazônia, contando com poucos recursos, com aquilo que é passado pela União, com os convênios e o esforço gigantesco para aumentar a arrecadação, sem o apoio de ninguém.

O Governador Orleir Cameli, que é inimigo do povo acreano, também se tornou inimigo de uma administração que, em nenhum momento, iria aceitar práticas danosas ao Erário, como foi o caso da nossa.

Sr. Presidente, mesmo com todo esse trabalho, mesmo gozando da aprovação de 97% da população do Município de Rio Branco, não conseguimos fazer o sucessor do Prefeito Jorge Viana.

Num primeiro momento, as pessoas poderiam pensar: calma, Senadora, o Prefeito simplesmente não conseguiu transferir para o seu candidato a sua aceitação. Essa poderia ser uma tese a ser levantada. No entanto, conseguimos 43% da aprovação da população, contra 46% do nosso adversário, o candidato do PMDB.

Mas, se tivéssemos tido uma eleição normal, em que os eleitores saem das suas casas e se dirigem às urnas para dar o voto democraticamente, sem a interferência do poder econômico, tenho absoluta certeza de que a vontade democrática e a vontade popular teriam prevalecido, aprovando o trabalho que hoje é respeitado e aceito pela população, para que ele tivesse continuidade.

O problema que aconteceu na Capital do Estado do Acre é uma verdadeira afronta à democracia. Além de uma campanha difamatória, com mentiras, com panfletos apócrifos, com compra de candidaturas para fazer valer a candidatura do PMDB, houve uma afronta em termos de poder econômico. Foram mais de 15 mil cabos eleitorais, contratados no dia da eleição, para usar as camisas, os adesivos e votarem no candidato do PMDB.

Estranhamente, os Senadores do PMDB, juntamente comigo, assinaram um documento pedindo a intervenção no Estado do Acre, em função da falta de condições do Governador de continuar governando, em face dos inúmeros escândalos que ocorreram.

O Governador praticamente bancou a campanha do candidato do PMDB. Tivemos o cuidado de, no dia 2 de outubro, entrar com um documento na Justiça, com o objetivo de denunciar a retirada de dinheiro para o aliciamento de votos.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, lamentavelmente, como falei ontem, se o abuso do poder econômico continuar neste País, as pessoas de bem, as pessoas que disputam uma eleição, como é o meu caso, sem contar com nenhum tipo de recurso, com nenhum meio para pressionar a vontade das pessoas, não terão mais qualquer chance. Chego a pensar que, se os adversários da minha candidatura não tivessem dormido no ponto e se tivessem gasto o dinheiro que gastaram nessa última campanha, a Senadora Marina Silva não estaria aqui. Talvez eles tenham se descuidado porque se trata de muito dinheiro, de muita pressão em cima de uma população sofrida, pobre é cuja situação vem piorando historicamente, até pela ausência de políticas públicas, pela ausência de políticas de desenvolvimento praticadas por esses parlamentares que, sucessivamente, se revezam no poder.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, houve uma aliança entre o Governador Orleir Cameli e o PMDB, reconhecida em todo o Brasil pelos escândalos em que está envolvido. Aliás, é uma afronta às expectativas da população do Estado do Acre, às denúncias que foram feitas pelos Senadores e pela imprensa nacional. O Governador Orleir Cameli não tem qualquer condição de governar o nosso Estado. Lamentavelmente, é essa a pessoa que hoje está dando suporte àqueles que, historicamente, vinham se desentendendo com ele.

Para derrotar o PT e tirar a Prefeitura de Rio Branco das mãos do Partido dos Trabalhadores e dos demais Partidos que compõem a Frente Popular, o PMDB se aliou ao Governador Orleir Cameli na mais espúria das alianças de poderosos contra as forças democráticas e populares do Estado do Acre.

A baixaria tomou conta da campanha. Nunca se jogou tão sujo em uma campanha política como fizeram agora. No início, eles próprios assumiam os ataques. Depois, cooptaram partidos nanicos, espalharam calúnias em panfletos apócrifos, distribuindo-os aos milhares, em todos os lugares da cidade. Nesses panfletos, nem a família, nem a honra do nosso candidato foram respeitadas, de uma forma afrontosa, de uma forma completamente abominável.

Nunca se viu uma eleição com tanto abuso do poder econômico como essa última. Além do dinheiro acumulado durante os vários anos em contas fantasma, como se notabilizou, durante o governo do PMDB, a famosa conta fantasma Flávio Nogueira, também tivemos conhecimento de que o Governador do Estado do Acre fez o repasse de uma cifra

vultosa a empresas, inclusive de aviação – estranho porque não é do feitio do Governador pagar seus fornecedores, nem o funcionalismo público na data correta –, como forma de ajudar a candidatura do PMDB.

Tudo se soma para confirmar que esses fatos realmente têm acontecido. Todas as pesquisas, inclusive a do Ibope, apontavam o candidato do PT com nove pontos à frente quase às vésperas das eleições. Mas isso não se confirmou nas urnas. Por que não se confirmou, Sr. Presidente? É claro que uma população sofrida, que tem a miséria à sua porta, se tiver a oportunidade de receber R\$20 ou R\$30 para votar em um determinado candidato, ela o fará. Não podemos condenar essas pessoas, porque estão à margem da cidadania.

Temos inclusive documentos, provenientes da Polícia Federal, que atestam a existência de inúmeras pessoas que aguardam receber o dinheiro.

Já prevendo a afronta que ocorreria no dia 3, a assessoria jurídica da Frente Popular entrou com uma representação, junto ao Juiz da 1ª Zona Eleitoral de Rio Branco, Dr. Francisco Djalma de Souza – e tenho aqui uma cópia do documento –, para exigir uma investigação sobre a existência de um pagamento, no valor de 1,2 milhão, que teria sido feito pelo Governador do Estado em favor de uma empresa aérea de Rio Branco. Há suspeitas de que esse montante seria uma parte do dinheiro público, repassado pelo Governo do Estado para comprar votos em favor da candidatura do PMDB.

A intenção dos advogados da Frente Popular é continuar as investigações para saber se, nos últimos dias que antecederam as eleições, aconteceram outros pagamentos de grande monta, a fim de que também pudessem ter sido utilizados em benefício da mencionada candidatura.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero fazer constar do meu pronunciamento, na íntegra, o documento que foi encaminhado pelos advogados da Frente Popular:

"Investigação Judicial"

para apurar possível uso indevido/abuso do poder econômico ou do poder de autoridade, pelos fatos seguintes:

1- o candidato do PPB, Carlos Airton, denunciou na imprensa escrita que o atual governador do estado estaria beneficiando indiretamente a campanha do candidato majoritário da Coligação PMDB/PDT. Denúncia esta feita também pelo Sindicato dos Bancários.

2 – o "apoio" dar-se-ia (ou deu-se) da forma seguinte:

a) – o Estado do Acre seria ou é devedor da empresa Regional Táxi Aéreo (ex Teletel), da importância aproximada de 600 mil reais" – e esse dinheiro foi pago de última hora;

"b) o atual governador repassaria/repassou a importância aproximada de um milhão e duzentos mil reais por conta do tal débito, via Banco do Estado do Acre S/A, BANACRE – " e esse dinheiro, depois, seria utilizado para o aliciamento de votos.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, faço questão de que seja registrada nos Anais desta Casa toda a afronta cometida contra a democracia; o uso, o abuso do poder econômico em favor de candidaturas de partidos que as urnas, nacionalmente, estão derrotando. Inclusive porque esses partidos já tiveram a oportunidade de estar no poder e nunca fizeram justas expectativas da população. Agora, para voltarem ao poder, utilizam-se de meios espúrios, como o aliciamento de votos, afrontando a democracia.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. MARINA SILVA EM SEU DISCURSO:

Excelentíssimo Senhor Juiz da Primeira Zona Eleitoral do Estado do Acre.

A Coligação Frente Popular, composta pelos Partidos dos Trabalhadores – PT, Partido Verde – PV, Partido Socialista Brasileiro – PSB e Partido Popular Socialista – PPS, por Seu Procurador, vem, à presença do V. Exa, com base na legislação eleitoral vigente, em especial o art. 45 da Res. TSE nº 19.515/96, requer:

Investigação Judicial

Para apurar possível uso indevido/abuso de poder econômico ou do poder de autoridade, pelos fatos seguintes:

1 – O candidato do PPB, Carlos Airton, denunciou na imprensa escrita que o atual governador do estado estaria beneficiando, indiretamente a campanha do candidato majoritário da Coligação PMDB/PDT. Denúncia esta feita também pelo Sindicato dos Bancários.

2 – O "apoio" dar-se-ia (ou deu-se) da forma seguinte:

a) O Estado do Acre seria ou é devedor da empresa Regional Táxi Aéreo (ex Teletel), da importância aproximada de 600 mil reais.

b) o atual governador repassaria/repassou a importância aproximada de um milhão e duzentos mil reais por conta do tal débito, via Banco do Estado do Acre S/A – Banacre.

c) só que a notícia dá conta de que metade do valor (seiscentos mil reais) deveria/deverá ser repassada para a campanha do candidato Mauri Sérgio (Coligação PMDB/PDT).

3. Vale transcrever o art. 45 da Res. TSE nº 19.515/96, verba: "Qualquer eleitor, candidato, partido político, coligação ou Ministério Público Eleitoral poderá representar à Justiça Eleitoral, diretamente ao Juiz Eleitoral, relatando fatos e indicando provas, indícios e circunstâncias e pedir abertura de investigação judicial para apurar uso indevido/abuso de poder econômico ou do poder de autoridade em benefício de candidato, partido ou coligação..." (grifo nosso).

4 - O parágrafo 2º do art. 237 do Código Eleitoral, também expressa e corrobora a abertura de investigação para apurar ato indevido de poder econômico e abuso do poder de autoridade, em benefício de candidato.

5 - Idem a Lei Complementar nº 64/90, no art. 19 e seguintes.

Do exposto, cabe requerer a investigação, pelos fatos graves apresentados.

Uma vez confirmada a denúncia, cabe já o pedido das sanções previstas, inclusive as eleitorais.

Rio Branco-AC, 1 de outubro de 1996. - P. deferimento. - Emanoel Messias França, OAB/AC nº 755, Valdeci Nicanor Lima, OAB/AC nº 687.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) - Concedo a palavra à nobre Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMÍLIA FERNANDES (PTB-RS). Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, uso da palavra neste momento preocupada com as notícias que a imprensa, órgãos do Estado de São Paulo, do Rio Grande do Sul e até mesmo de Brasília registraram no dia de hoje e aos quais quero somar a minha voz, mais uma vez, a partir daquele tema relacionado com a produção primária, que tem sido nossa preocupação junto ao Governo Federal.

O Ministério da Agricultura, mediante um diálogo mais aberto, tem-se somado a nós na busca de soluções para essa questão.

Tenho em mãos o **O Estado de S.Paulo** e o jornal **Zero Hora**. Ambos publicam a preocupação expressa do Ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal, ex-Ministro da Justiça, Dr. Paulo Brossard de Souza Pinto, agropecuarista e jurista gaúcho.

S. Ex^a, preocupado com a grave situação em que se encontra o setor primário, fez uma afirmação que - no meu entendimento - foi mal-interpretada pelos meios de comunicação. Isso ocorreu ontem, em Cruz Alta, cidade do Rio Grande do Sul localizada a 360 quilômetros de Porto Alegre, em reunião promovida pelo sindicato rural daquele comunidade. **O Estado de S. Paulo** coloca em manchete a frase: "Agricultor tem que invadir banco para ser ouvido" como afirmação do Dr. Paulo Brossard.

Entendemos que a preocupação do Dr. Paulo Brossard refere-se a fatos dos quais tomamos conhecimento em nossa viagem, nos últimos dias, pelo Estado do Rio Grande do Sul.

O que está acontecendo realmente?

Realmente há uma política voltada para o atendimento ao pequeno e médio produtor, mas os recursos não estão chegando às mãos dos produtores no momento certo, no momento em que eles necessitam. É o que está acontecendo agora.

Segundo a matéria que tenho em mãos, o Dr. Paulo Brossard disse: "Encontrei um ambiente de verdadeiro desespero. O Banco não financia; se não financia, o agricultor não planta; se não planta, não colhe; e se não colhe, não paga". Isso é o que presenciamos. Por essa razão, apelo ao Governo Federal para que fique atento ao que se está passando na ponta, no extremo da seqüência da destinação dos recursos ao agricultor, que é quem deveria receber o repasse de dinheiro que o Banco do Brasil faz às agências do interior deste País. Tenho certeza de que, assim como no Rio Grande do Sul, isso acontece em todo o nosso País.

Temos dados segundo os quais 85,70% dos 232 produtores de soja da região de Missões não conseguiram recursos no Banco do Brasil para o custeio da lavoura por não terem garantias a serem penhoradas. A área cultivada por esses agricultores é de 53 mil hectares e abrange 18 municípios, uma amostra significativa do Estado do Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, alerto e, mais uma vez um, apelo ao Governo Federal nesse sentido. Alerta-nos também uma reportagem do jornal **Zero Hora**. Mediante essa matéria, o Ministro da Agricultura afirma que não há recursos suficientes para a safra e que a decisão política do Governo é a de deixar que a agricultura seja regulada pelas regras de mercado não apenas no que se refere à comercialização, mas especialmente ao crédito para custeio e investimento.

Queremos saber se foram passadas para o produtor as condições que o Governo pretendeu. Por quê? Porque uma coisa é o planejamento; outra é a execução. Quem executa é o agricultor, que precisa do dinheiro na hora certa. O que presenciamos e temos denunciado é a revolta generalizada da classe produtora: tanto do agricultor, como do pecuarista, que vê sua cooperativa fechada, seu frigorífico quebrado. Parece-me que, na tentativa de um esforço sobrenatural, estão conseguindo sobreviver.

Portanto, o que nos deixa um pouco mais tranquilos – faço um apelo veemente ao nosso Ministro da Agricultura, em quem confiamos, pela seriedade com que está conduzindo seu trabalho e sua missão – é a possibilidade de que se torne realidade o que está aqui, publicado pelo *Correio Braziliense*: "Bronca do Presidente faz Banco Central facilitar empréstimo rural – Órgão baixa resolução às presas e Banco do Brasil anuncia que hoje mesmo as agências começam a operar com novas regras".

É importante que se busque a desburocratização. Fizemos uma campanha e dissemos ao produtor que aquele que securitizasse sua dívida, aquele que buscasse regularização do débito teria o crédito na hora certa e no valor correto necessário para levar adiante a sua produção na próxima safra. No entanto, hoje o agricultor está encontrando todo tipo de dificuldade decorrente da burocratização, dobraram as exigências em relação ao que ele precisava apresentar para obter o crédito. A forma não está sendo honesta e correta para com os produtores que querem solucionar os seus problemas junto às empresas financeiras. O produtor quer ter condições de continuar plantando.

Segundo outro jornal:

"O Tribunal de Contas da União vai auditar crédito rural do Banco do Brasil. Atingindo a uma proposta do próprio Ministro, o TCU decidiu realizar auditoria na área de crédito rural do Banco do Brasil para apurar o descumprimento de decisões superiores.

O Presidente da República está percebendo que entre algumas das suas determinações e o seu acatamento ao final da linha hierárquica existem enormes diferenças".

Portanto, estamos até alimentando um pouco mais de esperança diante do que está posto. A paciência dos produtores, a perseverança, a fé, a vontade de contribuir no sentido de que seja alavancada a máquina do desenvolvimento nos dá esperança. Sabemos que do setor produtivo depende o comércio e a indústria.

O Sr. Lúdio Coelho – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. EMÍLIA FERNANDES – Com prazer, nobre Senador.

O Sr. Lúdio Coelho – Estou ouvindo com atenção o discurso de V. Ex^a. No meu Estado, Mato Grosso do Sul, está acontecendo o mesmo: os pequenos produtores estão lutando com enorme dificuldade, porque, ao securitizarem suas dívidas, ao tomarem novos financiamentos para suas lavouras,

pagam juros e correção que incidem sobre a dívida securitizada e sobre o novo financiamento. Isso inviabiliza por completo a atividade agrícola. O preço dos insumos sobe enormemente – fala-se em alta de 35% – e o Banco do Brasil – até certo ponto, com razão – está-se cercando de muito cuidado. Isso, na verdade, inviabiliza a próxima safra. Há um princípio elementar em financiamento agrícola: ele deve ser suficiente e deve ser concedido em tempo hábil. Se o agricultor não proceder corretamente, não corrigir o solo antecipadamente, adubar e plantar na época certa, é melhor que não se conceda financiamento. Louvo V. Ex^a, Senadora Emilia Fernandes, por estar chamando a atenção dos responsáveis por um assunto tão importante para a Nação. Muito obrigado.

A SRA. EMÍLIA FERNANDES – Agradeço a V. Ex^a pelo aparte, que enriquece o nosso pronunciamento, principalmente porque parte de um Senador que é profundo convededor do problema. Mais uma vez, apelo ao Governo federal, ao Ministério da Agricultura para que tome providências em relação ao assunto.

Hoje, a imprensa publicou que as críticas do Presidente foram mal recebidas no Banco do Brasil. Fontes da Instituição argumentaram que o Banco trabalha de acordo com as normas ditadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central; por essa razão, não tem responsabilidade em atrasos causados por exigências burocráticas.

Queremos fazer um apelo ao Presidente da República, que é a autoridade maior, que tem a responsabilidade sobre os destinos da nossa Nação e da nossa gente, no sentido de que seja ou o Banco do Brasil, ou o Conselho Monetário Nacional, ou o Banco Central o responsável; alguém tem que assumir a liderança e o comando das decisões. Portanto, queremos cada vez mais dizer que o apelo que o Rio Grande faz, através hoje dos meios de comunicação, através da voz dos trabalhadores, dos sindicatos rurais, do próprio ex-Ministro do Supremo, Paulo Brossard, que jamais seria no sentido de estimular a violência, como noticiaram alguns jornais, dizendo que S. Ex^a está pedindo a invasão do Banco, de suas agências, enfim, não seria nesse sentido. Queremos, sim, invadir as agências do Banco do Brasil, mas com os produtores, para que estes possam ser recebidos como gente, gente que está trabalhando diuturnamente pelo desenvolvimento deste País e que precisa ser ouvida, e, acima de tudo, ter tranquilidade e capacidade de produzir cada vez mais.

Este é o registro que fazemos, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, sempre no intuito de contri-

buir para que cada vez mais este País encontre um rumo certo e necessário para uma política agrícola, tão necessária para que o campo e a cidade tenham mais desenvolvimento e paz.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL-TO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, o noticiário sobre violência no Brasil e no mundo não nos deixa dúvida quanto ao crescente agravamento desse problema social. A insensibilidade e o sadismo dos criminosos atuais, de todas as idades, fazem até parecerem líricas as idéias de um Al Capone, ao afirmar que se pode obter mais com uma palavra amável e um revólver do que somente com uma palavra amável.

Hoje em dia, emprega-se somente a linguagem das armas. Os clamores da sociedade, que se fazem ouvir em resposta, nos alertam para a necessidade de encontrarmos soluções realmente eficazes.

Nos longos anos trabalhando como médico no interior do País, comprovei, à exaustão, o velho preceito de que vale mais investir na medicina preventiva que lançar mão dos recursos extremos da medicina curativa. Esta assertiva corresponde à sabedoria popular, que nos adverte de que é melhor prevenir que remediar.

Há, no entanto, emergências que obrigam o médico a prescrever o uso de antibióticos, para impedir que um processo infeccioso amplie seu espectro de ação. Em último recurso, só a cirurgia, extirpando células malignas e tecidos necrosados, é capaz de restabelecer o equilíbrio orgânico do corpo humano. Contudo, para a maioria dos médicos, a cirurgia equivale à falência da medicina.

Assim também ocorre com o corpo social de um país. Também ele pode ser agredido por malformações e mutações que atacam os tecidos saudáveis, provocando lesões irreparáveis. Nestos casos, a segregação do indivíduo e sua condenação à pena máxima podem ser as únicas soluções. Desta maneira, Sr. Presidente, os presídios e os chamados centros de recuperação de menores atuam extirpando células do corpo social, da mesma forma que a medicina curativa age no corpo humano.

Entretanto, da mesma forma que a recorrência, isto é, o reaparecimento de sintomas da moléstia após a remissão dos mesmos, podem também ocorrer recidivas de comportamentos sociais negativos. Indivíduos como o belga Marc Dutroux, que cometeu crimes hediondos, até quando em liberdade condi-

cional por bom comportamento, e o menor C.A.S., de 16 anos, egresso da Febem, chefe do bando que executou uma estudante e um dentista, no dia 10 de agosto passado, em São Paulo, são exemplos claros de reincidentes de difícil recuperação.

O Brasil contém, atualmente, no seio de sua população, milhares de crianças e jovens marginalizados candidatos à mesma situação em que se encontra o menor CAS. A esse é ainda possível a aplicação da medicina social preventiva, de forma a robustecer-lhes a personalidade com valores positivos, que possam "vaciná-los" contra a criminalidade.

Acredito que esse trabalho de atendimento aos menores carentes possa ter maior êxito que aquele desenvolvido por centros de recuperação, nos moldes da Febem. E explico, se me permitem.

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, dentre as necessidades sociais básicas do todo indivíduo, destacam-se, conforme a Psicologia, a de segurança ou proteção, a de consideração social e a de atividade. A satisfação dessas necessidades é o ponto de partida para a formação de um ser humano ajustado ao seu meio. Em qualquer época da vida, a personalidade pode se desestruturar, se lhe faltar um ou mais componentes psicológicos.

Sabemos como vivem as camadas mais pobres da população brasileira. Mesmo aqui, na Capital da Esperança, nosso trajeto da residência ao Congresso está pontilhado de barracas improvisadas. Em cada semáforo, mães adolescentes, velhos, aleijados e crianças praticamente nos exigem esmolas. Nos estacionamentos públicos, "flanelinhas" de todas as idades "tomam conta" dos automóveis.

São pessoas sem raízes culturais e afetivas; famílias que se foram desarticulando ao longo das estradas; uma camada populacional que os sociólogos e antropólogos da Universidade de Brasília estão analisando em um estudo intitulado "O Desmantelamento do Estado do Brasil". Na pesquisa, que se fundamenta nos migrantes que chegam ao Distrito Federal, os professores convencionaram a expressão "almas penadas", para designar esses excluídos, porque são pessoas que vivem no mesmo espaço da população normal da cidade e não fazem parte dela.

Sem emprego, habitação, atendimento médico e escola para os filhos, muitos abandonaram suas origens, em busca de comida. Segundo a pesquisa da UnB – Universidade de Brasília -, 35% dos entrevistados possuía casa própria – repito, Senhores: 35% possuía casa própria – 61,6% possuía energia elétrica onde morava, e 54,5% água encanada. Mas

não tinham comida. Mais de 50% passam o mês com menos de um salário mínimo, sobrevivendo de doações e das esmolas que as crianças ganham. Essas pessoas vivem do presente. Não há entre elas qualquer preocupação com o futuro que vá além da próxima refeição. A utopia a mais longo prazo é comer – afirmam os especialistas da UnB.

De início, nobres colegas, as crianças permanecem à noite com os familiares e lhes trazem as esmolas do dia. Logo, precocemente amadurecidas pelo sofrimento, desgarram-se dos pais e parentes. Formam bandos, quase sempre dominados por adolescentes mais velhos e descobrem que tirar traz mais satisfação do que pedir. Pedir é humilhante, caracteriza a condição inferior; roubar exige coragem, é próprio dos mais fortes. E ler o medo nos olhos e nas vozes dos que são assaltados é, para cada um – talvez para todos – o prazer de, pelo menos naquele instante, sentir-se superior.

Sendo muito jovens, naturalmente inseguros e amedrontados, precisam de estímulo para essas atitudes violentas. Por isso, o contato precoce com a droga: a cola de sapateiro, o crack, a maconha, a cocaína; inevitavelmente, a dependência, a criminalidade, a viagem sem volta.

Não devemos nos esquecer, senhores, de que a droga também entorpece o estômago – portanto, alivia a dor da fome; adormece os sentidos – portanto, diminui o frio; anestesia a alma – portanto, amortece ou anula os sentimentos. Em resumo, a droga elimina a dignidade do ser humano, embrutecendo-o, reduzindo-o praticamente à condição animal. Logo, quem se defronta com um marginal drogado está exposto a um ser primitivo, dominado pelos instintos.

Os centros de recuperação de menores, como o próprio nome indica, têm por objetivo reabilitá-los para que voltem ao convívio social. O primeiro significado da palavra "recuperar", no entanto, é "reco-brar (o perdido); adquirir novamente". Da mesma forma, "reabilitar" significa "restituir ao estado anterior (...) regenerar...".

Sr. Presidente, como recuperar, como recobrar, como reabilitar, se os valores necessários à correta formação da personalidade não foram sequer conhecidos por esses jovens? Por este motivo, não acredito na eficácia desses centros. Para mim, partem de uma premissa errada. Não há o que recuperar. Torna-se necessário inculcar, ensinar, revelar esses valores aos menores carentes, antes que ingressem no contingente da nossa "juventude perdida".

E como fazê-lo, nobres colegas? É aqui que se faz presente e indispensável a medicina preventiva.

O programa de complementação de renda míima, aplicado à realidade de cada município, tem possibilidade de ser o alicerce da recuperação das camadas mais sofridas. Condicionando o benefício à obrigatoriedade de comprovação da freqüência dos filhos à escola, bem como ao encaminhamento dos mesmos a cursos de qualificação profissional, o Estado estará desencadeando o processo de retenção das pessoas em seus locais de origem. A esse processo os pesquisadores da UnB denominam "desmigração".

É necessário, também, que se busque a socialização daqueles que, independente dos motivos, cedo se desgarraram da família. Pode-se, através de atividades adequadas, desenvolver nessas crianças e adolescentes os sentimentos de solidariedade e de integração à sociedade. Sabe-se que o lazer bem orientado é ferramenta extremamente valiosa na construção de personalidades. Lembro-me de uma experiência, muito elogiada, de recuperação de menores delinqüentes na África, por meio da criação de equipes de futebol.

Recentemente, a autoridade responsável pela segurança da cidade de Nova Iorque declarou em entrevista que, além do policiamento reforçado, um dos aspectos que mais contribuíram para a tranquilidade social foi o chamado "Basquete da meia-noite". Dessa maneira, os jovens canalizam a agressividade para o desporto, ao mesmo tempo em que aprendem a obedecer às regras características da modalidade. Desenvolvem, aos poucos, os comportamentos inerentes a qualquer atividade em equipe.

Essas, Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, são soluções que talvez possam se adaptar à nossa realidade e constituir um encaminhamento à integração social desses menores.

Seguindo essa linha de raciocínio, o Governador Siqueira Campos, do Tocantins, criou o programa "Pioneiros Mirins", expandindo-o a todos os 139 municípios tocantinenses. Iniciado em março deste ano, os resultados foram tão satisfatórios que, por solicitação das comunidades municipais, o número de vagas teve que ser dobrado.

O programa procura garantir a freqüência à escola e, paralelamente, satisfazer algumas das necessidades mais prementes na infância, por meio de atividades como: esportes, lazer, artesanato, plantação de hortas etc., além do reforço escolar. Atualmente, mais de 15.300 crianças são atendidas por instrutores e militares, em razão de convênio da Se-

cretaria de Trabalho e Ação Social com a Ruraltins e a Polícia Militar. No ano que vem já estarão inscritas 40.000 crianças.

Cada criança recebe uniforme, duas refeições diárias e uma bolsa mensal no valor de R\$30,00. As respectivas famílias têm direito, mensalmente, a uma cesta-básica.

Após completar 14 anos, o adolescente ingressa em outro programa, que objetiva a preparação e o encaminhamento ao mercado de trabalho.

É um trabalho de amor, dedicado àqueles que precisam de maior cuidado e atenção. Para mim, esse Programa deverá assinalar, com grande ênfase, a política social do Governo Siqueira Campos no Tocantins. Um exemplo a ser seguido.

Em boa hora, nobres colegas, o Ministério da Educação e do Desporto pretende incluir, no currículo do ensino básico, a orientação sexual e uma nova disciplina, denominada Convívio Social e Ética. Ao constatar que o Brasil passa por um "mal-estar ético", o Ministério espera reforçar a necessidade do comportamento ético, combater tabus e o espírito predominantemente consumista da sociedade.

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, criamos nossos filhos e netos com o máximo de atenção e cuidado, desde a mais tenra infância; se possível, desde a condição fetal. Esse mesmo cuidado preventivo devemos ter ao priorizar o atendimento à criança – em especial, à infância carente.

De uma forma abrangente, cabe ao Legislativo expedir, sob a forma de leis, o receituário destinado a ser aplicado pelo Executivo e acompanhado pelo Judiciário. Os objetivos dos três Poderes convergem para um só ponto: tornar cada vez mais saudável o corpo social, a população deste País. Estaremos, desta forma, dando cumprimento aos compromissos assumidos em Estocolmo e em Cochabamba.

Não sou absolutamente contrário à ampliação e à modernização do sistema prisional brasileiro. As medidas de emergência podem e devem ser tomadas. Entretanto, como pai e como médico, lembro a este agosto Plenário a incoerência de esperarmos que a violência se reduza, se boa parte do nosso corpo social está doente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Lúdio Coelho.

O SR. LÚDIO COELHO (PSDB-MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, ontem, ouvimos Sua Excelência, o Senhor Presidente da República,

num pronunciamento, tratar de dois assuntos ligados ao campo que considero da mais alta importância.

Sua Excelência se referiu à politização da reforma agrária, fazendo um apelo aos Partidos políticos para que não transformassem a reforma agrária numa bandeira política. Ao referir-se ao outro assunto, criticou, com energia, o desempenho do Banco do Brasil.

Tenho acompanhado atentamente o movimento da reforma agrária. Como já tive a oportunidade, em ocasiões passadas, de chamar a atenção da Nação brasileira para esse importante assunto, volto hoje a dizer das minhas dúvidas sobre o que estamos fazendo.

Não estamos conseguindo crédito para os pequenos agricultores e estamos transferindo para o campo uma importante parcela de pessoas, na maioria, completamente desligadas da área rural. E, muitas vezes, transferindo-as para terras inadequadas.

Agora, nessa campanha eleitoral, visitei muitos municípios no meu Estado, Mato Grosso do Sul. No Município de Sonora, por exemplo, tive oportunidade de encontrar pessoas que foram assentadas há cerca de dois anos. Conversando com algumas senhoras extremamente pobres, numa situação de penúria, perguntei se já tinham algo para comer no seu lote, se já tinham plantado mandioca, abóbora, banana. Elas me responderam que a rama da mandioca que estavam plantando não era nem da grossura do dedo indicador, pois a terra era muito ruim e não produzia absolutamente nada.

Tenho me perguntado se é correto o que estamos fazendo com os nossos irmãos, até se é cristão transferirmos essas famílias, às vezes, para lugares absolutamente sem transporte, sem nenhum conforto, condenando seus filhos a não cursar sequer o segundo grau, pois o sistema escolar é muito precário. Com essa propalada reforma agrária que está sendo feita, iremos condenar uma grande parcela da família brasileira a nunca ter acesso às universidades.

Esse assunto precisa ser repensado.

A Srª Marina Silva – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. LÚDIO COELHO – Com todo o prazer, Senadora Marina Silva.

A Srª Marina Silva – Nobre Senador Lúdio Coelho, as críticas feitas, ainda há pouco, pela nobre Senadora Emilia Fernandes, sobre a ausência de uma política de financiamento por parte do Governo brasileiro e, agora, a que V. Exª está fazendo, sobre os assentamentos realizados sem as mínimas condições para que as pessoas possam desenvolver

a agricultura e, dali, tirarem a sua sobrevivência e poder ter dignidade para si e sua família, são altamente procedentes. Quero me ater à reforma agrária em si. Para o Brasil, do ponto de vista social, ela é fundamental, desde que seja realizada mediante todos os mecanismos necessários como o do crédito, da assistência técnica, da presença do Estado através da saúde e da educação. É preciso que essa reforma agrária tire as pessoas da linha da miséria, do descaso completo, para que se dê a sua incorporação ao processo de cidadania. Devemos defender essa reforma agrária e continuar lutando por ela. Por outro lado, se simplesmente dissermos que ela é responsável por essas pessoas serem condenadas a viverem numa situação como a que V. Ex^a está descrevendo – e com razão, porque é isto que está acontecendo –, não estaremos levando em conta que, se não a fizermos, elas também continuarão em dificuldade. O Senador Carlos Patrocínio acabou de mencionar as condições dessas pessoas; elas não têm acesso à escola, à saúde, a absolutamente nada. Elas estão à margem. Hoje, são mais de 30 milhões os brasileiros nessa situação. Hoje, o Brasil vive, talvez, com apenas 30 milhões de incluídos; o resto é de excluídos. Então, temos que lutar para que a reforma agrária aconteça, e para que aconteça da forma correta. Entendo a preocupação de V. Ex^a, mas não podemos desistir da bandeira, da tese da reforma agrária, porque, se ela não acontecer e se continuar da forma que está, teremos uma situação pior. O fato de não se fazer a reforma agrária não significa que as pessoas colocarão seus filhos na escola; não vai fazer com que elas possam ter acesso aos benefícios daquelas que estão vivendo em cidades. A minha região é um exemplo concreto dessa situação. Milhares de pessoas saíram do campo porque não têm mais como sobreviver do extrativismo, e estão vivendo em condições de miséria nas periferias das cidades. Muito obrigada.

O SR. LÚDIO COELHO – Muito obrigado Senadora Marina Silva. V. Ex^a falou uma verdade. Esse pessoal está saindo do campo porque não têm condições de sobreviver – são famílias que nasceram e lá se criaram.

E a Nação está assistindo ao recrutamento de pessoas desempregadas nos grandes centros, mendigos, desocupados, para serem transferidos para o campo. Pergunto: o que será dessas pessoas?

Tenho acompanhado essa questão atentamente, porque sou filho do campo, sou filho do mato, nasci e fui criado no campo. Trabalhei, desde crian-

ça, com a minha família toda, e tenho um interesse muito grande em que essas coisas dêem certo.

Apresentei aqui no Senado um projeto de lei dando preferência aos assentamentos de agrônomos, veterinários, técnicos agrícolas e ex-proprietários que perderam suas terras por falta de condições de sobrevivência, para ver se conseguimos profissionalizar mais um pouco essas pessoas do campo.

Penso, às vezes, que se essas famílias em dificuldade permanecessem na cidade, onde, mal ou bem, há saúde pública, energia, escola e mercado de trabalho – inadequado, mas há –, seria melhor do que serem transferidas para áreas desertas, sem assistência alguma. Porque, qual será o mercado de trabalho para essas moças, para os filhos desses casais?

Esse assunto precisa ser tratado com mais espírito prático.

O Senhor Presidente da República criou essa dotação para os pais de crianças que fossem para as escolas. Isso acontece no município de Rio Pardo, no meu Estado. Estamos tirando as crianças do campo, ao invés de pagar as escolas rurais do interior, para que elas permanecessem lá e aprendessem a trabalhar na agricultura. Estamos incentivando a transferência dessas crianças para a cidade. Rio Pardo está cheio de crianças. Há uma preocupação muito grande com a criança trabalhando. E pergunto: será que é pior trabalhar ou cheirar coca e ser guri de rua?

Fui prefeito de Campo Grande por duas vezes. Desenvolvi um trabalho enorme de assistência à criança – e é por isso que estou aqui no Senado, pois nunca fui governador nem parlamentar.

São questões para as quais a Nação precisa estar atenta.

Estamos assistindo a solicitações do Ministro, todos os dias, para que não se invada prédios públicos, mas S. Ex^a nunca se referiu à invasão da propriedade, como a que assistimos agora, quando invadiram a propriedade, a casa do agricultor, como se o proprietário rural não fosse amparado pelas leis, como se ele não tivesse segurança.

Assistimos a Nação pregar o sistema empresarial, a fusão de empresas para ter subsistência, e combatemos enormemente o produtor rural, que tem a produção em escala. Parece até que a produção agrícola não deva se dar em escala, que deva ser realizada só por pequenos. É necessário que essa produção por pequenos seja para a sua manutenção, mas tem que sobrar alguma coisa para ele vender, para a Nação exportar. Não podemos fazer só

uma economia de subsistência, meu Deus do Céu! Para onde vai a Nação?

A agricultura é o setor que desenvolve empregos da maneira mais dinâmica. E não é na terra que ocupamos mais mão-de-obra; é na produção de pneus, de fertilizantes, de venenos, nas colheitas, na produção de máquinas, no beneficiamento, no empacotamento, na distribuição, nos mercados. É um trabalho em cadeia que deve ser desenvolvido através da produção agrícola.

Parece que temos vergonha de sermos grandes produtores. Não se pode combater o grande produtor como se ele fosse um criminoso. Não entendo que capitalismo é esse! Temos um capitalismo que funde bancos e empresas. Empresas são fundidas todos os dias, para se transformarem em grandes conglomerados capazes de concorrer com o mundo.

Aqui, combatemos o grande produtor como se ele fosse um marginal.

Li nos jornais, ainda hoje pela manhã, que o valor das terras aqui no Brasil Central já caiu 57%. Lá no meu Estado, elas não estão valendo nem a metade, porque a atividade agrícola é absolutamente sem renda. Vejo que os impostos a serem propostos e cobrados pelo Incra são extremamente baratos. Por exemplo, uma terra que vale R\$500,00 pagar apenas R\$2,00 de imposto, não é muito. Mas o que está ocorrendo é que não temos rentabilidade para pagar nem R\$1,00.

Anteontem, conversava com o Senador Fernando Bezerra, contando-lhe sobre a quantidade de pessoas que conheço, lá no meu Estado, que estão sofrendo de depressão. Essa doença da "quebradeira" na área rural está desenvolvendo um processo de depressão fantástico – está muito bom para psiquiatra.

O que vamos fazer? Sou plenamente a favor da reforma agrária. Mas colocar desempregados na agricultura, como se o campo fosse a solução para o desemprego nacional, é um absurdo, ainda mais pago pela Nação.

Quando o camarada acampa, a Nação começa a pagar cesta-básica – sou favorável a que se dê cesta-básica para todos aqueles que não têm renda. Mas também damos financiamento para o assentado, sem nenhum documento. Ele recebe R\$7.500,00 quando assenta e mais R\$7.500,00 para a cooperativa. E o agricultor nacional, como o Presidente da República disse, não consegue crédito de jeito nenhum.

Sou favorável, Senadora Marina Silva, à reforma agrária. Penso que não é a solução para tudo.

Prega-se que aumentaríamos a rentabilidade dessa parcela da sociedade, ela iria consumir mais e iríamos desenvolver mais a nossa indústria.

A Srª Marina Silva – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. LÚDIO COELHO – Perfeitamente.

A Srª Marina Silva – Veja bem: estou certa de que a reforma agrária correta melhora as condições de vida, de rentabilidade das pessoas. Constatamos isso através da experiência que temos no Município de Rio Branco, com a minirreforma agrária que fizemos. E isso não é feito apenas pela Prefeitura; são instituições, órgãos do Governo, inclusive a Fundação Getúlio Vargas, que fizeram um levantamento de que aquelas pessoas estão vivendo com dignidade. Elas, além da subsistência, do plantio, das pequenas criações, têm uma renda média de até 5 salários mínimos! Onde uma pessoa, que muitas vezes é analfabeto, semi-alfabetizada, não consegue nenhum tipo de trabalho, conseguiria isso se vive nas cidades? Não consegue! O problema é que a reforma agrária que está sendo feita é inadequada. O Estado deve pagar para que a reforma agrária aconteça? Deve pagar, até porque essa terra generosa e grande um dia foi ocupada de alguma forma por aqueles que hoje são os seus proprietários. Então, se alguém um dia ocupou e ficou com essas concessões, é justo que o Governo faça novas concessões até porque a população aumentou e aos milhões. Portanto, estamos lidando com uma questão complexa, que não pode ser simplificada. Não adianta dizermos que a reforma agrária é importante, mas colocarmos todos os "ses" e "senões" para que ela não aconteça. Então, é fundamental que busquemos viabilizar a reforma agrária da forma como compreendemos que ela dará as respostas de que precisamos. V. Exª faz uma crítica justa, mas não podemos colocar tantas interrogações, sob pena de estamos fortalecendo a tese de que não deve haver reforma agrária. Como V. Exª colocou, a propriedade produtiva é legítima, mas há muita terra improdutiva neste País que precisa ser ocupada por quem é sem-terra e está vivendo nas condições citadas pelo Senador Carlos Patrocínio. Precisamos, como V. Exª disse, até por uma questão de respeito pela dignidade humana, buscar respostas. Vamos incorporar essas pessoas em que mercado de trabalho? Se entregarmos uma enxada e um terçado a muitos considerados profissionais desqualificados que perambulam pelas cidades, tornar-se-iam profissionais altamente qualificados – conheço milhares de pessoas que se enquadram nessa situação –; ao passo que,

se entregarmos uma enxada e um terçado a muitos altamente qualificados aqui na cidade, tornar-se-iam altamente desqualificados, porque não sabem sobreviver dessa forma. Temos, então, que "dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus" e buscar uma resposta para o problema da reforma agrária. O Governo tem que agir de forma certa. Não deve fazer como em Rondônia, onde as pessoas estão dentro de um "campo de concentração". O Incra está se esforçando, mas não tem as respostas. Por quê? A cesta básica lá distribuída inclui apenas um pouco de fubá, arroz e nem sei mais o quê! As crianças estão com problemas de saúde. Alguns estão até se decompondo por falta de determinadas proteínas... Não sou médica, mas sei que a alimentação precária está provocando sérios problemas de vista nas crianças. As pessoas precisam desse apoio. O Congresso Nacional tem a obrigação de buscar soluções. O Governo brasileiro, muito mais do que o Congresso Nacional, tem a obrigação de buscar soluções, até porque esse foi um de seus tão mencionados pontos de campanha e com o qual se elegeu já em primeiro turno.

O SR. LÚDIO COELHO – Agradeço o aparte de V. Ex^a. Tenho a impressão de que deveria ter acompanhado mais atentamente o que está sendo feito em Rondônia, porque, se há esse êxito, as pessoas acampadas estão tendo um rendimento de até 5 salários mínimos, isso é muito bom.

A Sr^a Marina Silva – Não é em Rondônia. É no Estado do Acre, uma experiência localizada da Prefeitura de Rio Branco, com assentamento de famílias carentes retiradas da periferia. No Estado de Rondônia há um processo oposto: as pessoas estão sendo jogadas como num campo de concentração.

O SR. LÚDIO COELHO – Muito obrigado pelo esclarecimento.

Isso fortalece a tese da municipalização da reforma agrária. O Município, de qualquer maneira, administra melhor que o Estado e melhor que a União. Penso que, se houvesse uma participação mais intensa dos Municípios, talvez pudéssemos dar maior objetividade a um trabalho tão importante como esse.

Ontem vimos na imprensa que diversos Municípios do Estado de São Paulo, Paraná e Santa Catarina tiveram Prefeitos eleitos oriundos, inicialmente, dos sem-terra, ou seja, são pessoas que têm vivência sobre o assunto e que haverão de dar uma colaboração importante a esse setor.

O Sr. Carlos Patrocínio – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. LÚDIO COELHO – Com muita honra, Senador Carlos Patrocínio.

O Sr. Carlos Patrocínio – Nobre Senador Lúdio Coelho, V. Ex^a traz um assunto atual de extrema importância, que deve ser exaurido dentro do Congresso Nacional. Essa questão do Movimento dos Sem-Terra e de reforma agrária está tomando proporções alarmantes, está fugindo do controle do Governo Federal. V. Ex^a trata desse assunto com um conhecimento de causa. Conhecemos a experiência de alguns núcleos de colonização que, absolutamente, não deram em nada. Por exemplo, no meu Estado, existe o Núcleo de Colonização Bernardo Sayão. Há cerca de 25 anos, tentaram assentar vários colonos nas melhores terras do Estado do Tocantins – as terras localizadas na faixa do rio Lontra são consideradas as melhores. O Incra – na época, devia ser Inda ou Ibra, não lembro bem, sei que não era Incra –, cuidou dessas pessoas e hoje essas terras voltaram a ser latifúndios, estão nas mãos de dois ou três proprietários. E está acontecendo um fenômeno muito interessante em nosso País, Senador Lúdio Coelho, pelo menos no meu Estado: quem está estimulando a invasão de terras são os proprietários porque a terra baixou tanto de preço, perdeu tanto o seu valor, que hoje quem melhor paga é o INCRA. Estamos vendo levas e mais levas de pessoas que não são dos sem-terra, são alfaiates, barbeiros, "chapas", trabalhadores braçais que estão ocupando essas terras, estimulados pelo proprietário da fazenda. Precisamos fazer algo a respeito. Jamais vi qualquer manifestação deste Plenário contrária à reforma agrária. Todos somos favoráveis à implantação de uma reforma agrária eficaz. Mas o que está acontecendo para mim já é bagunça, já é subversão da ordem. V. Ex^a tocou em outro assunto também muito importante. Falei sobre a criança abandonada no meu discurso, que é algo que muito me preocupa e a todos nós. Mas existe uma certa hipocrisia quando se fala do trabalho da criança. Agradeço até hoje aos meus pais porque, desde os 10 anos, eles me colocaram para trabalhar, e nunca fui sacrificado. Desde que haja compatibilização entre o trabalho, o lazer e o estudo, penso que a criança deva trabalhar, porque aprende a ser homem desde pequeno. Evidentemente, não concordamos com o trabalho escravo, que penaliza a criança. Penso que o trabalho dignifica não só o homem, mas também a criança. Portanto, V. Ex^a trata de um assunto muito importante, sobre o qual nos devemos

debruçar, fazendo um projeto de reforma agrária sem a conotação ideológica, porque há pessoas que não querem assentamento; querem é fazer balbúrdia. Creio que V. Ex^a deveria tocar nesse assunto mais vezes, visto que conhece como poucos essa problemática. Hoje estou vendo esta aberração: os proprietários estão estimulando a invasão das suas próprias terras porque quem está pagando melhor é o Incra. As nossas terras perderam o valor, como V. Ex^a sabe, por falta de financiamento, pela inadimplência e, afinal de contas, sabemos que, no Sul do País, mais de cem proprietários, que têm tradição no cultivo da terra, estão vindo para as grandes cidades, onde não conseguem ocupação. Esse é um assunto que deve ser muito bem pensado, à luz da realidade e não com uma conotação ideológica, que é como muitas pessoas querem tratar o problema.

O SR. LÚDIO COELHO – Muito obrigado, Senador Carlos Patrocínio. V. Ex^a é de um Estado em que a atividade rural é predominante, o Tocantins. Aliás, quase todos nós aqui representamos esse Brasil silencioso.

Eu disse aqui, no começo do meu mandato, que se a reforma agrária não fosse tratada com a seriedade devida, iria haver agitações muito fortes. O Plano Real, tão bom para a Nação brasileira, está cobrando um tributo muito alto da área rural brasileira. Hoje o interior brasileiro está à venda. No meu Estado tudo está à venda. Vamos ver se, trocando de mãos, esse setor passa para pessoas mais competentes.

Na minha avaliação, todos os assentamentos feitos nos últimos dez anos não cobrem o êxodo rural provocado pelo Plano Real. Inúmeras fazendas, incluindo as minhas, estão uma tristeza, estão desertas – como sabem, sou fazendeiro e agricultor também. Lá em casa não há mais ninguém, porque não temos mais condições de manter esse pessoal.

Este assunto, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, tem sido muito discutido no Congresso Nacional. Apresentei um projeto dando preferência a pessoas ligadas ao campo, ou seja, o agrônomo, o técnico agrícola, o veterinário e também o ex-com-terra – essa nova categoria, que será logo criada, de pessoas que tinham terra e não tiveram condições de viver dela. Tira-se, então, esse que nasceu no mato e foi acostumado a trabalhar na agricultura e põe-se uma pessoa que nunca mexeu com a terra. Quem sabe o pessoal da cidade é mais competente que os da roça para plantar mandioca, abóbora, quiabo, produtos essenciais à manutenção do dia-a-dia da família?

Vou encerrar meu pronunciamento, agradecendo a atenção dos nobres companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR(PMDB-AC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu não estava presente no início desta sessão, quando a Senadora Marina Silva fez uma avaliação das eleições municipais do último dia 3 de outubro, notadamente as realizadas no Estado do Acre. Vim, portanto, forçado a solicitar a palavra para, considerando algumas afirmações da ilustre Senadora, repor a verdade dos fatos, para conhecimento da Casa e da Nação.

De inicio, Sr. Presidente, devo mostrar os números comprobatórios de que o PMDB, meu Partido, foi o grande vitorioso nas eleições municipais no Estado do Acre, pois elegeu os prefeitos em 9 dos seus 22 municípios. Inclua-se aí a Capital do Estado, que representa 50% do eleitorado total do Acre, e também Cruzeiro do Sul, que é o segundo município mais importante, no que tange à economia e também à densidade populacional.

Devo citar, ainda, os outros municípios onde o PMDB elegeu prefeitos, vitórias que registro com orgulho, neste momento, parabenizando-os novamente, como já fiz nos telegramas que lhes enderecei. Da mesma forma, cumprimento também os prefeitos eleitos por outros Partidos, o PFL, o PMN, o PSB e o próprio PT.

Os prefeitos eleitos pelo PMDB são os dos municípios de Rio Branco, Capital estadual, e Brasiléia, Jordão, Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Porto Walter, Marechal Thaumaturgo e Bujari. Em coligação com o PFL, contribuimos para a eleição do prefeito de Acrelândia. O PFL elegeu mais três prefeitos; o PPB, cinco; o PT, três; e o PMN, um.

Quanto às acusações feitas pela Senadora Marina Silva, de abuso do poder econômico nas eleições do Município de Rio Branco, tenho de contestá-las, com veemência e indignação, pois, na verdade, foram essas as eleições mais difíceis que o PMDB do Acre já enfrentou, em toda sua existência. Tivemos dificuldades para custear as despesas com a propaganda eleitoral do Partido e, não raro, empenhamos recursos pessoais, para ajudar nossos candidatos a prefeito e vereador.

Todos os acreanos, entretanto, viram que o PT não enfrentou essas dificuldades, pois talvez tenha feito a campanha mais cara do Estado do Acre!

Em Rio Branco, os **outdoors** se espalharam por toda cidade, placas com mais de 5 metros que

ainda estão lá, para quem quiser ver. Já os outros Partidos, por falta de recursos, como o PMDB, não tiveram condição de fazer o mesmo. Ninguém teve recursos para atos como a distribuição de rosas, no dia da eleição e em ocasiões anteriores. O PT colocou 4 mil cabos eleitorais nas ruas no dia da eleição enquanto o PMDB, coligado com o PDT, utilizou-se de apenas 3 mil militantes.

O PT, Srs. Senadores, plantou notícias em toda a mídia nacional, garantindo já ter feito o prefeito de Rio Branco; acreditando na própria fantasia, encorajou o chope para comemorar a vitória do seu candidato, confiante nos dados falsos que, para justificar a inevitável vitória, exibiam pretensas pesquisas, segundo as quais a administração do atual prefeito, Sr. Jorge Viana, contava com 96% de aceitação. A eleição do candidato do PT eram "favas contadas", como diz o adágio popular. Um outro provérbio diz que *afobado come cru, ou queima a língua*, mas o PT seguiu cantando vitória e espalhando notícias como a divulgada, na semana anterior às eleições, pelo jornal *Página Vinte*, que dava ao candidato do PT 14 pontos percentuais de vantagem sobre o candidato do PMDB.

O prefeito Jorge Viana, três ou quatro dias antes da eleição, declarou ao jornal *A Tribuna*, que tem em meu poder, que as eleições em Rio Branco já estavam definidas, que seu candidato iria ganhar a eleição. E, acima de tudo, o grande perdedor das eleições seria o PMDB, e que os dois Partidos capazes de crescer substancialmente no Estado do Acre eram o PFL e o PT.

Esqueceram, ou não acreditaram, que o PMDB também tem militantes, cidadãos conscientes e curtidos em 30 anos de luta contra a ditadura e as forças anti-democráticas. A maioria dos integrantes do PT, oriundos do PMDB, deveriam estar lembrados disso. Nós temos militância; temos filiados em todo o Estado; nós temos deputados estaduais; temos vereadores; temos lideranças que trabalharam muito, sem recursos nem painéis publicitários, não só antes da eleição mas também no próprio dia do pleito. E que, com dedicação e garra, surpreenderam o PT e a sua certeza de fazer o Prefeito de Rio Branco.

É isso, Sr. Presidente, que tem que ser dito: não houve influência do poder econômico. Na verdade, a militância do PMDB foi às ruas e encorralou os cabos eleitorais do PT, que não soube reagir, pois é ele, o PT, quem está acostumado a encurralar os cabos eleitorais e os militantes dos outros partidos no dia da eleição. Só que, desta vez aconteceu o contrário.

O nosso pessoal foi treinado para a disputa de espaços, para evitar a fraude, para anular a influência da máquina administrativa, que o PT usou de maneira imoderada, em Rio Branco. A responsabilidade administrativa ficou em plano inferior: era o prefeito em campanha, eram os secretários diariamente em campanha agitando, nas filas dos ônibus, nos pontos de táxi, nos estabelecimentos comerciais, nos estabelecimentos de ensino. Eles abandonaram totalmente a administração e foram fazer campanha para o seu candidato.

O prefeito não ficava mais na Prefeitura – a imprensa noticiou isso várias vezes!

Quem é que está com o poder? É o PT. O PT é o detentor da Prefeitura de Rio Branco. O Governo do Estado também não está nas mãos do PMDB. Aliás, o Governador nem tem partido.

A influência da máquina administrativa, portanto, sempre esteve exatamente em mãos do PT, que tem a Prefeitura de Rio Branco, e usou de maneira ostensiva sua força de pressão e coação, o poder econômico, nessas eleições municipais.

Nós, do PMDB, lutamos com muita dificuldade para financiar a campanha dos nossos candidatos, para custear as despesas indispensáveis de propaganda e de produzir os programas de televisão. Só nós sabemos das imensas dificuldades em conseguir arrecadar recursos para essa campanha.

Não admitimos, Sr. Presidente, é que se venha agora dizer que o PT perdeu a eleição por causa da influência do poder econômico. O PT perdeu a eleição por causa da intolerância, do autoritarismo do Prefeito Jorge Viana, que, fiado em sua alardeada popularidade, portou-se durante a campanha de maneira totalmente autoritária, quase ditatorial. Com isso, levou a maioria dos funcionários da Prefeitura de Rio Branco a votar contra o seu candidato.

Essa é a realidade dos fatos, que a imprensa do Acre está noticiando diariamente e de que a Senadora Marina Silva tem conhecimento.

A Srª Marina Silva – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. NABOR JÚNIOR – Com muito prazer, concedo o aparte a V. Exª.

A Srª Marina Silva – Agradeço a V. Exª pela oportunidade, que é interessante, porque aqui tudo fica registrado. V. Exª diz que a Prefeitura usou e abusou da máquina administrativa.

O SR. NABOR JÚNIOR – E é verdade.

A Srª Marina Silva – Eu desafio qualquer pessoa do PMDB a provar que a Prefeitura utilizou qualquer mecanismo dos seus recursos para a campanha

nha do nosso candidato. Uma coisa, e isso tem que ser diferenciado, Senador Nabor Júnior, é a militância das pessoas que têm uma presença pública, como é o caso do Prefeito. É legítimo que ele defenda o seu candidato, assim como V. Ex^a, se fosse prefeito, iria defender o seu. Os secretários da administração, se querem fazer campanha para o seu candidato, é justo que o façam. Mas V. Ex^a não pode dizer que os carros da Prefeitura, que os recursos da Prefeitura foram utilizados para a campanha do nosso candidato. Tenho certeza de que V. Ex^a é um homem responsável, e como não teria como provar, não iria dizê-lo. Uma outra coisa: dizer que o PT levou às ruas 4 mil cabos eleitorais! Colocamos na rua a militância do PT, e o Brasil inteiro sabe que o PT tem uma militância aguerrida, que vai espontaneamente.

O SR. NABOR JÚNIOR – Quer dizer que os cabos eleitorais que foram para a rua pelo PT são militantes, e os do PMDB não são, são comprados! O PMDB não tem militantes?

A Sr^a Marina Silva – O verbete "cabo eleitoral" é uma palavra usada pelos partidos tradicionais. São os partidos tradicionais que usam a expressão "cabo eleitoral". Nós nunca utilizamos esse tipo de qualificação para as pessoas que saem das suas casas e que, por ter compreensão política, vão até as ruas defender o seu candidato. Não quero aqui dizer, Senador Nabor Júnior, que as pessoas do PMDB são todas pagas, ou que são pessoas contratadas. Existem militantes do PMDB. V. Ex^a disse que o PMDB é um partido antigo. É verdade. V. Ex^a, eu sei o quanto foi MDB, depois PMDB. Um Partido que tem uma trajetória de muitos anos tem militantes, sim. Mas as fitas e o que está aparecendo em alguns meios de comunicação, pessoas inclusive reclamando a contratação que foi feita, isso não é uma invenção do PT. Sei da ida da Polícia Federal ao comitê de um candidato onde existiam centenas de pessoas reclamando algum tipo de proveito. Isto não foi criado nem inventado. São pessoas que estão reclamando. É um fato que precisa ser dito. Estou apenas me reportando ao que vi na imprensa nacional, ao que observei durante o processo eleitoral, e pedimos que a Justiça investigasse as denúncias que foram feitas, inclusive de pessoas que estão ligadas ao Governador Orleir Cameli e a empresários que não foram pagos no tempo devido, de repasses que foram feitos, segundo essas denúncias, para beneficiar a candidatura do PMDB. Não estou fazendo uma denúncia irresponsável, tanto é que encaminhamos para que a Justiça apure. Essas informações vêm de pessoas

que têm um trânsito muito forte dentro do Governo. Obtivemos recursos para a campanha como sempre fizemos. Vendendo camisetas na rua, por exemplo. As flores foram feitas com papel simples, por milhares de senhoras que passavam noites a fio fazendo flores para distribuir para a população. Inclusive eu, Senadora Marina Silva, na minha campanha, usei a mesma idéia. Foi uma coisa que inventei. Pedi o apoio das pessoas para que comprassem o papel e fizessem as flores para distribuirmos, porque era o símbolo da nossa campanha. Não estou aqui dizendo que o PMDB não tem militância. Ele tem a sua militância. Mas o que aconteceu naquele dia, eu precisei dizer ao Brasil, foi um caso muito complicado de afronta à democracia e à vontade popular. Existiam milhares de pessoas que estavam ali para cumprir a tarefa de fazer a boca de uma, e não vamos dizer aqui que eram todas militantes, porque militantes, sabemos, são pessoas que vestem a camisa do candidato e que vão lá espontaneamente. As pessoas que estavam ali, elas mesmas diziam, tinham sido contratadas. Eram elas que diziam que estavam sendo contratadas. E eu conheço inúmeras pessoas – moro em bairro de periferia –, vizinhos da casa do meu pai. Posso aqui citar, se for possível até dar o endereço dessas pessoas.

O SR. NABOR JÚNIOR – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, vejam bem as contradições da Senadora Marina Silva. Ela disse que na campanha do PT foram utilizados militantes, e, na do PMDB, as pessoas foram compradas.

Anotamos, no nosso comitê, os nomes de milhares de pessoas que, espontaneamente, comprometeram-se a ir para as ruas no dia da eleição, sem pagamento nenhum. Quando muito, o Partido dava uma merenda para que elas não suspendessem a fiscalização das sessões eleitorais, pois, é claro, não podiam ficar sem alimentação. Quando muito, portanto, demos uma pequena merenda para essas pessoas.

Se há quem diga que foi contratado a peso de dinheiro, como a Senadora Marina Silva afirma, no seu pronunciamento – que 15 mil pessoas do PMDB foram às ruas – isso não tem o menor fundamento. Nós só pudemos relacionar cerca de 3 mil pessoas para trabalhar no dia da eleição, enquanto elementos de alta responsabilidade do PT informaram a amigos meus que iam colocar nas ruas 4 mil filiados, 4 mil militantes ou cabos eleitorais.

O PMDB, junto com o PDT, não tinha nem 3 mil. Sr. Presidente, minha vida de homem público já dura há 34 anos; desde 1962 disputei sucessivas

eleições. Eu nunca fiz boca de urna, jamais cabalei-voto no dia da eleição e sempre me elegi. Não acredito nessa história de inverter o resultado da eleição no dia – ainda mais em Rio Branco, onde foi utilizado o sistema eletrônico da Justiça Eleitoral. Não acredito na influência sobre o eleitor no dia da eleição porque esta é uma lição de quase 4 décadas: elegi-me deputado estadual em 1962; em 1966, fui reeleito; em 1970, nova reeleição; em 1974, fui o deputado federal mais votado; em 1978 também. Elegi-me Governador em 1982, sem ter um carro sequer; eu andava de carona. Não tive dinheiro para mandar fazer a propaganda, os meus amigos é que mandaram fazer. E isso contra a influência do Governo Federal, na época encabeçado pelo General Figueiredo; também tive de enfrentar o Governo do Estado e os 12 prefeitos municipais, que eram nomeados pelo Governador. Pois venci sem poder econômico, sem fazer cabala em boca de urna, sem colocar cabos eleitorais nas ruas.

Isso que se tenta afirmar é uma ofensa à honra e à dignidade do eleitorado de Rio Branco. Não acredito na história de dizer que, no dia das eleições, os cabos eleitorais mudaram o curso e a vontade dos cidadãos riobranquenses: é ofensa à sua honra e à sua dignidade. Isso não existe em política. Desafio quem prove o contrário!

Como o candidato do PT ganhou em meu Município, em Tarauacá, por quase 1.500 votos? Também foi através dos cabos eleitorais, Sr. Presidente? As outras vitórias do PT também foram por influência do poder econômico? Não existiu nada disso! Acontece que o PT contava como certo eleger o Prefeito de Rio Branco, tanto assim que já havia até comprado chope, repito, para comemorar a vitória. Começaram a festa tão cedo, tomaram tanta cerveja nos cinco ou seis dias antes do dia 3 de outubro, que não se deram conta da existência de 12 a 14% de indecisos.

O nível baixo da campanha do PT também agrediu a consciência popular, que reagiu, indignada, a coisas como aquelas publicadas pela facção petista, principalmente no jornal Página 20, que chegou a insultar a honra pessoal e a sagrada honra da família do candidato do PMDB, o Deputado Federal Mauri Sérgio. Não quero nem repetir aqui os termos mencionados pelo jornal, mas o povo leu. Isso fez com que muitos se revoltassem e votassem no candidato do PMDB, reagindo à baixarias de que ele foi vítima.

Essa é a realidade dos fatos, que trago ao conhecimento da Casa para que dela se faça devida avaliação.

Como poderíamos utilizar o poder econômico, Sr. Presidente, se para cobrir as despesas dos demais Municípios, no interior do Estado, recebi uma ajuda do Partido de R\$ 8 mil? São 21 Municípios, onde concentrei meu trabalho onde, afinal, está o poder econômico do PMDB que o PT tanto proclama?

Que abuso do poder econômico, restrito à Capital? Ele deveria ter sido estendido ao interior, onde elegemos apenas 8 dos 21 prefeitos. Onde está, afinal, a influência do poder econômico nas eleições?

Se o Prefeito Jorge Viana não soube escolher o candidato na Capital, em que pese a sua alardeada popularidade, é outro problema. O seu candidato perdeu, contrariamente ao que aconteceu em outras capitais, como São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba, onde os prefeitos tinham boa aceitação e conseguiram eleger ou colocar no segundo turno os seus candidatos. No Acre, isso não ocorreu porque o candidato não tinha nenhuma popularidade, mas um índice de rejeição muito alto, rejeição ao Partido e a ele próprio. A culpa, portanto, não é do PMDB, mas do PT, que não soube escolher o candidato e avaliou mal a força da sua legenda.

A Srª Marina Silva - V. Exª me permite um aparte?

O SR. NABOR JÚNIOR - Concedo um aparte a V. Exª, com muito prazer.

A Srª Marina Silva - Muito obrigada. Veja bem, Senador Nabor Júnior, saí dessas eleições de cabeça erguida. Primeiro, porque, mesmo lutando contra tudo e contra todos, V. Exª sabe que a **TV Gazeta**, o jornal **A Gazeta** fizeram o tempo todo uma campanha perversa de difamação do candidato Marcos Afonso, inclusive com calúnias a minha pessoa, na véspera da eleição. A calúnia que me fizeram foi de cortar a alma! Disseram que eu havia sumido com o dinheiro das ONGs. Primeiro, entregue essa calúnia a Deus, porque sei que Ele é o supremo defensor da minha honra; depois, para a Justiça, porque essa é uma calúnia que não tem tamanho. V. Exª me conhece, sou uma pessoa humilde, pobre e fiz a campanha do meu candidato apenas usando o respeito e a credibilidade que a população do Estado deposita em mim, graças a Deus. Não admito esse tipo de difamação. Quando se fala em campanha caluniosa contra o PMDB, ela existiu de uma forma muito mais potente, porque os meios de comunicação são de maior alcance, feitos por outras empresas – V. Exª sabe muito bem a quem pertencem. Segundo, o Governador Orlei Cameli, que, antes, foi motivo de crítica pela nossa Bancada, mudou completamente o discurso, inclusive a relação com o PMDB modifi-

cou-se com o Governador completamente. Quando dizemos que houve apoio do Governador, inclusive com recursos financeiros – estamos enviando o caso à Justiça, a fim de que sejam investigadas essas liberações –, nós o afirmamos baseados em denúncias reais, e a Justiça dará a resposta. O depoimento das milhares de pessoas que dizem ter sido contratadas – são elas que o dizem – também caberá à Justiça investigar. Estamos discutindo um problema de uma eleição que passou. V. Ex^a está defendendo o seu candidato, e estou mencionando esses fatos por um dever de justiça e para dar conhecimento ao povo brasileiro, assim como muitos outros Colegas o fizeram nesta Casa; os Senadores Júlio Campos, Romero Jucá e Jefferson Péres. Estou dizendo o que aconteceu em relação ao abuso do poder econômico. V. Ex^a sabe que, quando se está à frente de uma administração pública e se respeita o dinheiro público, não é suficiente fazer parte do poder público para se abusar do poder econômico; é preciso tomar essa decisão e não ter ética. Asseguro a V. Ex^a, no entanto, que não houve essa prática, em nenhum momento, pelo Partido dos Trabalhadores à frente da Prefeitura de Rio Branco. Saímos vitoriosos porque, mesmo sem falsas promessas, sem abuso do poder econômico, conseguimos que 43% da população do Município de Rio Branco acreditasse num projeto político que não compra votos, que não faz falsas promessas e que trata a população com respeito. Inclusive, tratou com muito respeito V. Ex^a, embora, muitas vezes, não tenha havido reciprocidade.

O SR. NABOR JÚNIOR. – Senadora Marina Silva, quero dizer a V. Ex^a que não concordo absolutamente com as acusações que algum órgão da imprensa acreana tenha feito a V. Ex^a. Eu a conheço há muitos anos, sei da sua honra pessoal, da sua honestidade, da sua dignidade pessoal. Não concordo, não aprovo e nunca aprovei esse tipo de acusação, parta de quem partir.

Mas também quero aqui ressaltar que o nosso candidato foi muito mais agredido, muito mais ofendido. Inclusive veicularam uma série de informações de que o Governador teria entregue à Empresa Regional de Táxi Aéreo R\$ 1.200 milhão, para esse dinheiro ser repassado dinheiro retirado do Banco do Estado. Nada disso aconteceu, mas, essas denúncias, feitas pelo Partido de V. Ex^a junto à Justiça Eleitoral, certamente serão apuradas e tudo vai ser esclarecido. E fazemos absoluta questão dissol-

Eu gostaria, porém, que o PT também esclarecesse onde conseguiu recursos para custear toda

aquela campanha caríssima, Sr. Presidente, Srs. Senadores. A campanha mais cara de toda a eleição da Capital de Rio Branco foi a do PT. Os outdoors do PT estão expostos para quem quiservê-los, mas o PMDB não teve condições de colocar uma placa sequer na cidade. Além da propaganda, o PT tentou faturar eleitoralmente eventos como a inauguração do terminal rodoviário, usando a mesma estrutura para fazer a campanha do candidato a prefeito do PT, ao lado do Prefeito Jorge Viana. Essa é a realidade dos fatos.

A Sr^a Marina Silva – Senador Nabor Júnior,...

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Senadora Marina Silva, o tempo do Senador Nabor Júnior já está esgotado.

O SR. NABOR JÚNIOR – Já vou concluir, Sr. Presidente.

Quero refutar as declarações da Senadora Marina Silva, pois sei das dificuldades que nós, do PMDB, passamos. Eu mesmo tive que utilizar recursos próprios e, hoje, a minha conta pessoal no Banco do Brasil está altamente negativa, esgotando os limites do cheque especial, uma vez que tive que ajudar muitos candidatos às prefeituras e às câmaras municipais.

Quem quiser comprovar, deve ir a Rio Branco para ver a riqueza ostensiva da propaganda do PT. Essa história de dizer que a campanha foi toda custeada com venda de camisas e feijoada não cabe na cabeça de ninguém, não se pode acreditar nisso, porque a campanha do PT, em Rio Branco, foi a mais cara nas eleições de 1996. Não há feijoão que pague tudo que o PT fez!

Vamos aguardar a prestação de contas de cada partido para verificarmos realmente a assertiva das minhas declarações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PFL – RR) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, antes de tratar da questão que é objeto do meu pronunciamento, eu gostaria apenas de registrar novamente o que disse ontem: não basta termos uma legislação eleitoral que aponte como as eleições devem ocorrer, mas temos que ter uma justiça eleitoral com instrumentos efetivos para que possa fiscalizar e dirimir as questões pertinentes às eleições.

Tivemos, em Roraima, um problema sério, grave no tocante às eleições e vemos pelo debate dos Senadores do Acre que também se questiona, com

posições diferentes, o problema das eleições no Estado do Acre e, especificamente, em Rio Branco.

Eu gostaria de registrar que precisaremos de ter muito cuidado quando discutirmos e votarmos a proposta de reeleição, exatamente para que a legislação eleitoral, o Ministério Público, enfim, para que os organismos fiscalizadores da eleição tenham efetivamente instrumentos que permitam coibir qualquer tipo de abuso e investigar qualquer tipo de acusação. Se há hoje várias acusações, haverá muito mais no momento em que os detentores de cargos executivos disputarem a eleição, descompatibilizarem-se dos seus cargos para fazê-lo.

Os casos ocorridos em Boa Vista, Roraima, Acre, Mato Grosso, enfim, todas as reclamações devem servir de ensinamento. Dessa forma, teremos condições de, no momento de discutir a nova legislação eleitoral, a reeleição e a possibilidade de os detentores de cargos majoritários disputarem essa eleição ainda nos seus mandatos, dotar, principalmente o Ministério Público e a Justiça Eleitoral, de instrumentos efetivos para fiscalizar a vontade expressa nas urnas.

Pretendo, no meu pronunciamento de hoje, Sr. Presidente, referir-me a uma questão que diz respeito à Amazônia, que é tão séria quanto os temas que foram manifestados neste plenário hoje. Trata-se da questão indígena. Preocupa-me, como ex-Presidente da Funai, a forma pela qual o Governo Federal vem tratando a questão indígena no País. A imprensa, durante toda esta semana, noticiou a invasão da mina do Pitinga, no Paranapanema, vizinha à Reserva Uaimiri-Atroari, que permeia os Estados de Roraima e do Amazonas.

Segundo o Estado de São Paulo de hoje, a situação é tensa na mina ocupada pelos índios. Os índios estão buscando a reparação de uma decisão tomada há vários anos – durante o Governo João Figueiredo –, que reduziu a área indígena uaimiri-atroari. Havia inicialmente uma expectativa e um laudo antropológico de demarcação dessa área uaimiri-atroari. Mas, para possibilitar a exploração mineral da mina do Pitinga, que até então era a maior mina de cassiterita do Brasil e uma das maiores do mundo, o Governo reduziu a área indígena pretendida. Como já disse, isso ocorreu no Governo Figueiredo. Esse é um caso grave. Entendo que o atual Governo Federal tem conduzido mal a questão indígena, tem conduzido mal especificamente em relação ao problema a que agora me refiro. Conheço os índios uaimiris-atroaris e entendo que, se não for bem conduzida essa questão, teremos mais proble-

mas. O Governo também não soube conduzir o problema da interdição da pavimentação da BR-174.

Pelos estudos a que tive acesso, posso afirmar que os índios uaimiris-atroaris têm razão: A área foi reduzida – como eu disse – no sentido de que fosse feita a exploração mineral daquela reserva, que era importante para o País.

Há um projeto de lei de minha autoria, já aprovado no Senado – hoje tramita na Câmara dos Deputados – que regulamenta a Constituição para que possa haver a exploração mineral em reservas indígenas, sob determinado controle.

Se esse projeto já fosse lei há alguns anos, a área uaimiri-atroari não teria sido reduzida; haveria a exploração mineral e os índios estariam recebendo royalties.

Encaminharei oficialmente à Mesa da Câmara um expediente no sentido de que esse projeto tenha tramitação rápida, porque entendo que, sendo aprovado o projeto, vai existir uma forma de se reparar a disputa da área uaimiri-atroari, onde está situada a mina do Pitinga.

Registro ainda, preocupado, a estadia do Ministro da Justiça, Nelson Jobim, em Roraima hoje, juntamente com o Presidente da Funai, com o Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, General Cardoso, com o Secretário-Executivo do Ministério da Justiça, Dr. Milton Sligmann. Encontram-se desde ontem em Roraima para avaliar a questão da proposta de demarcação da área contínua de Raposo-Serra do Sol, no norte do Estado de Roraima.

Não nos preocupa a ida do Ministro em Roraima, e sim a maneira pela qual o Governo Federal vem tratando essa questão. Não assistimos, até agora, à discussão de uma proposta alternativa de entendimento que atenda aos objetivos da demarcação das áreas indígenas e também à sobrevivência principalmente dos municípios de Uiramutã e Normandia. Se a área indígena for demarcada da forma como se pleiteia, esses municípios acabarão. Preocupa-me sobretudo o clima de guerra que poderá ocorrer em Roraima com a contínua demarcação dessas áreas.

O nosso Estado tem mais de 4 milhões de hectares demarcados como reserva Ianomámi. Se mais 2 milhões e 300 mil hectares forem destinados à reserva Raposo-Serra do Sol – trata-se principalmente de local onde estão as principais fazendas do Estado no tocante à criação de gado –, de forma abrupta, sem negociação, estar-se-á criando uma situação extremamente delicada para a ordem social não só das comunidades indígenas, mas também dos outros segmentos sociais de Roraima.

Apelo nesse sentido ao Ministro Nelson Jobim, ao Presidente da Funai e principalmente ao Governador do Estado que, no meu entender, é o grande culpado, o grande responsável pela não-apresentação de uma solução que atenda à pretensão dos Índios. Não adianta o Governo, alguns setores políticos do Estado dizerem que são contrários à demarcação. Há de se ter uma proposta alternativa que atenda aos Índios, mediante a demarcação, e que crie corredores de passagem, espaços, onde haja a convivência da população não-índia, principalmente nos municípios de Normandia e Uiramutã.

Alerto, portanto, para essa preocupação. Espero que na próxima semana haja um diálogo entre o Ministro Nelson Jobim, a equipe da Funai e a Bancada Federal de Roraima. Precisamos discutir alternativas. Lamento que, o Governador Neudo Campos não tenha até agora apresentado, como sugerimos, um estudo de viabilidade, um estudo de entendimento, um estudo que conte com posicionamentos dos Índios, da Igreja Católica, dos prefeitos, da Bancada Federal, enfim, de todos os segmentos envolvidos. Somente dessa forma, poderemos ter a pacificação do Estado de Roraima. Os Índios precisam de uma demarcação de terra que lhes atenda o interesse.

Registro, mais uma vez, a minha preocupação quanto à forma pela qual a questão indígena está sendo tratada pelo Governo Fernando Henrique Cardoso. Espero que se corrijam esses rumos e que efetivamente o Governo Federal tome posições que atendam às comunidades indígenas e que, consequentemente, pacifiquem a convivência dos Índios com os brancos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB-PR. Pronúncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, dois motivos me trazem a esta tribuna: um deles é trazer ao conhecimento do Senado Federal uma carta que recebi dos agricultores da região sudoeste do Paraná, que estão em plena colheita da safra de trigo de 1996.

Os agricultores informam que o plantio foi grande e que a produção está sendo satisfatória; o que não está a contento é a comercialização. Os moinhos não querem o produto; o agricultor produziu e agora está à mercê dos moinhos, que estão importando trigo importado com subsídio nos seus países de origem. Eles solicitam a mim, Senador do Paraná, que interfira junto aos órgãos responsáveis, para que venham em auxílio do produtor.

Fica o registro. Não acredito, no entanto, que o Governo Fernando Henrique Cardoso tenha alguma intenção de auxiliar os produtores agrícolas brasileiros. A prática do Governo é a pior possível. A cultura do trigo está sendo massacrada. Já chegamos a produzir seis milhões e 300 mil toneladas de trigo ao

ano e vemos essa produção ser reduzida a pouco mais de dois milhões de toneladas.

Realmente não sei o que dizer aos produtores que me mandam esta carta. O que posso dizer é que o Governo não tem política agrícola, fala em reforma agrária mas como não tem política agrícola está forçando o agricultor com terra a abandonar a terra. E a política de livre mercado, que pretende inclusive acabar com os estoques reguladores é, sem a menor sombra de dúvida, uma política antinacional.

Fica, no entanto, a advertência e o recado para o Ministro da Agricultura, que também, a bem da verdade se diga, não tem manifestado grande preocupação com o setor.

O segundo motivo, Sr. Presidente, é comemorar o lançamento do Jornal *Se7e Dias da Semana*, do Sebastião Nery e mais sete jornalistas. E, na comemoração desse jornal, louvar a excepcional entrevista feita com o nosso ex-Senador e ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal, Paulo Brossard.

Vou ler alguns trechos dessa entrevista.

A pergunta:

“Ministro Paulo Brossard, o que aconteceu com o Presidente Fernando Henrique Cardoso: o socialista que virou neoliberal?

– Não tenho condições para responder à pergunta, que envolveria uma familiaridade com a personagem, que não tenho. Mas o que digo é que a Constituição brasileira, na sua sabedoria, proibiu a reeleição dos presidentes e ele está pleiteando a reeleição. Isto, no Brasil, é uma deformação do presidencialismo. Parece que nos esquecemos um pouco da nossa história. No plano federal, sempre se vedou a reeleição do presidente para o período imediato. Dois presidentes se elegeram duas vezes dentro das normas legais: Rodrigues Alves, que venceu a Presidência da República em 1902 e depois foi eleito a segunda vez em 1918, mas, por motivo de saúde, não assumiu. E Getúlio Vargas, que não foi eleito propriamente a primeira vez, pois chegou ao governo através de uma revolução, e depois, por eleição parlamentar. Só após o governo Dutra é que ele veio a ser eleito por via direta.

De modo que a nossa tradição é esta, embora os governadores pudessem reelegê-lo, na República Velha, e o caso clássico foi o do Rio Grande do Sul, em que Borges de Medeiros foi reeleito quatro vezes, avelo a Resolução de 23. Foi feita uma resolução contra os abusos da reeleição e a reforma constitucional de 26 adotou a norma proi-

bitiva. Quer dizer, ignora-se tudo isso. Verifica-se a fragilidade das instituições, pois basta um presidente ambicioso e sem o senso de respeito à visão histórica nacional, para que a Constituição mude a favor do seu intento".

Nova pergunta:

"E obtém, para isso, o respaldo da maioria que o apóia".

Paulo Brossard:

"- É a tal coisa, mas tem mais. Veja: até hoje, que programa partidário pregou a reeleição do Presidente? Nenhum. Faço uma pergunta: qual é o homem público, o homem de pensamentos e de responsabilidade nacional que tenha defendido isso?"

Ao que se sabe, ninguém!

- Veja só, nos perfodos militares, nos governos militares não houve isso".

E o Ministro Paulo Brossard acrescenta:

"- Isso me faz lembrar que o Castelo disse que o cemitério estava cheio de pessoas insubstituíveis. Pois bem, agora, nessa altura do século está acontecendo isso".

Belfssima a entrevista do Ministro Brossard ao **Se7e Dias da Semana**.

Outra pergunta:

"- Fala-se que o Rio Grande do Sul, apesar das vantagens que aparentemente o Mercosul traz ao País, teria deixado de produzir trigo. O Estado tinha uma produção promissora e, hoje, o Brasil se limita a importar esse produto..."

(Trigo, no Brasil, é produzido pelo Paraná e pelo Rio Grande do Sul. O Paraná produz cerca de 60% do trigo produzido no País e o Rio Grande produz cerca de 30%.)

A resposta do Ministro Paulo Brossard:

"- Não é só isso, a política do trigo foi hostilizada, e o Brasil, que já tinha uma produção bastante apreciável, produz hoje muito pouco. E agora importa-se trigo, porque é mais barato importar do que produzi-lo.

Acho que nenhum país pode ter a veleidade de produzir tudo que consome. O ideal mesmo é produzir um pouco, que lhe assegure, pelo menos em momentos de crise, condição de resistir, porque, se não, fica totalmente dependente dos outros. Que o Brasil produzisse, portanto, pelo menos a metade do que consome e importasse a outra metade. Assim, quando estiver em situação de dificuldade e for preciso reduzir o

consumo será mais fácil fazê-lo. O Rio Grande produzia milho, arroz e trigo. Mas, essa produção caiu brutalmente. Já Importamos quase todos esses produtos."

"E querem acabar com a **Voz do Brasil** e o noticiário do Legislativo". -A pergunta é colocada pelo **Se7e Dias da Semana**.

E o nosso ex-Senador, o nosso Ministro Paulo Brossard responde:

"- Nós assistimos, em alguns momentos, uma certa vulgarização demasiada. Qualquer pessoa achava que podia ser qualquer coisa. Na campanha civilista, o Senador Quintino Bocaiuva chegou a fazer o elogio do despreparado. Quintino, propagandista da república e federação, um dos pais da República! De modo que há hoje essa coisa. Agora, para exercer uma atividade pública, meu Deus do céu, as pessoas são quase agredidas. Político, hoje, é citado nas televisões como um criminoso. Todas as televisões têm, todos os dias, algum tipo de programa cujo personagem mais achincalhado é o político. É deprimente.

Sobre as medidas provisórias, nos diz o ministro:

"- Essas medidas são uma vergonha nacional... E o pior é que não é o Presidente quem legisla, mas os burocratas anônimos. Quem governa o Brasil? O Conselho Monetário Nacional, o Banco Central e o Ministério da Fazenda, quer dizer, um clube fechado. Na verdade, o País é governado desta forma, não há a menor vinculação, o menor apreço com o que se chama povo, opinião pública, instituições democráticas, tradição nacional, dignidade nacional. Mas, o que impede que a maioria que apóia o Governo faça prevalecer a vontade parlamentar? O presidencialismo!"

É uma opinião parlamentarista com a qual eu não comungo.

Mas, de qualquer forma, o jornal se lança com uma entrevista e uma qualidade extraordinárias. Requeiro a V. Ex^a, Sr. Presidente, a transcrição, na íntegra, dessa belfssima entrevista do **Se7e Dias da Semana** com o Ministro Paulo Brossard, entrevista em que ele diz, com todas as palavras e com a contundência que o caracteriza: "Reeleição é insulto à Nação".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ROBERTO REQUIÃO EM SEU DISCURSO:



ESTAMOS
ATRAVESSANDO
UM PERÍODO DE
PROFUNDA
DETERIORAÇÃO
MORAL E
UNIVERSAL

Ministro Paulo Brossard, o que aconteceu com o presidente Fernando Henrique Cardoso: o socialista que virou neoliberal?

– Não tenho condições para responder à pergunta, que envolveria uma familiaridade com a personagem, que não tenho. Mas o que digo é que a Constituição brasileira, na sua sabedoria, proibiu a reeleição dos presidentes e ele está pleiteando a reeleição. Isto, no Brasil, é uma deformação do presidencialismo. Parece que nos esquecemos um pouco da nossa história. No plano federal, sempre se vedou a reeleição do presidente para o período imediato. Dois presidentes se elegeram duas vezes dentro das normas legais: Rodrigues Alves, que venceu a Presidência da República em 1902 e depois foi eleito a segunda vez em 1918, mas, por motivo de saúde, não assumiu. E Getúlio Vargas, que não foi eleito propriamente a primeira vez, pois chegou ao governo através de uma revolução, e depois, por eleição parlamentar. Só após o governo Dutra, é que ele veio a ser eleito por via direta.

De modo que a nossa tradição é esta, embora os governadores pudessem reeleger-se, na República Velha, e o caso clássico foi o do Rio Grande do Sul, em que Borges de Medeiros foi reeleito quatro vezes. Ai veio a Revolução de 23. Foi feita uma revolução contra os abusos da reeleição e a reforma constitucional de 26 adotou a norma proibitiva. Quer dizer, ignora-se tudo isso. Verifica-se a fragilidade das instituições, pois basta um presidente ambicioso e sem o senso de respeito à visão histórica nacional, para que a Constituição mude a favor do seu intento.

E obtem, para isso, o respaldo da maioria que o apóia.

– É a tal coisa, mas tem mais. Veja: até hoje, quem pensou que o presidente é sempre o presidente? Nenhum.

Faço uma segunda pergunta: qual é o homem público, o homem de pensamento e de responsabilidade nacional que tenha defendido isso?

As medidas provisórias são uma vergonha nacional.

AS MEDIDAS PROVISÓRIAS SÃO UMA VERGONHA NACIONAL

Ao que se sabe, ninguém.

– Veja só, nos períodos militares, nos governos militares, não houve isso...

Até o General Getúlio, no auge do poder, opôs-se à reeleição.

– Isso me faz lembrar que o Castelo disse que o cemitério estava cheio de pessoas insubstituíveis. Pois bem, agora, nesta altura do século, está acontecendo isso.

Senador, o senhor não gosta de rótulos, mas consideravam político liberal, que é o que se

preocupa com a dignidade do ser humano diante do poder do Estado. Hoje, parece que o neoliberalismo é, na verdade, antiliberal, porque põe o interesse econômico acima dos interesses do ser humano...

– As conquistas científicas e tecnológicas são de tal monta que o mundo ficou pequeno, pois qualquer pessoa, dentro de sua casa, tem contato com o que quer, em qualquer lugar do universo. De tudo isso não nos damos conta, mas um belo dia é uma realidade que está ali, debaixo do nariz. O que parece cada vez mais evidente é que enquanto podemos dizer que o progresso material toma ritmo acelerado, do progresso moral não se pode dizer o mesmo. Ao contrário: acho que estamos atravessando um período de profunda deterioração moral e universal.

Por falar em moral, existe algum meio de controle social e legal para os abusos atribuídos às televisões que são concessionárias estatais?

– Aí é que está. Disse no Senado, mais de uma vez, quando liderava a oposição, que o maior malefício do autoritarismo era o de destruir e deformar o conceito de autoridade. E vejo isso repetindo dia a dia. O que as pessoas têm é medo de exercer a autoridade legitimamente dentro dos limites da lei.

Mas parece que a emenda da reeleição, por exemplo, será aprovada. O Governo terá "meios" para garantir a aprovação desse mérito.

– Se o presidente Castelo Branco tivesse querido, também teria sido reeleito. Não lhe faltaria apoio. Se o General Geisel quisesse, também teria sido reeleito. Pois bem, foi preciso que chegasse à Presidência da República não um militar, não um general, mas um civil; não um homem de caserna, mas um professor universitário, para que o Brasil regredisse ao nível mais baixo da América Latina em matéria de provimento de cargos públicos, de cargos de chefia de Estado. Considero isso um insulto à Nação, aos 150 anos de Brasil independente, a todos os homens públicos que passaram por este País. E ele (FHC) se dizia parlamentarista.

Que pensa do processo de globalização, no mundo periférico? Ele está fazendo surgir uma série de defensores da tese do Estado mínimo...

– Penso que o Brasil sempre espera muito do Governo. O Governo é que tem que fazer isto e aquilo. O processo de estatização – não de socialização – começou em 1930, progrediu no Estado Novo e expandiu-se enormemente na penúltima presidência de regime militar. Houve muitas iniciativas louváveis e também muitos excessos no setor. No meu modo de entender, as regras da Administração Pública não são as melhores quando se trata da exploração da atividade privada.

– O dono de uma empresa ou de uma indústria toma decisões e corre o risco de ganhar ou perder; pode ir à falência. O administrador público não pode fazer isso. Em um determinado momento,

precisa-se reinvestir e ampliar. E as coisas na Administração Pública são lentas. Talvez, a lentidão seja o maior defeito da administração, porque é algo que é quase que inevitável. Se há condições, vou à

levanto um empréstimo. Um administrador não pode fazer isso e, se o fizer, estará condenado. A partir de um certo momento, na medida em que crescem, as coisas vão-se tornando onerosas, difíceis.

Mas o Sr. concorda com a privatização da Vale do Rio Doce?

– Acho que esse é um caso diferente dos outros. Na medida em que a administração puder livrar-se de uma série de iniciativas que não são fundamentais, isso será bom. Agora, quanto à Vale, tenho dúvidas, porque realmente essa empresa é de grande porte, tem raízes e um enorme patrimônio.

E o mapa de todo o subúrbio brasileiro...

– Quer dizer: a Vale é uma empresa diferente das outras.

É estratégica.

– Posso até ser 90% favorável à privatização, mas, nesse caso, eu seria obrigado a pensar duas vezes, porque realmente a Vale é uma empresa extraordinária e tem um patrimônio fabuloso. Depois, há outra coisa. Parece-me que um administrador, por mais poderoso que seja, não tem o direito de fazer certas coisas. Um administrador não tem o direito de desfazer aquilo que não fez. Se fiz uma obra, posso dizer que a mesma não se justifica, não convém; posso admitir que errei. Mas quem recebe alguma coisa para a qual não contribuiu, não pode desfazer, apagar, destruir. Isso é uma temeridade.

E gerações fizeram a Vale.

– Aí é que está. Acho que não têm o direito. A empresa está mal administrada?

– Não.

Tem dado resultados negativos?

– Não, ao contrário.

Tem ensejado escândalos, abusos?

– Também não.

Seria então, tolco vender uma empresa que dá lucro, para pagar dívidas que crescem em proporção geométrica?

– Aí é que está, é outro aspecto. Faço-me uma pergunta: Será que os recursos obtidos até agora com as privatizações tiveram utilização adequada e foram nacionalmente úteis? Ou têm sido consumidos pela estúpida taxa de juros que o próprio Governo é obrigado a pagar, dada a sua insana

É INSULTO À NAÇÃO

TRÊS VEZES DEPUTADO ESTADUAL, DEPUTADO FEDERAL, SENADOR, MINISTRO DA JUSTIÇA E MINISTRO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ESTA A TRAJETÓRIA DA VIDA PÚBLICA DO GAÚCHO DE BAGÉ, PAULO BROSSARD. LÍDER DO MDB NO SENADO, CHEGAVA A OCUPAR A TRIBUNA POR MAIS DE TRÊS HORAS CONSECUTIVAS, SEM CANSAR A AUDIÊNCIA. OS LUGARES NAS GALERIAS ERAM DISPUTADÍSSIMOS. IMPLACÁVEL NA ANÁLISE DO GOVERNO DO PRESIDENTE GEISEL, A QUEM APELIDAVA DE "CONSTITUINTE DO RIACHO FUNDO", ATÉ NOS GESTOS ERA ELOQUENTE. A INDIGNAÇÃO DE BROSSARD CONTINUA. NESTA ENTREVISTA, ANALISA PROBLEMAS DO BRASIL DE HOJE, COMO REFORMA AGRÁRIA, FEDERAÇÃO, VIOLENCIA URBANA E RURAL, DESEMPREGO, DESEMPENHO POLÍTICO DOS PODERES DA REPÚBLICA E REELEIÇÃO, QUE CONSIDERA UM INSULTO AO PAÍS. PARTICIPARAM DA ENTREVISTA RUBEM AZEVEDO LIMA, TARCÍSIO HOLANDA, SEBASTIÃO NERY E J. O. BARBOSA GONÇALVES (GUÊQUÉ)...

política financeira? Porque vender um patrimônio para transformá-lo em riqueza social pode ser ótimo; agora, vender um patrimônio que acaba sendo rido pela usura, isto é coisa de internar, chega à deméria.

Os liberais falam que a privatização financeira é a dívida pública interna. Ora, só a rolagem dessa dívida em 1996 deve custar, segundo os entendidos, R\$ 12 bilhões. A dívida já está em R\$ 150 bilhões e o governo reconhece que, no fim das contas, o máximo que pode acontecer de renda para a Vale são 4 ou 5 bilhões de reais.

— Quero perguntar: Valerá a pena vender um patrimônio desse porte para um resultado mosso? O que me impressiona é isso. O governante do hoje é eventual, amanhã vai estar no cemitério. Será que ele tem o direito de fazer isso para ser reeleito? Também o cemitério o aguarda.

E esse movimento dos sem-terra? Ninguém hoje discute que a reforma agrária é indispensável, mas o Governo não tem um cadastro rural, para evitar a ação dos especuladores...

— Esse é um aspecto que me impressiona muito. Sempre fui ligado à terra, à agricultura, e faria duas observações preliminares. A primeira delas é que aquele que tem tradição agrícola no Brasil, o agricultor, o homem que vive no campo, de economia rural, está entrando numa época de miséria. O empobrecimento é uma coisa alarmante. Em virtude dessa política de juros extorsivos, abusivos, usurários, o empobrecimento é alguma coisa incalculável.

Muito bem. Então, ao mesmo tempo em que aquele que tem tradição não tem nada, não recebe educação, saúde, não tem segurança, não tem transporte, não tem nada, ainda empobrece! E hoje, com o endividamento impagável — impagável —, para aquele que não tem tradição, não se sabe quem é, não se sabe de onde veio... O que me parece mais grave nesse problema é que o governo não conduz isso aí. É um problema delicado, que exige grande competência e o governo está sendo conduzido, é a deterioração da autoridade. No ano passado, houve manifestação dos agricultores do Rio Grande. O Presidente da República não os recebeu. Dias depois, recebeu uma comissão dos chamados sem-terra, em palácio, que, com o dedo na cara, inclusive, fixou ao governo prazos, sob pena de tomar tais e tais providências. No jornal, hoje, leio isso: "Vamos fazer isso". Anunciam que vão cometer um ilícito e cometem! Anunciam dia e hora, e fazem, e não há uma autoridade capaz de cumprir a lei. Isso é a deterioração do Estado e da administração. Uma administração que não é respeitada e nem se respeita.

Fala-se que o Rio Grande do Sul, apesar das vantagens que, aparentemente o Mercosul traz ao País, teria deixado de produzir trigo. O estado tinha uma produção promissora e, hoje, o Brasil se limita a importar esse produto...

— Não é só isso, a política do trigo foi hostilizada, e o Brasil, que já tinha uma produção bastante agradável, hoje produz muito pouco. E agora, importa-se trigo, porque é mais barato importar do que produzi-lo.

— Ach que nenhum país pode ter a veleidade de produzir tudo que consome. O ideal, mesmo, é produzir um pouco, que lhe assegure, pelo menos em momentos de crise, condição de resistir, porque, se não, fica totalmente dependente dos outros. Que o Brasil produzisse, portanto, pelo menos a metade do que consome e importasse a outra metade. Assim, quando estiver em situação de dificuldade e for preciso reduzir o consumo será mais fácil fazê-lo. O Rio Grande produzia milho, arroz e trigo. Mas, essa produção caiu brutalmente. Já importamos quase todos esses produtos.

A produção em 1997 continuará calmo?

— O Presidente da República, numa de suas viagens disse que o Produto Interno Bruto iria aumentar 6%. Nem seus ministros repetiram esta afirmação. Agora, segundo o IBGE, o aumento do PIB será de 2,5% a 2,8%. Mas o Presidente fala em 6%. Não se disse a ele que a produção agrícola iria cair. O IBGE calcula que a quebra da safra este ano será de 7,9% e no ano que vem, maior.

A Federação e os Estados estão em crise?

— Não sei se os senhores se lembram que este senador aqui se opôs ao endividamento irracional dos estados com os empréstimos externos e foi acusado de ser contra os interesses de seu estado. Lembram-se?

— Perfeitamente.

— Lembram-se de um empréstimo externo para renovar o serviço de bombeiros, onde havia até uma verba para máquinas de escrever elétricas? Aglentariam os estados essa situação de miserabilidade, a começar pelo glorioso estado de São Paulo? Já não falo de Alagoas, um estado pequeno, mas de São Paulo e está lá o coitado de meu amigo Mário Covas. Todos estão na mesma situação. Ainda agora, no Rio Grande do Sul, vamos fechar um acordo, jogando para daqui a trinta anos, mas com juros a pagar.

O senhor, que foi um político atuante, defendendo causas importantes, não pensa em voltar à política?

— Mas é preciso saber, preliminarmente, se a política é de interesse... Voltemos ao caso da federação. Embora a Constituição diga que a federa-

ção é intocável, eu me pergunto: Existe federação no Brasil? Não existe, porque a deterioração nos estados também chegou ao ponto que todos conhecemos agora.

Penso que o erro vem da origem. Coisa interessante é que algumas das melhores cabeças do Brasil, ainda no século passado, eram federalistas, advogavam a federação, achavam que ela seria redentora. Instituídas a República e a Federação, a idéia federalista de certa forma foi o motor que impulsionou o país. Nos primeiros dez anos de República e Federação, houve tudo, menos federação. República também não houve, mas não tanto. Os estados, de maneira geral, tiveram experiências que, no tempo do império, eram inconcebíveis. Depois houve um período de estabilidade, mas fundada na fraude. Uma federação em que a eleição não era verdadeira. Em 1930 nós tivemos depois de 4 ou 5 anos, mas só em 1935 é que os estados vieram e a federação só tinha o nome. Era um regime unitário. Logo veio 1937 e desde anno até 1947 foi mais uma década de regime unitário. Tivemos em seguida o período de 20 anos, com 64, 66 e outros solavancos até 88. Um pouco antes havia federação, mas os governadores eram escondidos em Brasília sem qualquer cerimônia. Eram os donatários das capitâncias. Isso não era nem uma falsa federação.

Foi isso que levou os estados às dificuldades atuais?

— Hoje estamos em situação muito ruim. Pergunto-me como aquela gente, uma geração que souhou com a federação e a defendeu, veria o quadro atual.

E como se sal disso?

— O que me impressiona profundamente e estou à vontade para falar nisso, porque já fui político e deixei de ser, quando fui para o Supremo Tribunal Federal, é que no Brasil nunca houve grande estima pelo homem público. Mas havia territórios, individualidades, personalidades, respeitáveis e respeitados. Agora ninguém respeita ninguém. Pode ser a pessoa mais digna e respeitável, mas é tratada como se fosse um malfeitor. Pergunto-me o que é isso? Vejo que nossas casas legislativas não são reservas intelectuais, mas indago se não poderiam ser.

O velho Otávio Mangabeira dizia que quando se faz ou se diz alguma coisa mas que não é publicada, é como se você não a fizesse, pois o homem público precisa da comunicação para ser julgado. Em 1946, quando começaram os trabalhos da Constituinte, eu os acompanhava pelos jornais de Porto Alegre. Peguem agora os maiores e melhores jornais do país. Abram da primeira à última página. Não se fica sabendo sequer se houve sessão no Congresso. Pode haver estímulo para que

alguém se dedique à atividade pública decentemente, honestamente, corretamente?

E querem acabar com a "Voz do Brasil" e o horário do Legislativo.

— Nós assistimos, em alguns momentos, uma certa vulgarização demaisada. Qualquer pessoa achava que podia ser qualquer coisa. Na campanha civilista, o senador Quintino Bocaiuva chegou a fazer o elogio do despreparado. Quintino, propagandista da república e federação, um dos pais da República! De modo que há hoje essa coisa. Agora para exercer uma atividade pública, meu Deus do céu, as pessoas são quase agredidas. Político, hoje, é citado nas televisões como um criminoso. Todas as televisões têm, todos os dias, algum tipo de programa cujo personagem mais achincalhado é o político. É deprimente.

Existe até um cartaz em que se diz: Aqui, não entram cachorro nem político. O curioso é que a imprensa ataca os políticos como se todos fossem mafiosos. Não se fala quase do Executivo e do Judiciário.

— Mas agora até o Judiciário está sendo atingido. Como é que pode haver um funcionamento razoável das instituições, uma vez que se vilipendiam, digamos assim, os seus agentes?

O Sr. mostra um quadro em que se percebe que é quase impossível haver uma oposição. Isso pode mudar?

— É difícil também que haja uma mudança. Fala-se em "Voz do Brasil". Houve tempo em que ela era, realmente, um boletim oficial da propaganda, Estado novo etc. mas, depois, passou a ser um dos poucos veículos de divulgação do Congresso. Eu sempre ficava admirado, pois daqueles minutos escassíssimos saía um noticiário isento, equilibrado. Andei por este Brasil afora e quantas e quantas vezes as pessoas lá no fundo da floresta amazônica estavam ouvindo a "Voz do Brasil"? Impressionante. Empresas que receberam redes de rádio e televisão, por concessão gratuita, quando já existia a "Voz do Brasil", querem agora acabar com esse programa.

O Sr. defendia também o horário partidário para debate de idéias, com a presença dos melhores representantes dos partidos, para sustentarem pontos de vista que fossem colocados nacionalmente. Ainda defende isso?

— É claro, aliás, eu sempre disse que acho que o acesso ao rádio e à televisão é alguma coisa como o voto secreto, como a Justiça Eleitoral, como a cédula única, a cédula oficial. O acesso ao rádio e à televisão foi uma conquista, um avanço extraordinário, porque o acesso a tais veículos é caro e os nossos partidos são frágeis e de uma pobreza francesca.

E, além disso, normalmente, as emissoras, não convidam a oposição.

— Não, claro. O programa eleitoral é o único inspirador, mas já foi melhor utilizado. Sei que não é fácil. Hoje, com essa bagunça partidária, qual o diretor, qual o presidente ou dirigente partidário que tem autoridade para dizer quem vai ocupar o horário do partido? Depois, entra-se na Justiça, dizendo que todos têm direito a tempos iguais, perante a lei. Mas o horário é do partido, não de A ou B.

Por que o Congresso ficou nas dificuldades atuais? Falta de organização nos partidos ou de disciplina partidária?

— O Brasil não se caracteriza pela força associativa, tanto que se olharmos o País de ponta a ponta, não encontraremos instituições centenárias, com exceção das Santas Casas, Instituto dos Advogados, Academia Brasileira de Letras, que completa agora cem anos. As outras são recentes. Tivemos a duras penas os partidos, depois de 1945, com

todas as suas incongruências. Após vinte anos, porém, eles começaram a ser extintos, por motivo torpe.

Torpe?

— Sim. Porque os principais partidos já tinham candidatos à Presidência da República, Juscelino e Lacerda. Para impedir tais candidaturas, extinguiram-se as agremiações partidárias e criaram-se duas siglas, com atribuições de partidos políticos. Uma deveria ser oposição e minoritária sempre. Após a primeira eleição, o resultado foi tão bom que eles resolveram transformar o transito em definitivo mas naquela condição: uma seria sempre grande e gorda e a outra pequena e miserável.

Em 1974, isso mudou. A oposição cresceu...

— E tinha que mudar. Não sei como essa gente não via que ia mudar. Aquilo que era proibido à oposição, formar uma grande bancada, aconteceu, e eles mudaram. Hoje temos um Congresso que não funciona, porque não pode funcionar. Como funcionar sem partidos e sem líderes?

E as medidas provisórias, que lhe parecem?

— Essas medidas são uma vergonha nacional... E o pior e que não é o Presidente quem legisla, mas os burocratas anônimos. Quem governa o Brasil? O Conselho Monetário Nacional, o Banco Central, o Ministério da Fazenda, quer dizer um clube fechado. Na verdade o País é governado desta forma, não há a menor vinculação, o menor apreço com o que se chama povo, opinião pública, instituições democráticas, tradição nacional, dignidade nacional. Mas, o que impede que a maioria que apóia o Governo faça prevalecer a vontade parlamentar? O presidencialismo!

E é possível implantar o parlamentarismo, após o plebiscito estigmatizado favorável ao presidencialismo?

— Não sei se é possível, mas é necessário...

Como se faria isso?

— Havendo decisão, vontade. Pense o seguinte: será que o Brasil dos anos 90 é menor, menos importante, menos desenvolvido e menos preparado do que o Brasil de 1930? E o tempo da Regência? Os brasileiros naquela época não foram capazes de modelar instituições que asseguraram ao País meio século de ordem e desenvolvimento? Em 1830 tínhamos poucas universidades, mas em compensação, tínhamos pessoas que pensavam...

O Presidente da República diz que o povo é calíptro e que ele não é bêbado. Como se vê, ele se apresenta na condição de líder de uma brutal e fantástica transformação que estaria acontecendo no País. O senhor, acredita nessa transformação, nesse novo Brasil que está sendo criado, segundo se afirma todos os dias na televisão?

— Que transformação será essa que não nos permite sair à noite por falta de segurança? Que transformação é essa quando, a taxa de desemprego no Brasil é a maior de toda a sua história? Será que isso é sinal de progresso? De desenvolvimento? Há insegurança de um lado e desemprego do outro. Sempre digo: rico é quem tem um bom emprego, remediado é quem tem emprego, ainda que

não seja bom. Agora, a desgraça é não ter emprego.

E existem milhões de desgraçados no País.

— Isso não aconteceu de uma vez só. Eu fico impressionado que essas coisas foram acontecendo, envolvendo todo mundo e nada se fez para impedir-las.

E a pobreza do País? Como está o seu estado, que era rico e pujante?

— Meu estado não é um estado, há vários Rios Grandes. Naquela região da fronteira, que já teve seu esplendor, o empobrecimento é impressionante. Ninguém paga, ninguém, porque não tem como, ninguém compra, ninguém vende. Temos algumas fábricas de máquinas agrícolas, as melhores da América Latina, que, se não fossem o mercado argentino e a exportação, já teriam fechado. E não falo em firmas que têm dívida bancária, porque estas estão perdidas. Há vários tipos de governos: República Proletária, Aristocrática, Popular. Tivemos aqui a República Usurária. A usura foi instituída como ideal. O resultado foi esta coisa que está aí. Volto ao assunto da primeira pergunta: lamento profundamente que num país com as dificuldades e problemas que o Brasil enfrenta, se pense em reeleição, contrariando a tradição republicana. Peço que me apontem um partido

— temos uma série de partidos — cujo programa defende a reeleição de presidente. Mas agora, só porque um cavalheiro que se julga iluminado quer, resolve-se lançar o País nessa brincadeira. Não se respeita uma nação inteira. No auge dos governos militares, quando eles podiam tudo, não houve quem se atrevesse a isso. Agora um professor universitário e moço, que poderia retornar à presidência se fizesse boa administração, aceita essa ideia.

O senhor pensa em voltar à atividade político-parlamentar? Não é verdade que já foi conviado a ingressar em vários partidos?

— Realmente não há dia em que andando por qualquer lugar, essa pergunta não me seja feita. Não são só os gaúchos, são os brasileiros de vários estados. Tenho pensado se vale a pena. Eu por exemplo sempre participei da atividade política e sempre entendi que esse é um dever da cidadania. Mas me faço tal pergunta e não sei a resposta. Perguntemos homens públicos mortos e que exerceram atividade política toda a vida e, até porque eram pobres, jamais gastaram um centavo em eleição: Milton Campos, Otávio Mangabeira e Raul Pilla. Eles eram humildes, mas praticamente se elegiam sem sair de casa. Não tinham votação espetacular, mas tinham o apreço do povo. E lhes faço a pergunta: eles seriam eleitos hoje? Eu não sei.

Com essa carência de líderes políticos no País, certamente os três teriam chance.

— Eu não digo que não, só digo que não sei. Pode ser que sim, o brasileiro está carente de líderes que funcionem. Mas eu fico impressionado com aquilo de que falávamos há pouco. Que ninguém presta, é tudo vagabundo e desonesto. Faz-se um retrato de tal forma do que seja a função pública, que, quando uma pessoa se candidata, dizem logo que ela só quer aproveitar-se.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OFÍCIO Nº 912/96

Brasília, 30 de setembro de 1996

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Bloco PPB/PL, o Deputado Valdomiro Meger para integrar, como titular, a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.463-5, de 26 de setembro de 1996 (convalida a MP nº 1.463-4/96), que "dispõe sobre o reajuste do salário mínimo e dos benefícios da Previdência Social, altera alíquotas de contribuição para a Seguridade Social e institui contribuição para os servidores inativos da União". Em substituição aos anteriormente indicados.

Atenciosamente, – Deputado **Odelmo Leão**, Líder do Bloco PPB/PL.

OFÍCIO Nº 913/96

Brasília, 30 de setembro de 1996

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a V. Ex.^a pelo Bloco PPB/PL, os Deputados Ibrahim Abi-Ackel e Jarbas Lima para integrarem, respectivamente como titular e suplente, a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.464-13, de 26 de setembro de 1996 (convalida a MP nº 1.464-12/96), que "acrescenta parágrafo ao art. 75 da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965". Em substituição aos anteriormente indicados.

Atenciosamente, Deputado **Odelmo Leão**, Líder do Bloco PPB/PL.

OFÍCIO Nº 914/96

Brasília, 30 de setembro de 1996

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a V. Ex.^a pelo Bloco PPB/PL, os Deputados Eraldo Trindade e Agnaldo Timóteo para integrarem, respectivamente como titular e suplente, a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.465-7, de 26 de setembro de 1996 (convalida a MP nº 1.465-6/96), que "acrescenta § 5º ao art. 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e dá outras provisões". Em substituição aos anteriormente indicados.

Atenciosamente, Deputado **Odelmo Leão**, Líder do Bloco PPB/PL.

OFÍCIO Nº 915/96

Brasília, 30 de setembro de 1996

Senhor Presidente

Tendo a honra de indicar a Vossa Excelência pelo Bloco PPB/PL, os Deputados Roberto Balestra e Carlos Airton para integrarem, respectivamente como titular e suplente, a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1466-5, de 26 de setembro de 1996 (convalida a MP nº 1466-4), que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União – Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, crédito extraordinário até o limite de R\$ 8.000.000.000,00, para os fins que especifica." Em substituição aos anteriormente indicados.

Atenciosamente, Deputado **Odelmo Leão** Líder do Bloco PPB/PL

OFÍCIO Nº 916/96

Brasília, 30 de setembro de 1996

Senhor Presidente

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência pelo Bloco PPB/PL, os Deputados Mário Cavallazzi e Paudemey Avelino para integrarem respectivamente como titular e suplente, a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1467-5, de 26 de setembro de 1996 (convalida a MP nº 1467-4/96), que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, crédito extraordinário até o limite de R\$ 800.000.000,00, para os fins que especifica." Em substituição aos anteriormente indicados.

Atenciosamente, Deputado **Odelmo Leão** Líder do Bloco PPB/PL

OFÍCIO Nº 917/96

Brasília, 30 de setembro de 1996

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência pelo Bloco PPB/PL os Deputados Agnaldo Timóteo e Francisco Silva para integrarem, respectivamente como titular e suplente a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.468-11, de 26 de setembro de 1996 (convalida a MP nº 1.468-10/96), que "dá nova redação ao parágrafo único do art. 1º da Lei nº 8.955, de 24 de fevereiro de 1995, que autoriza o Ministério dos Transportes, por intermédio da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU, a transferir à Companhia Fluminense de Trens Urbanos – FLUMITRENS, recursos para

pagamento de pessoal." Em substituição aos anteriormente indicados.

Atenciosamente. – Deputado **Odelmo Leão**, Líder do Bloco PPB/PL.

Ofício nº 918/96.

Brasília, 30 de setembro de 1996

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência pelo Bloco PPB/PL, os Deputados Jorge Wilson e Laprovita Vieira para integrarem, respectivamente como titular e suplente, a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.469-10, de 26 de agosto de 1996 (convalida a MP nº 1.469-9/96), que "autoriza a utilização de recursos do Fundo da Marinha Mercante – FMM, em favor da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro – LLOYDBRÁS, e dá outras providências." Em substituição aos anteriormente indicados.

Atenciosamente. – Deputado **Odelmo Leão**, Líder do Bloco PPB/PL.

Ofício nº 919/96

Brasília, 30 de setembro de 1996

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência pelo Bloco PPB/PL, os Deputados Anivaldo Vale e Pedro Corrêa para integrarem, respectivamente como titular e suplente, a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.470-11, de 26 de setembro de 1996 (convalida a MP nº 1.470-10/96), que "dispõe sobre a responsabilidade solidária de controladores de instituições submetidas aos regimes de que tratam a Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, e o Decreto-Lei nº 2.321, de 25 de fevereiro de 1987; sobre a indisponibilidade de seus bens; sobre a responsabilização das empresas de auditoria contábil ou dos auditores contábeis independentes; sobre privatização de instituições cujas ações sejam desapropriadas, na forma do Decreto-Lei nº 2.321, de 1987, e dá outras providências." Em substituição aos anteriormente indicados.

Atenciosamente. – Deputado **Odelmo Leão**, Líder do Bloco PPB/PL.

Ofício nº 920/96

Brasília, 30 de setembro de 1996

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência pelo Bloco PPB/PL, os Deputados Laprovita Vieira e Arnaldo Faria de Sá, para integrarem, respectivamente como titular e suplente, a Comissão Especial

Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.471-24 de 26 de setembro de 1996 (convalida a MP nº 1.471-23/96), que "institui a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, dispõe sobre a remuneração dos recursos do Fundo de Participação Pis-Pasep, do Fundo de Amparo ao Trabalhador, do Fundo da Marinha Mercante, e dá outras providências". Em substituição aos anteriormente indicados.

Atenciosamente. – Deputado **Odelmo Leão**, Líder do Bloco PPB/PL.

Ofício nº 921/96

Brasília, 30 de setembro de 1996

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a V. Ex.^a pelo Bloco PPB/PL, os Deputados José Rezende e Jarbas Lima para integrarem, respectivamente como titular e suplente, a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.472/29, de 26 de setembro de 1996 (convalida a MP nº 1.472-28/96), que "dispõe sobre os quadros de cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS da Advocacia-Geral da União, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências". Em substituição aos anteriormente indicados.

Atenciosamente. – Deputado **Odelmo Leão**, Líder do Bloco PPB/PL.

Ofício nº 922/96

Brasília, 30 de setembro de 1996

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a V. Ex.^a pelo Bloco PPB/PL, os Deputados Arnaldo Faria de Sá e Valdenor Guedes para integrarem, respectivamente como titular e suplente, a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.473-23, de 26 de setembro de 1996 (convalida a MP nº 1.473-22/96), que "dá nova redação a dispositivos da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e dá outras providências". Em substituição aos anteriormente indicados.

Atenciosamente. – Deputado **Odelmo Leão**, Líder do Bloco PPB/PL.

Ofício nº 923/96

Brasília, 30 de setembro de 1996

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Bloco PPB/PL, os Deputados Eraldo Trindade e Jair Bolsonaro para integrarem, respectivamente como titular e suplente, a Comissão Especial Mista

destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.474-27, de 26 de setembro de 1996 (convalida a MP nº 1.474-26/96), que "fixa critérios para a progressiva unificação das tabelas de vencimentos dos servidores, altera o Anexo II da Lei nº 8.237, de 30 de setembro de 1991, para implementação da isonomia a que se refere o § 1º do art. 39 da Constituição, e dá outras providências". Em substituição aos anteriormente indicados.

Atenciosamente, – Deputado **Odelmo Leão**, Líder do Bloco PPB/PL.

Ofício nº 924/96

Brasília, 30 de setembro de 1996

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Bloco PPB/PL, os Deputados José Linhares e Arnaldo Faria de Sá para integrarem, respectivamente como titular e suplente, a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.475-19, de 26 de setembro de 1996 (convalida a MP nº 1.475-18/96), que "altera as Leis nºs 8.019, de 11 de abril de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências". Em substituição aos anteriormente indicados.

Atenciosamente, – Deputado **Odelmo Leão**, Líder do Bloco PPB/PL.

Ofício nº 925/96

Brasília, 30 de setembro de 1996

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência pelo Bloco PPB/PL, os Deputados Ari Magalhães e Roberto Balestra para integrarem, respectivamente como titular e suplente, a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.476-15, de 26 de setembro de 1996 (convalida a MP nº 1.476-14/96), que "dispõe sobre medidas reguladoras do abastecimento do mercado interno de produtos do setor sucroalcooleiro". Em substituição aos anteriormente indicados.

Atenciosamente, – Deputado **Odelmo Leão**, Líder do Bloco PPB/PL.

Ofício nº 926/96

Brasília, 30 de setembro de 1996

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência pelo Bloco PPB/PL, os Deputados Fausto Martello e Adhemar de Barros Filho para integrarem, respectivamente como titular e suplente, a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória

nº 1.477-28, de 26 de setembro de 1996 (convalida a MP nº 1.477-27/96), que "dispõe sobre o valor total anual das mensalidades escolares, e dá outras providências". Em substituição aos anteriormente indicados.

Atenciosamente, – Deputado **Odelmo Leão**, Líder do Bloco PPB/PL.

Ofício nº 927/96

Brasília, 30 de setembro de 1996

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência pelo Bloco PPB/PL, os Deputados Felipe Mendes e Benedito Guimarães para integrarem respectivamente, como titular e suplente, a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.478-16, de 26 de setembro de 1996 (convalida a MP nº 1.478-15/96), que "dá nova redação aos arts 9º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e 2º da Lei nº 8.844, de 20 de janeiro de 1994". Em substituição aos anteriormente indicados.

Atenciosamente, – Deputado **Odelmo Leão**, Líder do Bloco PPB/PL.

Ofício nº 928/96

Brasília 30 de setembro de 1996

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência pelo Bloco PPB/PL, o Deputado Jair Bolsonaro e a Deputada Dolores Nunes para integrarem como titular e suplente, respectivamente, a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.479-20, de 26 de setembro de 1996 (convalida a MP nº 1.479-19/96), que "dispõe sobre o pagamento dos servidores civis e militares do Poder Executivo Federal, inclusive suas autarquias e fundações, bem como dos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista, e dá outras providências". Em substituição aos anteriormente indicados.

Atenciosamente, – Deputado **Odelmo Leão**, Líder do Bloco PPB/PL.

Ofício nº 929/96

Brasília, 30 de setembro de 1996

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência pelo Bloco PPB/PL, os Deputados Adhemar de Barros Filho e Eraldo Trindade, para integrarem, respectivamente como titular e suplente, a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.480-22, de 26 setembro de 1996 (convali-

da a MP nº 1.480-21/96), que "altera dispositivos das Leis nºs 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e 8.911, de 11 de julho de 1994, para instituir os Déclimos Incorporados, e dá outras providências". Em substituição aos anteriormente indicados.

Atenciosamente, — Deputado **Odelmo Leão**, Líder do Bloco PPB/PL.

Ofício nº 930/96

Brasília, 30 de setembro de 1996

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência pelo Bloco PPB/PL, os Deputados Fetter Júnior e Roberto Campos para integrarem, respectivamente como titular e suplente, a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.481-41, de 26 de setembro de 1996 (convalida a MP nº 1.481-40/96), que "altera a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências".

Em substituição aos anteriormente indicados.

Atenciosamente, — Deputado **Odelmo Leão**, Líder do Bloco PPB/PL.

Ofício nº 931/96

Brasília, 30 de setembro de 1996

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência pelo Bloco PPB/PL, os Deputados Nilton Baiano e Jair Bolsonaro para integrarem respectivamente como titular e suplente, a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.482-28, de 26 de setembro de 1996 (convalida a MP nº 1.482-27/96), que "dispõe sobre as alíquotas de contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor público civil ativo dos Poderes da União, das autarquias e das fundações públicas, e dá outras providências". Em substituição aos anteriormente indicados.

Atenciosamente, — Deputado **Odelmo Leão**, Líder do Bloco PPB/PL.

Ofício nº 932/96

Brasília, 30 de setembro de 1996

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência pelo Bloco PPB/PL, os Deputados Anivaldo Vale e Enivaldo Ribeiro para integrarem, respectivamente como titular e suplente, a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.484-25, de 26 de setembro de 1996 (convalida a MP nº 1.484-24/96), que "dispõe sobre a instituição de crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados, para

ressarcimento do valor do (Pis/Pasep e Confins) nos casos que especifica, e dá outras providências". Em substituição aos anteriormente indicados.

Atenciosamente, — Deputado **Odelmo Leão**, Líder do Bloco PPB/PL.

Ofício nº 933/96

Brasília, 30 de setembro de 1996

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência pelo Bloco PPB/PL, o Deputado Mário Cavallazzi para integrar como titular, a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.512-2, de 26 de setembro de 1996 (convalida a MP nº 1.512-1/96), que "dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, que dispõe sobre o crédito rural". Em substituição aos anteriormente indicados.

Atenciosamente, — Deputado **Odelmo Leão**, Líder do Bloco PPB/PL.

Of/GAB/I/Nº 722

Brasília, 10 de outubro de 1996

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Eudoro Pedroza passa a integrar, na qualidade de titular, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em substituição ao Deputado Freire Júnior.

Na oportunidade reño a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço.

Deputado **Michel Temer**, Líder do bloco PMDB/PSD/PSL/PSC.

Ofício nº 199/96-GLDPT

Brasília-DF, 10 de outubro de 1996

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição do Senador José Eduardo Dutra e da Senadora Benedita da Silva, titular e suplente, respectivamente, pelos Senadores Eduardo Matarazzo Suplicy e Lauro Campos, como representantes do Partido dos Trabalhadores na Comissão Especial do Congresso Nacional que irá apreciar a Medida Provisória nº 1.465-7/96.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Senador **José Eduardo Dutra**, Líder do PT.

Ofício nº 200/96-GLDPT

Brasília-DF, 10 de outubro de 1996

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição do Senador José Eduardo Dutra e da Senadora Be-

nedita da Silva, titular e suplente, respectivamente, pelos Senadores Lauro Campos e Eduardo Matarazzo Suplicy, como representantes do Partido dos Trabalhadores na Comissão Especial do Congresso Nacional que irá apreciar a Medida Provisória nº 1.471-24/96.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Senador **José Eduardo Dutra**, Líder do PT.

Ofício nº 201/96 – GLDPT

Brasília-DF, 10 de outubro de 1996

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição do Senador José Eduardo Dutra e da Senadora Benedita da Silva, titular e suplente, respectivamente, pelas Senadoras Benedita da Silva e Marina Silva, como representantes do Partido dos Trabalhadores, na Comissão Especial do Congresso Nacional que irá apreciar a Medida Provisória nº 1480-22/96.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Senador **José Eduardo Dutra**, Líder do PT.

Ofício nº 202/96 – GLDPT

Brasília-DF, 10 de outubro de 1996

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição do Senador José Eduardo Dutra, titular, pela Senadora Marina Silva, como representante do Partido dos Trabalhadores, na Comissão Especial do Congresso Nacional que irá apreciar a Medida Provisória nº 1474-27/96.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Senador **José Eduardo Dutra**, Líder do PT.

Ofício nº 203/96-GLDPT

Brasília-DF, 10 de outubro de 1996

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição do Senador José Eduardo Dutra, titular, pela Senadora Marina Silva, como representante do Partido dos Trabalhadores, na Comissão Especial do Congresso Nacional que irá apreciar a Medida Provisória nº 1477-28/96.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Senador **José Eduardo Dutra**, Líder do PT.

Ofício nº 204/96-GLDPT

Brasília-DF, 10 de outubro de 1996

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição do Senador José Eduardo Dutra, titular, pelo Senador

Lauro Campos, como representante do Partido dos Trabalhadores, na Comissão Especial do Congresso Nacional que irá apreciar a Medida Provisória nº 1484-25/96.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Senador **José Eduardo Dutra**, Líder do PT.

Ofício nº 205/96 – GLDPT

Brasília-DF, 10 de outubro de 1996

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição da Senadora Benedita da Silva, suplente, pelo Senador Eduardo Suplicy, como representante do Partido dos Trabalhadores, na Comissão Especial do Congresso Nacional que irá apreciar a Medida Provisória nº 1.468-11/96.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Senador **José Eduardo Dutra**, Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Se-
rão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF. GLPMDB Nº 619/96

Brasília, 8 de outubro de 1996

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Ex-
celência a indicação do Senador Silva Júnior, como
membro titular, em substituição ao Senador Ronaldo
Cunha Lima, na Comissão de Assuntos Sociais – CAS.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Ex-
celência protestos de estima e consideração. – Senador
Jader Barbalho, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB Nº 620/96

Brasília, 8 de outubro de 1996

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Ex-
celência a indicação do Senador Silva Júnior, como mem-
bro titular, em substituição ao Senador Ronaldo Cunha
Lima, na Comissão de Assuntos Econômicos – CAE.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Ex-
celência protestos de estima e consideração. – Senador
Jader Barbalho, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB Nº 621/96

Brasília, 8 de outubro de 1996

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a V. Ex.^a a
indicação do Senador Silva Júnior, como membro Ti-

tular, em substituição ao Senador Ronaldo Cunha Lima, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ.

Colho o ensejo para renovar a V. Ex.^a protestos de estima e consideração. – Senador Jáder Barbalho, Líder do PMDB.

Of. GLPMDB Nº 622/96

Brasília, 8 de outubro de 1996

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a V. Ex.^a a indicação do Senador Silva Júnior, como membro Suplente, em substituição ao Senador Ronaldo Cunha Lima, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE.

Colho o ensejo para renovar a V. Ex.^a protestos de estima e consideração. – Senador Jáder Barbalho, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – A Presidência designa o Senador Silva Júnior para integrar, pela Bancada do PMDB, as Comissões de Assuntos Sociais, Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, nos termos dos Ofícios nºs 619 a 622, de 1996.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. GLPMDB Nº 625/96

Brasília, 8 de outubro de 1996

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Silva Júnior, como membro suplente, em substituição ao Senador Ronaldo Cunha Lima, na Comissão Temporária de Políticas para o Desenvolvimento do Nordeste, criada através do Requerimento nº 367, de 1996, para promover discussões e estudos que resultem em proposta de aperfeiçoamento das políticas governamentais para a Região Nordeste, inclusive seu acompanhamento e avaliação.

Colho a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência protestos de alta estima e consideração. – Senador Jáder Barbalho, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – A Presidência designa o Senador Silva Júnior para integrar, pela Bancada do PMDB, a Comissão Temporária criada por intermédio do Requerimento nº 367, de 1996, nos termos da comunicação que acaba de ser lida.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – A Presidência, nos termos do art. 334 do Regimento Interno, declara prejudicado o Diversos nº 64, de 1996.

A matéria vai ao arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – A Presidência recebeu expediente do Secretário de Estado da Fazenda de Santa Catarina, prestando informações sobre o Ofício nº S/89, de 1996, do Banco Central do Brasil, relativo a pedido de emissão de Letras Financeiras daquele Estado.

A matéria será anexada ao processado do Ofício nº S/89, de 1996, encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos, sendo republicados seus avulsos.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Os Srs. Senadores Odacir Soares e Pedro Simon enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno do Senado Federal.

S. Ex.^as serão atendidos.

O SR. ODACIR SOARES (PFL – RO) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, cumpro hoje com indizível alegria, a grata tarefa de trazer a esta Casa, informações sobre o projeto agroindustrial da empresa Fruit-Ron – Indústria, Comércio e Transformação de Frutas de Rondônia.

A Fruit-Ron está localizada no Distrito Industrial do Município de Ji-Paraná, o mais populoso do Estado de Rondônia. Tem acesso por via rodoviária com o Centro-Sul, pela Rodovia BR-364, que liga Porto Velho/Ji-Paraná/Culabá. Conta com conexão diária, via aérea, com o Centro-Sul, através de vôos regulares da TAM.

A Fruit-Ron em cooperação com o Governo do Estado de Rondônia (Secretaria de Estado da Agricultura, EMATER) e com o apoio financeiro do Banco da Amazônia S.A., está estimulando fortemente o setor estadual da fruticultura, com o plantio de extensas áreas de acerola, abacaxi, mamão papaya, maracujá e coco-da-bahia.

A área agrícola do projeto fruticultura abrange os municípios de Theobroma, Jaru, Urupá, Ouro Preto d'Oeste, Governador Jorge Teixeira, Ji-Paraná, Cacoal e Presidente Médici. A Emater informa que o projeto abrange um total de 790 propriedades cadastradas e assistidas. A idade atual das plantações é de no mínimo dois anos, já em fase produtiva.

A mais extensa área de plantio é o de acerola, com 563 hectares; o mamão papaya, com 401 hectares; o abacaxi com 360 hectares e o maracujá, com 98 hectares. Além dessas áreas existe, na

abrangência do projeto fruticultura, um plantio de 2.612 hectares de coco-da-bahia, destacando-se como o maior plantador o município de Ouro Preto d'Oeste, com 1.630 hectares.

O produtores rurais do projeto fruticultura foram financiados pelo Banco da Amazônia, via FNO Especial, num total de 536 produtores; o Banco do Estado de Rondônia-Beron, financiou com recursos do Planafloro, 195 produtores; e 59 produtores que bancaram os custos com recursos próprios.

Cada produtor é financiado em um alqueire (2,42 hectares) de fruticultura, com um investimento de R\$3.400,00 correspondendo R\$2.000,00 para a aquisição de mudas certificadas das espécies, e R\$1.400,00 para a infra-estrutura.

O quadro das receitas brutas para cada alqueire (2,42 hectares) está desagregado em : acerola, produzindo 10.000 quilos de acerola verde, comercializadas a R\$0,20/quilo, R\$2.000,00; 6.000 quilos de acerola madura, a R\$ 0,30/quilo, R\$1.800,00; abacaxi, com 6.000 quilos, a R\$0,20 resulta R\$1.200,00 e a produção de coco-da-bahia (em 100 pés) uma produção de 8.000 frutos a R\$0,15 com R\$1.200,00. O somatório dessas receitas brutas atinge R\$6.200,00 por alqueire, ou R\$2.562,00 por hectare.

Ressalte-se, Sr. Presidente, que os maiores custos da fruticultura são da mão-de-obra familiar. Este é um dos méritos indiscutíveis do projeto, que é o de ter sido desenvolvido para atingir o público alvo dos pequenos produtores, dar utilização à força de trabalho do conjunto familiar, propiciar novas fontes de ingresso e contribuir para evitar o êxodo rural, que assola outros Estados já aflige Rondônia.

A criação dessa nova riqueza agrícola para o Estado de Rondônia, foi possível pela confiança que os produtores inspiraram na Empresa Fruit-ron, que é originária do Paraná, pelos estímulos concedidos pelo Governo do Estado de Rondônia, tendo exercido uma forte determinação no Grupo, o anúncio da chegada da energia elétrica da Usina Hidroelétrica de Samuel, ao interior e, em particular, a Ji-Paraná.

Na verdade, Sr. Presidente, sou testemunha de quantas esperanças e quantas novas iniciativas de micro, médias e grandes empresas, estão sendo tomadas com a chegada do "linhão" da UHE de Samuel ao nosso interior. É quase certo que hoje a capacidade geradora da UHE de Samuel já é insuficiente para atender a demanda reprimida por tantos anos.

O importante é que a iniciativa privada de Rondônia não está somente à espera do que o Governo

pode ou não pode fazer. No setor de geração de energia, um sem número de pequenas unidades geradoras estão sendo concluídas. É o caso da Usina do Grupo Cassol, do Grupo Eletro Goes em Vilhena.

Combinando a capacidade de geração de energia, com acapacidade da produção do setor agropecuário de Rondônia, tenho não somente a esperança, mas a firme convicção de que dentro em pouco o nosso Estado estará incorporando maiores ganhos para o produtor rural, através da verticalização da produção, e começando uma nova etapa, na economia de Rondônia, que é a agroindustrialização.

O empreendimento industrial da Fruit-Ron tem uma sólida base e conta com possibilidades futuras de ampliações. O terreno industrial é de 24.000 metros quadrados; a área construída, conta com um prédio industrial com 1.800 metros quadrados de área livre; três casas (administração, refeitório, vestiário) com 563 metros quadrados. Conta, ainda, com uma balança rodoviária com capacidade para 60 toneladas.

Os detalhes técnicos do projeto industrial da Fruit-ron: suprimento de água de poço artesiano próprio; câmaras frigoríficas com capacidade de 3.174 metros cúbicos, a uma temperatura de -25°C; o túnel de congelamento, com uma capacidade de 167 metros cúbicos, a uma temperatura de -40°C. Todo o equipamento é da conceituada marca "Madel". A unidade já se encontra em operação.

As características da linha de produção, tem uma capacidade de três toneladas/hora de matéria prima (acerola, abacaxi, goiaba, mamão papaya, maracujá). O equipamento é "Sima", de Pouso Alegre, Minas Gerais, totalmente em aço inoxidável, que permite a produção de suco integral.

O equipamento deverá iniciar a produção em 1996. O concentrador de sucos está programado para 1997. A Fruit-Ron conta com laboratório para análises físicas-químicas no local. É feito o monitoramento e análises microbiológicas a cargo da empresa "Controlbio" de São Paulo.

Desde junho de 1996 a Fruit-Ron começou a receber e adquirir a produção já existente de acerola e de maracujá. O Projeto de fruticultura de Rondônia é uma realidade, dentre tantas adversidades ele começa a figurar como uma possibilidade real para a melhoria da fonte de ingresso dos produtores.

Em contrapartida a Fruit-Ron conta com instalações e equipamentos modernos, adequados para a industrialização e comercialização de seus produtos nos mercados mais exigentes do mundo. Isto é possível por ter assegurado a matéria prima, produ-

zida entre centenas de pequenos produtores de diferentes municípios rondonienses.

A Fruit-Ron, desde que continue a merecer o apoio do Governo do Estado de Rondônia e do agente financeiro Banco da Amazônia, deverá iniciar a 2ª fase de seu projeto, incentivando contratualmente novas áreas de plantio, bem como com a introdução de novas espécies frutíferas, como por exemplo, o camu-camu, a pitanga, o mangostão, que vem sendo objeto de estudos de mercado e produção agrícola, de parte da Fruit-Ron.

Nesta futura fase a Fruit-Ron não se limitará a produção de polpas. Desenvolverá a verticalização de seus produtos, com a produção de sucos prontos para o consumo, sucos concentrados, doces e geléias, buscando desta forma projetar-se em diversos segmentos, tanto no mercado interno como no externo.

Mas, Sr. Presidente, nem tudo na análise do projeto Fruit-ron são resultados positivos e perspectivas para um futuro promissor, tanto para a Fruit-Ron, como para os seus produtores associados.

Os atrasos verificados na liberação dos recursos financiados pelo Basa, desde aproximadamente dois anos (o projeto Fruit-Ron é de agosto de 1994) até o ano em curso, não permitiu a aquisição de acerola da safra 1995/96, correspondendo a 1.200 toneladas de acerola e 400 toneladas de maracujá, com um volume de recursos de R\$1.400.000,00. O não ingresso dessa receita no empreendimento frustrou os investimentos que resultariam desta primeira safra. Este faturamento seria destinado ao suporte de aquisição das novas safras para as colheitas do ano agrícola 1996/97.

O que se verificou no campo, Sr. Presidente, foi a perda total da safra, causando prejuízos irrecuperáveis tanto para a Fruit-Ron como para os agricultores, já que os mesmos tinham parcelas vencendo dos seus financiamentos. Este fato, à margem das perdas financeiras, ocasionou uma perda muito maior, que é a perda de credibilidade do empreendimento industrial.

A empresa para contornar a situação, teve que se valer de todos os recursos de que dispunham. Teve que partir para um permanente "corpo a corpo" com os produtores. Tive oportunidade de assistir uma assembléia de produtores participantes do projeto fruticultura, com dirigentes da Fruit-Ron, reunidos na Câmara Municipal de Rolim de Moura. Foi edificante verificar a clareza das informações passadas aos agricultores, e, em troca, de receberem, até com certa rudeza, as críticas, os ressentimentos do momento difícil que vivenciavam os produtores com as perdas na produção.

O papel desempenhado pelas Associações dos produtores, com a Emater e representantes do Banco da Amazônia em conjunto com os gerentes da Fruit-Ron na discussão do problema foi marcante. Muita sinceridade, muita correção de parte à parte. Mas estes procedimentos não fariam reverter a situação das perdas da produção, das perdas das receitas. E o que é pior, a perda parcial da credibilidade do empreendimento.

Pudemos constatar os esforços feitos pela empresa em construir a câmara fria e o túnel de congelamento para receber última colheita, originada da florada de acerola da safra 1996. Foi feito no devido tempo e iniciando as primeiras negociações com futuros clientes.

A Fruit-Ron trouxe à Ji-Paraná técnicos da Cajuba, de Nova Soure, Bahia, para conhecerem o processo produtivo da fruticultura rondoniense, e em particular, da cultura da acerola. Estes contatos resultaram no acerto da aquisição pela Cajuba de 300 a 400 toneladas de acerola "in natura" congelada, o que resultaria num faturamento inicial de R\$260.000,00. Entretanto entraves burocráticos do Banco da Amazônia não permitiram o repasse dos recursos para a aquisição das caixas plásticas para a coleta do produto em tempo hábil.

É preciso que os agentes financeiros, os produtores, os agentes de comercialização tenham em conta que a fruticultura envolve práticas que devem ser feitas num tempo muito curto, e naquele exato momento. Não admite retardamentos e procedimentos de entraves burocráticos. Não admite a falta de cuidado e de responsabilidade de parte dos produtores e dos industriais no cumprimento das cláusulas pactuadas.

O ciclo de produção da acerola é de 18 dias, a contar do botão floral até o fruto em ponto de colheita verde e de 21 dias até o ponto de colheita madura (vermelha). É preciso ter em conta ainda a alta perenidade do fruto (24 horas); o transporte dos frutos tem que ser feito em acondicionamento em caixas plásticas, que impede o amassamento e perda dos frutos. O resultado do citado retardamento na concessão do "socorro" financeiro solicitado ao Banco da Amazônia, foi o cancelamento da venda da produção das 300 a 400 toneladas de acerola a Cajuba, que prejudicou financeiramente a Fruit-Ron, e novamente resultou em perdas de imagem junto a futuros clientes.

Diante do exposto, que trazemos a esta Casa, para repetir o quanto é difícil produzir, o quanto é difícil ser agricultor, vimos solicitar à Presidência do

Banco da Amazônia, na pessoa da Dra. Flora Valadares, coincidentemente uma rondoniense, que continua a apoiar, como já apoiou, o empreendimento da Fruit-Ron e dos produtores de fruticultura de Rondônia.

A Fruit-Ron está necessitando com urgência a liberação de recursos da ordem de R\$323.000,00 de capital de giro para a aquisição da safra 1996/97 que se está iniciando (já foram adquiridas as primeiras 130 toneladas de acerola).

É necessário notadamente nesta fase de consolidação do projeto, um decidido apoio financeiro, sem entraves burocráticos, sem tardanças. Para que possamos evitar mais um fracasso, mais uma frustração, que temos a certeza não se coadunam com a linha de trabalho do Banco da Amazônia, e muito menos com os procedimentos, sempre muito corretos, da Dra. Flora Valadares.

Muito obrigado!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, os últimos acontecimentos, que culminaram no arquivamento da "CPI dos Corruptores" e da "CPI dos Bancos" não deixaram de se constituir, para a população, em motivo de decepção de dupla face. A ela foi negada a oportunidade de conhecer como são gastos, efetivamente, os recursos que lhe faltam nas filas doloridas dos hospitais ou que a cegam na escuridão do analfabetismo. Ela, também, viu-se frustrada com a sua representação política. O ato de arquivamento das investigações foi, para a população, algo como se tornasse possível apunhalar a alma, pelas costas.

Não é à toa que as recentes pesquisas de opinião têm colocado o Congresso Nacional e a sua representação partidária no rodapé do quadro institucional brasileiro. O Congresso Nacional vê sua legitimidade em declive e insiste em se manter na contramão da História, apesar das luzes sinalizadoras no sentido contrário.

Mas, neste mesmo quadro institucional, a maior legitimidade é atribuída à imprensa. Nela, a população ainda deposita o seu voto de confiança. Quem sabe ela seja, portanto, a urna onde se protegem as esperanças de quem, como eu, insiste na trilha poeirenta e quase solitária da defesa do patrimônio público:

Foi a imprensa quem abriu as primeiras picadas do processo de **Impeachment** de um presidente que insistia em transformar a impunidade, não no oitavo pecado capital, mas no oitavo sacramento. Foi dela, também, a contribuição indispensável para a atribuição de penitência a parlamentares pilhados no descumprimento do sétimo mandamento.

Não sou jornalista, mas sinto-me, sem querer ser intruso ou arrogante, também lisonjeado com os índices de popularidade da imprensa. São os mesmos os motivos que nos tornam legítimos.

O "nobre colega" Ricardo Boechat, do Jornal **O Globo** e da Rede Globo de Televisão, tornou público um destes temas que deveriam merecer maior atenção do Congresso Nacional e que é um dos fatos determinados que a Bancada do Governo também insiste em alegar inexistir para as investigações arquivadas.

No discurso oficial, de que as privatizações são uma das principais âncoras do plano de estabilização, coloca-se como estratégica a manutenção, nas mãos do Estado, de um percentual de ações que devem ser alienadas somente após a valorização dos papéis das empresas privatizadas. O discurso é coerente, pois une a crença na privatização enquanto instrumento eficaz e a decisão econômica de obter frutos deste alegado sucesso.

Não foi diferente no caso da Escelsa, a empresa de eletricidade do Estado do Espírito Santo. Com o mesmo discurso, manteve-se, nas mãos da Eletrobrás, 14,65% das ações da empresa levada a leilão pelo Conselho Nacional de Desestatização e pelo BNDES. Verbalizava, portanto, o Governo Federal que o sucesso da privatização da Escelsa propiciaria a valorização de suas ações, momento mais adequado para a sua venda.

Mas o jornalista Ricardo Boechat desnudou a distância entre o discurso que comumente se profere com a conhecida retumbância oficial e a prática sorrateira dos memorandos intemos suspeitos. O BNDES, em documento intitulado "Nota sobre a alienação de ações de emissão da Escelsa", datado de 31 de agosto de 1996, propõe à Comissão Nacional de Desestatização a venda da participação remanescente da Eletrobrás na Escelsa, fato que poderia ser normal se os preços sugeridos, de R\$ 71,00 por ação, não fossem exatamente a metade do preço mínimo estabelecido para o leilão, em 1995, apesar do desempenho alardeado, pelo próprio Governo Federal, para a empresa, após pouco mais de um ano em mãos privadas. Se a Eletrobrás vendesse tais ações nas condições pretendidas pelo BNDES, arcaria com prejuízo de US\$84 milhões, rombo de que, no mínimo, aquela empresa deveria prestar contas, no futuro, ao seu corpo de acionistas e ao Tribunal de Contas da União.

Ao invés do BNDES justificar os termos de tal documento, socorreu-se do descompasso de uma emenda que tornou, ainda mais, desfocado o soneço. O Banco fez surgir outro documento, com data de 20 de setembro de 1996, três dias antes da divulgação do primeiro, de igual teor qualitativo, mas com preço mínimo por ação alterado para R\$127,00. Disse o jornalista que se alegou "erro de datilografia". Louve-se a eficiência da "datilógrafa" do BNDES, pois, quando erra (ou se engana), corrige os quantitativos decorrentes do primeiro indicador. Na primeira nota, as 666.911 ações (item "b"), ao preço mínimo de R\$71,00 (item "c"), renderiam o montante de R\$ 47,3 milhões (item

"d"). Na segunda, as mesmas 666.911 ações, agora vendidas a R\$ 127,99, alcançariam R\$84,7 milhões. Como os itens da última nota correspondem às mesmas letras da primeira, a tal "datilógrafa" errou em "c" mas corrigiu no "b" vezes "c" e chegou ao valor de "d".

Ambas as notas são, em princípio, - para o leigo em grafoscopia, como eu - do Sr. Marco Aurélio Machado Ervilha, que se fez acompanhar da assinatura de um dos Superintendentes do BNDES, na primeira versão da nota, e que desaparece, talvez, quem sabe, por um erro do "carimbógrafo" na última.

Como é de meu feito, em ato contínuo ao surgimento de situações deste teor, encaminhei aos Srs. Ministros das Minas e Energia e do Planejamento e Orçamento, a quem se subordinam, respectivamente, os Srs. Presidentes da Eletrobrás e do BNDES, requerimento de informações sobre os fatos que, hoje, aqui estou a relatar, cujas respostas estão atreladas a princípios constitucionais que podem resultar em crimes de responsabilidade. Também encaminhei ao Sr. Presidente do Senado Federal, requerimento para que seja acionado o Tribunal de Contas da União, nos termos do inciso IV do art. 71 da Constituição Federal, no sentido de promover uma inspeção operacional e patrimonial no BNDES, para que a verdade seja descontaminada de versões fantasiosas.

Aliás, o jornalista Ricardo Boechat buscou, na fantasia infantil, inspiração para sua réplica. Da fábula de Carlo Collodi, fez ressurgir o "Pinóquio", que via crescer o seu nariz a cada nova mentira. Tem razão o jornalista quando diz que a Administração Pública está cheia de "pinóquios". Pena que são, cada vez mais, raros os "Gepettos".

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) - Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se à sessão às 11h40 min)

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO
SR. HUMBERTO LUCENA NA SESSÃO DE
8-10-96 E QUE SE REPÚBLICA POR SOLI-
CITAÇÃO DO PARLAMENTAR.**

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB - PB) - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, não posso permanecer silente no momento em que se encaminha um requerimento de homenagem póstuma a Felipe Tiago Gomes.

Filho da Paraíba, nascido em Picuí, tornou-se nome nacional por seu valor próprio, pelo seu idealismo extraordinário.

Felipe Tiago Gomes, desde muito jovem, emigrou para o Sul do País e começou por estimular a criação, em quase todos os Estados, se não em todos, dos chamados ginásios gratuitos, que eram mantidos

através de subvenções do setor público, consignadas no Orçamento da União, dos Estados e dos Municípios, em favor de uma entidade que originalmente ele criou, a Campanha dos Ginásios Gratuitos.

Ninguém que o conhecia, sobretudo a sua obra, pode deixar, como eu, de dar um testemunho eloquente do que Felipe Tiago Gomes realizou em todo o País, pela educação dos mais pobres e dos mais humildes. Era um apaixonado pela possibilidade de encontrar a solução não só do analfabetismo, mas também do ensino fundamental.

E ele, que conhecia de perto as dificuldades do setor público, procurou encará-las também através de outra entidade mais ampla.

A CNEC - Campanha Nacional das Escolas de Comunidade - ganhou prestígio no País, nas capitais dos Estados e nas cidades do interior, graças sobretudo à rigorosa honestidade com que Felipe Gomes aplicava o dinheiro público, com apoio sistemático - por que não dizer entusiástico - da comunidade nacional e das comunidades estaduais e municipais.

Quantas e quantas vezes, juntamente com personalidades da vida pública brasileira, freqüentei a sede da entidade, à Av. L-2 Sul, em Brasília, a convite do querido Felipe Tiago Gomes não só para participar de almoços que ele ali realizava - almoços de trabalho - , mas também de reuniões proveitosas em favor da questão educacional do País. O Professor deu tudo de si pela CNEC, e não se pode deixar de salientar seu trabalho extraordinário na Cidade de Picuí, na Paraíba, onde, além das escolas da comunidade, construiu um hospital, que infelizmente não funcionou antes da sua morte, porque o Governo do Estado, a braços com os problemas que conhecemos do Sistema Único de Saúde, não teve condições de atendê-lo na distribuição das célebres AIHs, o que lhe proporcionou uma mágoa profunda.

O Governador Rônaldo Cunha Lima, antes, e o Governador José Maranhão, depois, fizeram tudo para ajudá-lo nesse particular, mas não tiveram como fazê-lo diante das novas diretrizes traçadas no Ministério da Saúde pelo Ministro Adib Jatene.

Mas o fato, Sr. Presidente, é que justamente pelo esforço que fez, pelo trabalho hercúleo que realizou, com idealismo fora do comum, na CNEC, Felipe Gomes foi, aos poucos, adoeccendo, a ponto, como sabe V. Ex^a e como conhecem vários Srs. Senadores desta Casa, de ter que se submeter a várias cirurgias de ponte de safena em hospitais de São Paulo.

A homenagem, portanto, que V. Ex^a e outros Senadores propõem - e faço questão de subscrevê-la - a Felipe Tiago Gomes, brasileiro, homem do mundo, é dessas homenagens, Sr. Presidente, oportunas e inadiáveis.

Curvo-me reverente, em nome da Paraíba, em nome de Picuí, em nome do Brasil, ante a memória de Felipe Tiago Gomes.

Ata da 15ª Reunião da Mesa do Senado Federal,
realizada em 10 de outubro de 1996.

Aos dez dias do mês de outubro de um mil novecentos e noventa e seis, às dez horas e trinta minutos, na sala de autoridades do Gabinete da Presidência, reúne-se a Mesa do Senado Federal, com a presença dos Senhores Senadores Júlio Campos, 2º Vice-Presidente, no exercício da Presidência; Renan Calheiros, 2º Secretário; Ernandes Amorim, 4º Secretário; Emilia Fernandes e Eduardo Suplicy, Suplentes de Secretário. Havendo número legal, o Senhor Presidente declara aberta a reunião. O Senhor Presidente inicia a reunião, apresentando os assuntos constantes da pauta. **Item 1:** Requerimento nº 869, de 1996, de autoria do Senador **Eduardo Suplicy**, solicitando informação ao Ministro de Estado de Minas e Energia. Aprovado. **Item 2:** Requerimento nº 870, de 1996, de autoria do Senador **Pedro Simon**, solicitando informação ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República. Aprovado. **Item 3:** Requerimento nº 871, de 1996, de autoria do Senador **Eduardo Suplicy**, solicitando informação ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República. Aprovado. **Item 4:** Requerimento nº 918, de 1996, de autoria do Senador **José Eduardo Dutra**, solicitando informação ao Banco Central do Brasil, através do Ministro de Estado da Fazenda. Aprovado. **Item 5:** Requerimento nº 936, de 1996, de autoria do Senador **Freitas Neto**, solicitando informação ao Ministro de Estado dos Transportes. Aprovado. **Item 6:** Requerimento nº 937, de 1996, de autoria do Senador **Gilberto Miranda**, solicitando informação ao Banco Central do Brasil, através do Ministro de Estado da Fazenda. Aprovado. **Item 7:** Requerimento nº 938, de 1996, de autoria do Senador **Ernandes Amorim**, solicitando informação ao Ministro de Estado da Fazenda. Aprovado. **Item 8:** Requerimento nº 949, de 1996, de autoria do Senador **Eduardo Suplicy** solicitando informação ao Ministro de Estado da Fazenda. Aprovado. **Item 9:** Requerimento nº 950, de 1996, de autoria do Senador **Gilberto Miranda** solicitando informação ao Ministro de Estado da Fazenda. Aprovado. **Item 10:** Requerimento nº 951, de 1996, de autoria do Senador **Gilberto Miranda** solicitando informação ao Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento. Aprovado. **Item 11:** Requerimento nº 961, de 1996, de autoria do Senador **Romero Jucá** solicitando informação à Caixa Econômica Federal, através do Ministro de Estado da Fazenda. Aprovado. **Item 12:** Requerimento nº 376/96-M, de autoria do Senador **Gilberto Miranda**, solicitando, nos termos do art. 13 do Regimento Interno, licença para breve viagem ao exterior, no dia 23 de agosto, com o objetivo de manter contato com o Senhor Presidente

da República do Paraguai, acerca de assunto relacionado com o Sistema Financeiro Nacional, previsto no art. 192 da Constituição Federal. Aprovado. **Item 13:** Requerimento nº 377/96-M, de autoria do Senador **Lúdio Coelho**, solicitando, nos termos do art. 13 do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, seja considerada missão política de interesse parlamentar a sua ausência aos trabalhos da Casa nos dias 27, 28 e 29 de agosto, quando estará em Mato Grosso do Sul, na qualidade de Presidente Estadual do PSDB, tratando de assuntos relativos às próximas eleições municipais. Aprovado. **Item 14:** Requerimento nº 378/96-M, de autoria do Senador **Antônio Carlos Valadares**, solicitando, nos termos do art. 13, § 1º, do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, seja considerada como licença autorizada a sua ausência aos trabalhos da Casa no dia 27 de agosto, em virtude de reunião partidária em Aracaju, na qualidade de Presidente do Diretório Regional do PSB. Aprovado. **Item 15:** Requerimento nº 379/96-M, de autoria do Senador **José Alves**, solicitando, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, combinado com o art. 43, I, do Regimento Interno, seja considerado como licença o período de 26 a 30 de agosto, por encontrar-se em tratamento de saúde, conforme atestado médico que anexa. Aprovado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno. **Item 16:** Requerimento nº 380/96-M, de autoria do Senador **Eduardo Suplicy**, solicitando, nos termos do art. 40, § 1º, do Regimento Interno, autorização para ausentar-se do País, no período de 8 a 15 de setembro, ocasião em que estará participando do VI Congresso do Grupo de Trabalho sobre a Renda Básica Européia, que ocorrerá em Viena, Áustria, a convite do Secretário do Grupo de Trabalho sobre Renda Básica da Universidade Católica de Louvain, Professor Phillippe Van Parijs. Referendada a aprovação do Plenário, ocorrida na sessão do dia 13 de agosto, conforme consta no Processo Diversos nº 72, de 1996. **Item 17:** Requerimento nº 381/96-M, de autoria do Senador **Bernardo Cabral**, solicitando, nos termos do art. 13 do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, nos dias 02, 03 e 04 de setembro de 1996, para participar, como palestrante, da XVI Conferência Nacional dos Advogados, em Fortaleza-CE. Aprovado. **Item 18:** Requerimento nº 382/96-M, de autoria do Senador **Gilvam Borges**, solicitando, nos termos do art. 13 do Regimento Interno, combinado com a Resolução nº 37, de 1995, seja considerada como missão política de interesse parlamentar a sua ausência nos dias 29 e 30 de agosto, quando não comparecerá às sessões deliberativas da Casa. Aprovado. **Item 19:** Requerimento nº 383/96-M, de autoria do Senador **Júlio Campos**, solicitando, nos termos do art. 13, § 1º, do Regimento Interno, com a redação dada pela

Resolução nº 37, de 1995, seja considerado como missão política de interesse parlamentar para tratar de assuntos político-partidários em seu Estado, o dia 29 de agosto. Aprovado. Item 20: Requerimento nº 384/96-M, de autoria da Senadora **Emilia Fernandes**, solicitando, nos termos do art. 13, *caput*, do Regimento Interno, licença no dia 29 de agosto, devido a compromissos assumidos no Estado do Rio Grande do Sul, para acompanhar o Ministro de Estado da Agricultura e do Abastecimento. Aprovado. Item 21: Requerimento nº 385/96-M, de autoria da Senadora **Júnia Marise**, solicitando, nos termos do art. 13, § 1º, do Regimento Interno, combinado com a Resolução nº 37, de 1995, seja considerada como licença autorizada a sua ausência aos trabalhos da Casa nos dias 13, 14, 15, 27 e 29 de agosto, a fim de exercer missão de caráter político-partidária, na qualidade de líder do PDT, em Minas Gerais. Aprovado. Item 22: Requerimento nº 386/96-M, de autoria do Senador **Onofre Quinlan**, solicitando, nos termos do art. 43, II, do Regimento Interno, licença para breve viagem ao exterior, no período de 31 de agosto a 07 de setembro. Aprovado. Item 23: Requerimento nº 387/96-M, de autoria do Senador **Vilson Kleinübing**, solicitando, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, licença nos dias 29 e 30 de agosto; e, por trinta dias, a partir do dia 02 de setembro, conforme atestados médicos que anexa. Aprovado. Item 24: Requerimento nº 388/96-M, de autoria do Senador **Darcy Ribeiro**, solicitando, nos termos da Resolução nº 37, de 1995, seja considerado como licença para tratamento de saúde o seu afastamento aos trabalhos da Casa nos dias 06, 07, 08, 13, 14 e 15 de agosto, conforme atestado médico que anexa. Aprovado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno. Item 25: Requerimento nº 389/96-M, de autoria do Senador **Bernardo Cabral**, solicitando, nos termos do art. 13 do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa no dia 10 de setembro, para participar de evento cultural na cidade do Rio de Janeiro. Aprovado. Item 26: Requerimento nº 390/96-M, de autoria do Senador **Flaviano Melo**, solicitando, nos termos do art. 13, *caput*, do Regimento Interno, licença para desempenhar missão política de interesse parlamentar, nos dias 15, 27, 28 e 29 de agosto; e 10, 11 e 12 de setembro, para tratar de missão política da qual está incumbido em seu Estado, como Presidente Regional do PMDB. Aprovado. Item 27: Requerimento nº 391/96-M, de autoria do Senador **Gilvam Borges**, solicitando, nos termos do art. 13 do Regimento Interno, combinado com a Resolução nº 37, de 1995, seja considerada como missão política de interesse parlamentar a sua ausência nos dias 09, 10, 11, 12 e 13 de setembro, quando não comparecerá às sessões deliberativas da Casa. Aprovado. Item 28: Requerimento nº 392/96-M, de autoria da Senadora **Benedita da Silva**,

solicitando, nos termos do art. 13 do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, seja considerado como missão política de interesse parlamentar o período de 11 a 13 de setembro, a fim de participar, como palestrante, do evento "Programa de Liderança e Representação da Mulher", em Manágua, capital da Nicarágua. Aprovado. **Item 29:** Requerimento nº 393/96-M, de autoria do Senador **João Rocha**, solicitando, nos termos do art. 13 do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, licença para integrar a Delegação Brasileira a 96ª Conferência Interparlamentar, a realizar-se em Pequim, no período de 16 a 21 de setembro. Aprovado. **Item 30:** Requerimento nº 394/96-M, de autoria do Senador **Fernando Bezerra**, solicitando, nos termos do art. 13 do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, seja considerada como missão política de interesse parlamentar a sua ausência aos trabalhos da Casa nos dias 10, 11 e 12 de setembro, quando estará proferindo palestras sobre a Economia Brasileira, na *U. S. Chamber of Commerce* e na Comissão de Comércio do Congresso Americano, USA. Aprovado. **Item 31:** Requerimento nº 395/96-M, de autoria do Senador **Gerson Camata**, solicitando, nos termos do art. 43, II, do Regimento Interno, sejam considerados como licença para tratamento de saúde, os dias 11 e 12 de setembro, conforme atestado médico que anexa. Aprovado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno. **Item 32:** Requerimento nº 396/96-M, de autoria do Senador **José Serra**, solicitando, nos termos do art. 43, II, do Regimento Interno, licença para tratar de interesse particular, de natureza política, nos dias 10 e 11 de setembro. Aprovado. **Item 33:** Requerimento nº 397/96-M, de autoria do Senador **Carlos Wilson**, solicitando, nos termos do art. 13 do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, licença para integrar a Delegação Brasileira a LI Assembléia Geral das Nações Unidas, no período de 18 de novembro a 07 de dezembro. Aprovado. **Item 34:** Requerimento nº 398/96-M, de autoria do Senador **Vilson Kleinübing**, solicitando, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, seja considerado como licença para tratamento de saúde o período de 02 de setembro a 1º de outubro, conforme atestado médico que anexa. Aprovado. **Item 35:** Requerimento nº 399/96-M, de autoria do Senador **Mauro Miranda**, solicitando, nos termos do art. 13 do Regimento Interno, seja considerada a sua presença às sessões do dia 10 de setembro, uma vez que compareceu à sessão ordinária realizada naquela data, não tendo comparecido às sessões extraordinárias em razão de compromissos político-partidários que havia assumido anteriormente. Aprovado. **Item 36:** Requerimento nº 400/96-M, de autoria da Senadora **Júnia Marise**, solicitando, nos termos do art. 13, § 1º, do Regimento Interno, combinado com a Resolução nº 37, de 1995,

seja considerada como licença autorizada a sua ausência aos trabalhos da Casa nos dias 10, 11 e 12 de setembro, a fim de exercer missão de caráter político-partidária, na qualidade de líder do PDT, em Minas Gerais. Aprovado. Item 37: Requerimento nº 401/96-M, de autoria do Senador **Bernardo Cabral**, solicitando, nos termos do art. 13 do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no período de 23 a 27 de setembro, para participar, como membro do *Benefit Committee*, da VII Semana da Amazônia, em New York-USA. Aprovado. Item 38: Requerimento nº 402/96-M, de autoria do Senador **Gilvam Borges**, solicitando, nos termos do art. 13 do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, licença para integrar a Delegação Brasileira a LI Assembléia Geral das Nações Unidas, no período de 25 de outubro a 10 de novembro. Aprovado. Item 39: Requerimento nº 403/96-M, de autoria do Senador **Silva Júnior** solicitando, nos termos do art. 13, § 1º, do Regimento Interno, seja considerado como licença autorizada o seu afastamento aos trabalhos da Casa, no dia 09 de outubro. Aprovado. Item 40: Requerimento nº 404/96-M, de autoria do Senador **Gilberto Miranda** solicitando, nos termos do art. 13 do Regimento Interno, licença para ausentar-se do País no período de 28 de setembro a 04 de outubro, para participar da Assembléia Anual do Fundo Monetário Internacional, nos Estados Unidos da América do Norte, a fim de subsidiar a Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, na regulamentação do art. 192 - CF. Aprovado. Item 41: Requerimento nº 405/96-M, de autoria do Senador **Artur da Távola** solicitando, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, autorização para ausentar-se do País, no período de 07 a 10 de outubro, quando estará representando a Comissão de Educação da Casa, no Encontro de Legisladores Culturais do Mercosul e Espanha, que realizar-se-á na Argentina. Aprovado, nos termos do art. 13 do Regimento Interno. Item 42: Requerimento nº 406/96-M, de autoria do Senador **Artur da Távola** solicitando, nos termos do art. 13 do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, seja considerada como missão política de interesse parlamentar e partidário a sua ausência aos trabalhos da Casa, no período de 15 a 17 de outubro, quando estará participando do I Simpósio Brasileiro sobre Televisão, Criança e Imaginário, promovido pela USP, São Paulo. Aprovado. Item 43: Requerimento nº 407/96-M (referente ao Of. nº 116/96-GSGMEL), de autoria do Senador **Geraldo Melo** comunicando, nos termos do art. 13 e parágrafos do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, que estará ausente das sessões da Casa, nos dias 14 e 15 de outubro, em virtude de compromissos político-partidários em seu Estado. Aprovada a licença, nos termos do art. 13 do Regimento Interno.

Item 44: Requerimento nº 409/96-M, de autoria do Senador **Carlos Wilson** solicitando, nos termos do art. 13 do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, licença para participar, como convidado e membro, da reunião da Comissão de Agricultura do Parlamento Latino-Americano, a realizar-se em Punta Del Este, Uruguai, no período de 06 a 08 de outubro. Aprovado. **Item 45:** Requerimento nº 411/96-M, de autoria do Senador **José Bianco** solicitando, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, combinado com o art. 56, inciso II, da Constituição Federal, licença para tratar de interesses particulares por 08 (oito) dias, a partir do dia 08 de outubro. Aprovado. **Item 46:** Requerimento nº 412/96-M, de autoria do Senador **Levy Dias** solicitando, nos termos do art. 13 do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 37/95, seja considerada como licença autorizada a sua ausência nos dias 08, 09 e 10 de outubro, quando estará afastado dos trabalhos da Casa, para tratar de assuntos partidários em seu Estado. Aprovado. **Item 47:** Requerimento nº 413/96-M, de autoria do Senador **José Serra** solicitando, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, licença para tratar de assuntos particulares nos dias 08 e 09 de outubro. Aprovado. **Item 48:** Requerimento nº 414/96-M, de autoria do Senador **Jonas Pinheiro** solicitando, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, licença para tratar de interesse particular nos dias 08, 09 e 10 de outubro, considerando-se o agravamento do estado de saúde de pessoa da família. Aprovado. **Item 49:** Requerimento nº 415/96-M, de autoria do Senador **Darcy Ribeiro** solicitando, nos termos da Resolução nº 37, de 1995, seja considerado como licença para tratamento de saúde o seu afastamento aos trabalhos da Casa nos dias 10, 11 e 12 de setembro. Aprovado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno. **Item 50:** Requerimento nº 416/96-M, de autoria do Senador **José Alves** solicitando, nos termos do art. 56, item II, da Constituição Federal, e do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, licença no período de 12 a 26 de outubro, quando estará ausente dos trabalhos da Casa para breve viagem ao exterior. Aprovado. **Item 51:** Requerimento nº 417/96-M, de autoria do Senador **Coutinho Jorge** solicitando, nos termos do art. 13 do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, seja considerada como licença autorizada a sua ausência nos dias 16, 17, 18, 21 e 22 de outubro, quando estará participando, sem ônus para o Senado, da reunião do Parlamento Latino Americano a realizar-se em Havana - Cuba, no período de 18 a 20 de outubro, na qualidade de Presidente da Comissão de Assuntos Culturais, Educação, Ciência e Tecnologia do mencionado organismo internacional. Aprovado. **Item 52:** a Mesa recebeu, nos termos do art. 39, alínea a, do Regimento Interno, comunicações de ausência do País, dos Srs. Senadores **Gilberto**

Miranda, no dia 23 de agosto, para breve viagem à República do Paraguai, com o objetivo de manter contato com o Senhor Presidente daquele País, acerca de assunto relacionado com o Sistema Financeiro Nacional, previsto no art. 192 da Constituição Federal; **Fernando Bezerra**, no período de 29 de agosto a 13 de setembro, quando estará participando de reuniões da Comissão de Organização da OIT - Organização Internacional do Trabalho e OIE - Organização Internacional dos Empresários, na Inglaterra e França. Posteriormente, dentro do referido período, viajará aos Estados Unidos da América, onde proferirá palestra sobre a Economia Brasileira na *U. S. Chamber of Commerce* e na Comissão de Comércio do Congresso Americano, além de manter audiências com o Presidente do BID e com o Secretário de Comércio dos Estados Unidos; **Onofre Quinan**, no período de 31 de agosto a 07 de setembro, para breve viagem de caráter particular; **Benedita da Silva**, no período de 11 a 13 de setembro, a fim de participar do evento Programa de Liderança e Representação da Mulher, em Manágua, capital da Nicarágua; **João Rocha**, no período de 12 a 30 de setembro, para integrar a Delegação Brasileira a 96ª Conferência Interparlamentar, a realizar-se em Pequim; **Carlos Wilson**, no período de 18 de novembro a 07 de dezembro, para integrar a Delegação Brasileira a LI Assembléia Geral das Nações Unidas; **Vilson Kleinübing** (Of. 170/96 GSKLEIN), no período de 21 de setembro a 02 de outubro, quando realizará exames médicos nos Estados Unidos da América; **Gilvam Borges**, no período de 25 de outubro a 10 de novembro, para integrar a Delegação Brasileira a LI Assembléia Geral das Nações Unidas; **Carlos Wilson**, no período de 06 a 09 de outubro, para participar, como convidado e membro, da reunião da Comissão de Agricultura do Parlamento Latino-Americano, a realizar-se em Punta Del Este, Uruguai; **José Serra**, no período de 04 a 13 de outubro. **Item 53**: Projeto de Resolução nº 02/96-CN, de autoria do **Deputado José Fortunati** e outros Parlamentares, que "Dispõe sobre a criação de Comissão Mista Permanente para Assuntos do Sistema Financeiro." A seguir, foi lido o Relatório apresentado pelo Senador Ney Suassuna. Após discussão, é aprovado o Parecer, concluindo pela rejeição da matéria, vencido o Senador Eduardo Suplicy. À Secretaria-Geral da Mesa. **Item 54**: Projeto de Resolução nº 51/96-CN, de autoria do Senador **Sebastião Rocha**, que "Institui o Prêmio Nacional de Educação Darcy Ribeiro e dá outras providências." O Senhor Presidente determina a leitura do Relatório apresentado pelo Senador Ney Suassuna. Após discutir a matéria, é o Parecer aprovado, com as emendas de nºs 01 a 04 - CDIR. À Secretaria-Geral da Mesa. **Item 55**: Sindicância nº 02/96 (Processo nº 007487/96-7, de 21-05-96, na origem), de autoria do **SETRAN** - Serviço de Transportes do Senado Federal, que

"Presta informações referentes a entrada de 01 (um) veículo VW Quantum, sem autorização, nas dependências daquele Serviço, identificando-se como Deputado Federal Augusto de Carvalho e acompanhado de um fotógrafo." A Presidência informa aos presentes que a matéria está instruída com relatório, acompanhado de minuta de ofício, apresentado pelo Senhor Corregedor. Em seguida, é feita a leitura do relatório e da minuta do referido ofício. Submetido à votação, é aprovado o Relatório, inclusive o ofício a que o mesmo se refere. À Secretaria-Geral da Mesa, para as providências cabíveis. Em seguida, o Senhor Presidente suspende a reunião, ao tempo em que determina que eu, (Raimundo Carreiro Silva), Secretário-Geral da Mesa, lavre a presente Ata. Reaberta a reunião e lida pelo Senhor Primeiro-Secretário é a Ata aprovada pelos Senadores presentes. Nada mais havendo que tratar, o Senhor Presidente, às onze horas e cinqüenta e cinco minutos, declara encerrada a reunião e assina a presente Ata.

Sala de Reuniões, em 10 de outubro de 1996.

Senador JÚLIO CAMPOS, 2º Vice-Presidente,
no exercício da Presidência

**ATO DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO
Nº 16 , DE 1996**

Altera o Ato do Primeiro-Secretário
nº 02, de 1995.

O PRIMEIRO-SECRETÁRIO DO SENADO FEDERAL, no desempenho de suas atribuições regimentais e regulamentares, nos termos do disposto no art. 57, "j", do Regimento Interno, instituído pela Resolução nº 93, de 1970, combinado com o disposto no art. 2º, da Resolução nº 18, de 1989, e tendo em vista a necessidade de se aprimorar as normas de segurança em vigor na Casa,

R E S O L V E :

Art. 1º O art. 6º do Ato do Primeiro-Secretário nº 02, de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º. A circulação de veículos pelo Subsolo do Anexo II deverá restringir-se a:

I - veículos transportando Senadores e Autoridades abrangidas pelo art. 4º;

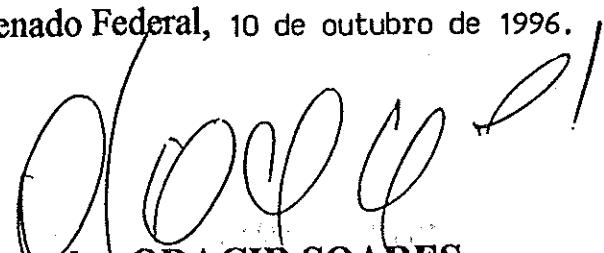
II - veículo oficiais da Câmara e do Senado;

III - veículos de serviço destinados àquela área."

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 10 de outubro de 1996.



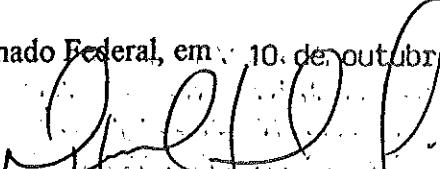
Senador **ODACIR SOARES**
Primeiro-Secretário

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1179, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 31 de agosto de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 006.167/95-0,

R E S O L V E alterar o Ato nº 232, de 1992, que aposentou **CLÓVIS CORRÊA PACHECO**, Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Nível III, Padrão 45, para substituir a vantagem prevista no artigo 517, inciso III, do Regulamento Administrativo do Senado Federal pelas vantagens previstas nos artigos 1º, 3º e 12 da Resolução SF nº 74/94 c/c a Medida Provisória nº 1.160/95, de 27.10.95 e suas reedições, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 10 de outubro de 1996.



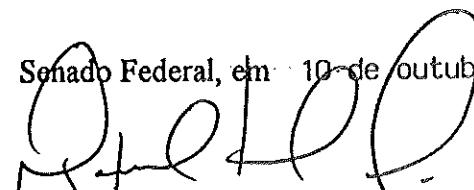
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1180, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 31 de agosto de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 012.827/96-7,

RESOLVE aposentar, voluntariamente, **ANIVAL TEODORO MACHADO**, Analista Legislativo, Área 2 - Especialidade Processo Legislativo, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "c", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea "o", e 67 da Lei nº 8.112, de 1990; bem assim com as vantagens previstas no artigo 34, § 2º, da Resolução SF nº 42, de 1993, nos artigos 1º, 3º e 12 da Resolução SF nº 74, de 1994, e Ato do Diretor-Geral nº 148/94, com a transformação determinada pela Medida Provisória nº 1.480-21/96, publicada em 30.08.96, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 10 de outubro de 1996.



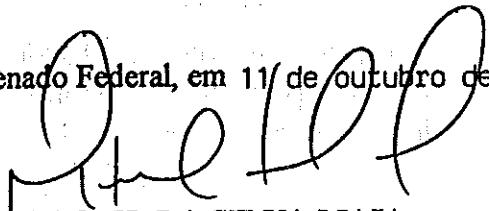
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1181, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 31 de agosto de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 006.653/91-8,

R E S O L V E alterar o Ato nº 266, de 1991, que aposentou **ESPEDITO BINA**, Analista Legislativo, Área de Polícia e Segurança, Nível III, Padrão 45, com fundamento no artigo 40, inciso III, alínea "a", da Constituição da República Federativa do Brasil, para substituir o inciso I do artigo 192 da Lei nº 8.112/90 pelo inciso II desse mesmo artigo, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 11 de outubro de 1996.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DO PRODASEN

NÚMERO 02, DE 1996

**APROVA A NOVA TABELA DE
CUSTOS DOS SERVIÇOS
PRESTADOS PELO PRODASEN.**

O Presidente do Conselho de Supervisão do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 2º, c/c o § 2º do Art. 11, do Regulamento do PRODASEN, aprovado pelo Ato no. 19, de 1976, da Comissão Diretora do Senado Federal, com suas alterações posteriores, e tendo em vista o que consta do processo nº PD0466/95-6, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Tabela de Custo dos serviços prestados pelo PRODASEN, na forma dos Anexos I, II e III deste Ato.

Art. 2º A Tabela de Custos terá vigência a partir de 1º de outubro de 1996 e será corrigida, anualmente, pela variação nominal do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP/DI ocorrida nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores.

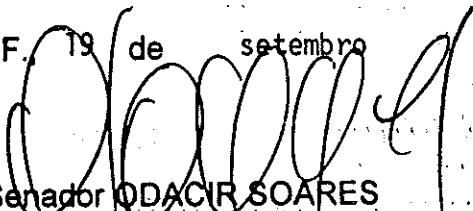
Parágrafo Único - Ficam prorrogados até a entrada em vigor da nova tabela, os preços praticados pelo PRODASEN com base na tabela anterior.

Art. 3º A cada dois anos a Tabela de Custos será revista e ajustada à efetiva variação dos itens de custo que lhe deram origem.

Art. 4º Fica o Diretor Executivo do PRODASEN autorizado a incluir na tabela novos itens de custo não previstos anteriormente, assim como a retirada de itens que se tornarem inadequados ou inexistentes, pela implantação de novas tecnologias.

Art. 5º As alterações de que trata o artigo anterior serão comunicadas ao Presidente do Conselho de Supervisão no prazo de 10 (dez) dias da sua ocorrência.

Art. 6º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília-DF, 19 de setembro de 1996

Senador ODACIR SOARES
Presidente do Conselho de Supervisão
do PRODASEN

ANEXO I

VIGÊNCIA: 01/10/96

DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	VALOR (R\$)
1. Equipamento Central		
1.01 - Unidades de Serviço de CPU/Memória	milheiro	0,01
2. Periféricos		
2.01 - Unidades de Serviço de Disco	milheiro	0,07
2.02 - Armazenamento em Disco	trilha	0,16
2.03 - Unidades de Serviço de Fita	milheiro	0,17
2.04 - Armazenamento em Fita	volume	0,17
2.05 - Impressão no Equip. IBM 3900	milheiro	232,39
2.06 - Impressão no Equip. Xerox 4635	milheiro	376,39
3. Teleprocessamento		
3.01 - Minuto de Acesso SICON	minuto	0,67
3.02 - Assinatura Mensal	unidade	722,39
3.03 - Comando "Print" - Impressora Central	página	0,36
3.04 - Comando "Copy" - Impressora Local	página	0,12
3.05 - Aluguel - Terminal de Vídeo	unidade	95,14
3.06 - Aluguel - Terminal Impressora	unidade	164,04
3.07 - Aluguel - Microcomputador	unidade	72,36
3.08 - Treinamento Pesquisa e Operação de Terminal	unidade	478,97
3.09 - Emissão de Exemplares de Índice ou Kwoc de Thesaurus/VCBS		221,85
4. Sistema de Endereçamento		
4.01 - Emissão de Etiquetas	milheiro	17,62
5. Cópia de Arquivos - Custo da Informação		
5.01 - Registros de Arquivo de Endereç. do Prodases	milheiro	19,72
5.02 - Registros de Arquivo de Endereç. do Usuário	milheiro	1,94
5.03 - Registros de Banco de Dados	milheiro	49,30

ANEXO II

VIGÊNCIA: 01/10/96

DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	VALOR R\$(*)
1. Suprimentos		
1.01 - Minidisco dupla face de 5 1/4 polegada HD	unidade	0,60
1.02 - Minidisco dupla face de 5 1/4 polegada DD	unidade	0,50
1.03 - Minidisco dupla face de 3 1/2 polegada HD	unidade	0,70
1.04 - Fita de nylon para impressora 3287	unidade	15,99
1.05 - Fita de nylon para Elebra 8010,	unidade	3,00
Proceda e Rima		
1.06 - Papel A.4 para impressora X-9700	milheiro	9,26
1.07 - Formulário cont. de 01 via para 3.900 (mod. I)	milheiro	18,00
1.08 - Formulário cont. de 01 via para 3.900 (mod. II)	milheiro	22,00
1.09 - Formulário cont. corresp. Senado Federal	milheiro	30,00
1.10 - Formulário cont. nota de empenho	milheiro	16,00
1.11 - Formulário cont. etiqueta 02 colunas picotada	milheiro	7,10
1.12 - Formulário cont. etiqueta 03 colunas	milheiro	5,60
1.13 - Cabo coaxial	metro	1,22
1.14 - Conector para cabo coaxial	unidade	4,90
1.15 - Revelador para impressora X-9.790	unidade	487,46
1.16 - Toner para impressora X-9.790	unidade	91,96
1.17 - Developer para impressora 3.900	unidade	276,15
1.18 - Toner para impressora 3.900	unidade	76,22
1.19 - Splicing tape IBM para 3.900	rolo	7,99
1.20 - Formulário cont. correspondência PRODASEN	milheiro	30,00
1.21 - Emenda para conector de cabo coaxial	peça	4,73
1.22 - Tomada trifásica	peça	3,95
1.23 - Plugue trifásico	peça	2,85
1.24 - Régua para tomada tripolar	peça	35,85
1.25 - Cartucho de Tinta para imp. HP DeskJet PB	unidade	26,14
1.26 - Cartucho de Tinta para imp. HP DeskJet COR	unidade	38,00
1.27 - Fita refil nylon para imp. Grafix GS1.000	unidade	(sem uso)

1.28 - Cartucho metálico comp. p/ imp. Grafix	unidade	(sem uso)
1.29 - Kit toner p/ imp. Epson 0927	unidade	213,6
1.30 - Kit toner p/ imp. Xerox 4510	unidade	182,75
1.31 - Kit toner p/ imp. Laser QMS	unidade	195,00
1.32 - Kit tiner p/ imp. Laser Jet IV	caixa	146,80
1.33 - Etiqueta 3 colunas personal. A-4 p/ imp. Laser	milheiro	7,69
1.34 - Mouse Serial c/ 3 teclas	unidade	22,80
1.35 - Pad Mouse	unidade	2,93
1.36 - Cilindro p/ imp. LaserDesk	unidade	129,8
1.37 - Cilindro p/ imp. Elgin Laser 1006	unidade	134,80
1.38 - Toner p/ imp. Elgin Laser / LaserDesk	unidade	12,95

ANEXO III

CUSTOS MÃO -DE-OBRA SUJEITOS À ATUALIZAÇÃO SALARIAL

VIGÊNCIA: 01/10/96

DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	VALOR R\$
1. Mão-de-obra		
1.1 - Nível Superior		
maior referência	hora	18,28
menor referência	hora	11,09
1.2 - Nível Médio		
maior referência	hora	11,55
menor referência	hora	6,72

***ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO
DO PRODASEN
Nº 93 , DE 1996***

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN no uso das atribuições regulamentares, e de acordo com o disposto nos Atos do Primeiro-Secretário do Senado Federal nºs 09/92 e 03/95, **RESOLVE**:

Art. 1º - Designar os servidores **LUÍS RICARDO COUTO BORGES**, matrícula 561, e **OTTO LUIZ VILELA DO NASCIMENTO**, matrícula 548, para Gestores Titular e Suplente, respectivamente, do contrato celebrado entre este Órgão e a empresa abaixo relacionada:

- a) **Contrato nº 022/1994** **Processo: PD 467/86-3**
Contratado: PROCEDA TECNOLOGIA E INFORMÁTICA S/A.
Objeto: Locação e assistência técnica a 29 (vinte e nove) Unidades de Terminal de Vídeo Local PROCEDA, modelo 4278-002.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação nos Quadros de Aviso do PRODASEN, revogado o Ato nº 59/95.

Brasília, 8 de outubro de 1996

MARCO ANTONIO PAIS DOS REYS
Diretor-Executivo

***ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO
DO PRODASEN
Nº 94 , DE 1996***

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN no uso das atribuições regulamentares, e de acordo com o disposto nos Atos do Primeiro-Secretário do Senado Federal nºs 09/92 e 03/95, **RESOLVE**:

Art. 1º - Designar os servidores **CLÉZIO BORGES RABELLO**, matrícula 422, e **LUÍS RICARDO COUTO BORGES**, matrícula 561, para Gestores Titular e Suplente, respectivamente, do contrato celebrado entre este Órgão e a empresa abaixo relacionada:

a) **Contrato nº 029/1994 Processo: PD 034/94-0**,

Contratado: RWR INFORMÁTICA LTDA.

Objeto: Aquisição com prestação de serviços de instalação e garantia de funcionamento de módulos de memória tipo SIMM (Single in Line Memory Modules) para expansão da memória RAM (Random Access Memory) de propriedade do PRODASEN.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação nos Quadros de Aviso do PRODASEN, revogado o Ato nº 158/95.

Brasília, 8 de outubro de 1996

*MARCO ANTONIO PAIS DOS REYS
Diretor-Executivo*

ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO DO PRODASEN Nº 95, DE 1996

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN no uso das atribuições regulamentares, e de acordo com o disposto nos Atos do Primeiro-Secretário do Senado Federal nºs 09/92 e 03/95, **RESOLVE**:

Art. 1º - Designar os servidores **JOSÉ CARLOS DE ABREU MURICY**, matrícula 496, e **LEILA MENEZES XAVIER**, matrícula 569, para Gestores Titular e Suplente, respectivamente, do contrato celebrado entre este Órgão e a empresa abaixo relacionada:

- a) Contrato nº 032/1994 Processo: PD 485/94-2
Contratado: TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA S/A - TELEBRASÍLIA.
Objeto: Prestação do Serviço de Transporte de Sinal de Vídeo na forma de utilização, por parte do PRODASEN, de 30 canais de TV transportados unidirecionalmente através de um ENLACE DE VÍDEO em rede de cabo coaxial, ocupando a faixa de frequência que vai de 270 Mhz a 450 Mhz, do ponto de conexão do PRODASEN aos pontos de conexão da Presidência da República e do Supremo Tribunal Federal - STF.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação nos Quadros de Aviso do PRODASEN, revogado o Ato nº 62/95.

Brasília, 8 de outubro de 1996

MARCO ANTONIO PAIS DOS REYS
Diretor-Executivo

**ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO
DO PRODASEN
Nº 96, DE 1996**

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN no uso das atribuições regulamentares, e de acordo com o disposto nos Atos do Primeiro-Secretário do Senado Federal nºs 09/92 e 03/95, **RESOLVE**:

Art. 1º - Designar os servidores **ELIS REGINA LOPES**, matrícula 523, e **ROSEMARY SCHIETTI ASSUMPCÃO**, matrícula 408, para Gestores Titular e Suplente, respectivamente, do contrato celebrado entre este Órgão e a empresa abaixo relacionada:

a) **Contrato nº 061/1994 Processo: PD 290/94-7**

Contratado: NOVADATA SISTEMAS E COMPUTADORES S/A.

Objeto: Aquisição com prestação de serviços de instalação e garantia de funcionamento de 425 (quatrocentos e vinte e cinco) microcomputadores, baseados na arquitetura INTEL 80486DX.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação nos Quadros de Aviso do PRODASEN, revogado o Ato 161/95.

Brasília, 8 de outubro de 1996

MARCO ANTONIO PAIS DOS REYS
Diretor-Executivo

**ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO
DO PRODASEN
Nº 97 , DE 1996**

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN no uso das atribuições regulamentares, e de acordo com o disposto nos Atos do Primeiro-Secretário do Senado Federal nºs 09/92 e 03/95, **RESOLVE**:

Art. 1º - Designar os servidores **CLÉZIO BORGES RABELO**, matrícula 422, e **LUÍS RICARDO COUTO BORGES**, matrícula 561, para Gestores Titular e Suplente, respectivamente, do contrato celebrado entre este Órgão e a empresa abaixo relacionada:

a) **Contrato nº 028/1994 Processo: PD.034/94-0**

Contratado: SISPRO - SISTEMAS DE PROJEÇÃO, INFORMÁTICA, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO LTDA.

Objeto: Aquisição com prestação de serviços de instalação e garantia de funcionamento, de módulos de memória tipo SIMM (Single in line Memory Modules) para expansão da memória RAM (Random Access Memory) de propriedade do PRODASEN.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação nos Quadros de Aviso do PRODASEN, revogado o Ato 157/95.

Brasília, 8 de outubro de 1996

MARCO ANTONIO PAIS DOS REYS
Diretor-Executivo

ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO DO PRODASEN Nº 98, DE 1996

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN no uso das atribuições regulamentares, e de acordo com o disposto nos Atos do Primeiro-Secretário do Senado Federal nºs 09/92 e 03/95, **RESOLVE**:

Art. 1º - Designar os servidores **LUÍS RICARDO COUTO BORGES**, matrícula 561, e **OTTO LUIZ VILELA DO NASCIMENTO**, matrícula 548, para Gestores Titular e Suplente, respectivamente, do contrato celebrado entre este Órgão e a empresa abaixo relacionada:

a) **Contrato nº 004/1994 Processo: PD 022/94-2**

Contratado: TRIGGER ENGENHARIA & PLANEJAMENTO LTDA.

Objeto: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo eventuais substituições de peças, para diversos equipamentos.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação nos Quadros de Aviso do PRODASEN.

Brasília, 8 de outubro de 1996

MARCO ANTONIO PAIS DOS REYS
Diretor-Executivo

**ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO
DO PRODASEN
Nº 99, DE 1996**

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN no uso das atribuições regulamentares, e de acordo com o disposto nos Atos do Primeiro-Secretário do Senado Federal nºs 09/92 e 03/95, **RESOLVE**:

Art. 1º - Designar os servidores **MARIA DAS GRAÇAS TAKANO**, matrícula 088, e **AIRES PEREIRA DAS NEVES JÚNIOR**, matrícula 538, para Gestores Titular e Suplente, respectivamente, do contrato celebrado entre este Órgão e a empresa abaixo relacionada:

a) **Contrato nº 067/1994 Processo: PD 375/94-2**

Contratado: XEROX DO BRASIL LTDA.

Objeto: Aquisição com prestação de serviços de instalação e garantia de funcionamento, de 03 (três) impressoras laser, PostScript, modelo X4510 PS, velocidade de 10 ppm (dez páginas por minuto).

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação nos Quadros de Aviso do PRODASEN, revogado o Ato 64/95, no que se refere ao contrato citado no artigo anterior.

Brasília, 8 de outubro de 1996

MARCO ANTONIO PAIS DOS REYS
Diretor-Executivo

**ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO
DO PRODASEN
Nº 100, DE 1996**

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN no uso das atribuições regulamentares, e de acordo com o disposto nos Atos do Primeiro-Secretário do Senado Federal nºs 09/92 e 03/95, **RESOLVE**:

Art. 1º - Designar os servidores **CLÉZIO BORGES RABELO**, matrícula 422, e **EUZÉBIO DALVI**, matrícula 486, para Gestores Titular e Suplente, respectivamente, do contrato celebrado entre este Órgão e a empresa abaixo relacionada:

a) **Contrato nº 009/1996 Processo: PD 468/95-9**

Contratado: ZETHA COMUNICAÇÃO DE DADOS LTDA.

Objeto: Prestação de serviços de ampliação de 757 (setecentos e cinquenta e sete) pontos de dados do sistema de cabeamento para redes locais tipo TOKEN-RING, (padrão IEEE 802.5 / ISO 8802.5), com instalação, desobstrução de dutos e fornecimento de materiais, no complexo predial do SENADO FEDERAL e Órgãos Supervisionados.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação nos Quadros de Aviso do PRODASEN, revogado o Ato 16/96.

Brasília, 8 de outubro de 1996

MARCO ANTONIO PAIS DOS REYS
Diretor-Executivo

ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO DO PRODASEN Nº 101, DE 1996

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN no uso das atribuições regulamentares, e de acordo com o disposto nos Atos do Primeiro-Secretário do Senado Federal nºs 09/92 e 03/95, **RESOLVE**:

Art. 1º - Designar os servidores **LUÍS RICARDO COUTO BORGES**, matrícula 561, e **OTTO LUIZ VILELA DO NASCIMENTO**, matrícula 548, para Gestores Titular e Suplente, respectivamente, do contrato celebrado entre este Órgão e a empresa abaixo relacionada:

a) **Contrato nº 060/1994 Processo: PD 290/94-7**

Contratado: DISMAC INDUSTRIAL S/A

Objeto: Aquisição com prestação de serviços de instalação e garantia de funcionamento, de 60 (sessenta) microcomputadores, marca DISMAC/ ALFA DIGITAL, modelo FOREST 486 DX4/ 100, frequência de clock de 100 Mhz (cem megahertz), monitor de vídeo policromático de 17" (dezessete) polegadas, placa controladora de vídeo com acelerador gráfico incorporado, atendendo ao padrão PCI, com 02 MB (dois Megabytes), disco rígido de 540 MB (quinhentos e quarenta Megabytes), memória RAM (Random Acess Memory) de 16 MB (dezesseis Megabytes) e placa Token Ring.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação nos Quadros de Aviso do PRODASEN, revogado o Ato nº 167/95.

Brasília, 8 de outubro de 1996

*MARCO ANTONIO PAIS DOS REYS
Diretor-Executivo*

**ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO
DO PRODASEN
Nº 102, DE 1996**

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN no uso das atribuições regulamentares, e de acordo com o disposto nos Atos do Primeiro-Secretário do Senado Federal nºs 09/92 e 03/95, **RESOLVE**:

Art. 1º - Designar os servidores **CLÉZIO BORGES RABELLO**, matrícula 422, e **OTTO LUIZ VILELA DO NASCIMENTO**, matrícula 548, para Gestores Titular e Suplente, respectivamente, do contrato celebrado entre este Órgão e a empresa abaixo relacionada:

- a) **Contrato nº 012/1996 - Processo: PD 501/95-6**
- **Contratado:** NETWAY DATACOM COMÉRCIO DE SISTEMAS
- **Para:** PARÁ INFORMÁTICA LTDA.
- **Objeto:** Aquisição de equipamentos de comunicação para rede local tipo TOKEN-RING, (padrão IEEE 802.5 / ISO 8802.5), no complexo predial do Senado Federal, com prestação de serviços de instalação e assistência técnica através de manutenções preventiva e corretiva com fornecimento de peças novas e originais.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação nos Quadros de Aviso do PRODASEN, revogado o Ato nº 28/96.

Brasília, 8 de outubro de 1996

MARCO ANTONIO PAIS DOS REYS
Diretor-Executivo

ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO DO PRODASEN

Nº 103, 1996

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 14, inciso XIV, combinado com o Art. 40, §§ 1º e 2º, do Régulamento do PRODASEN, aprovado pelo Ato nº 19 de 1976, da Comissão Diretora do Senado Federal, com suas alterações posteriores, e tendo em vista o que consta do Processo nº PD0254/96-7, **RESOLVE**:

I - Considerar reconstituída a Comissão Especial de que trata o Ato do Diretor-Executivo nº 18, de 1996, durante o período de 1º de junho a 09 de setembro de 1996, período necessário para conclusão das atividades programadas e realização do leilão dos materiais inservíveis do PRODASEN, realizado em conjunto com o Senado Federal.

II - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação nos Quadros de Aviso do PRODASEN.

Brasília, 10º de outubro de 1996.

MARCO ANTONIO PAIS DOS REYS
Diretor-Executivo

MESA
Presidente
José Samey - PMDB - AP
1º Vice-Presidente
Tecônico Vilela Filho - PSDB - AL
2º Vice-Presidente
Júlio Campos - PFL - MT
1º Secretário
Odacir Soares - PFL - RO
2º Secretário
Renan Calheiros - PMDB - AL
3º Secretário
Levy Dias - PPB - MS
4º Secretário
Ermalino Amorim - PMDB - RO

Suplentes de Secretário
Antônio Carlos Valadares - PSB - SE
Eduardo Suplicy - PT - SP
Ney Suassuna - PMDB - PB
Emilia Fernandes - PTB - RS

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
Corregedor
(Eleito em 16-3-95)
Romeu Tuma - PSL - SP

Corregedores - Substitutos
(Eleitos em 16-3-95)
1º Senador Ramez Tebet - PMDB - MS
2º Senador Joel de Hollanda - PFL - PE
3º Senador Lúcio Alcântara - PSD - CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Designação: 16 e 23-11-95)
Nabor Júnior - PMDB - AC
Waldeck Ornelas - PFL - BA
Emilia Fernandes - PTB - RS
José Ignácio Ferreira - PSDB - ES
Lauro Campos - PT - DF

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder
Elié Alvarenga - PFL - ES

Vice-Líderes
José Roberto Arruda - PSDB - DF
Wilson Kleinjubing - PFL - SC
Ramez Tebet - PMDB - MS

LIDERANÇA DO PMDB

Líder
Jáder Barbalho

Vice-Líderes
Ronaldo Cunha Lima
Nabor Júnior
Gerson Camata
Carlos Bezerra
Ney Suassuna
Gilvam Borges
Fernando Bezerra
Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL

Líder
Hugo Napoleão
Vice-Líderes
Edison Lobão
Francelino Pereira
Joel de Hollanda
Romero Jucá

LIDERANÇA DO PSDB

Líder
Sérgio Machado
Vice-Líderes
Geraldo Melo
José Ignácio Ferreira
Lúdio Coelho

LIDERANÇA DO PPB

Líder
Eustáquio Cafeteira

Vice-Líder
Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PT

Líder
José Eduardo Dutra

Vice-Líder
Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB

Líder
Valmir Campelo

Vice-Líder

LIDERANÇA DO PDT

Líder
Júnia Marise

Vice-Líder
Sebastião Rocha

LIDERANÇA DO PSB

Líder
Ademir Andrade

LIDERANÇA DO PPS

Líder
Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSL

Líder
Romeu Tuma

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19.4.95)

Presidente: Casildo Maldaner - PMDB - SC

Vice-Presidente: José Alves - PFL - SE

(Eleitos em 28.2.96)

Titulares

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. Élcio Álvares
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

1. Lúcio Alcântara
2. (vago)

1. Epitácio Cafeteira
2. Osmar Dias (PSDB)

1. Emilia Fernandes

1. Marina Silva

1. Darcy Ribeiro

PMDB

1. Onofre Quinan
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

PFL

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinbing
4. José Bianco

PSDB

1. Jefferson Péres
2. José Ignácio Ferreira

PPB (ex-PPR + ex-PP)

1. Lucídio Portella
2. Antônio Carlos Valadares (PSB)

PTB

1. Artindo Porto

PT

1. Lauro Campos

PDT

1. Sebastião Rocha

Membro Nato

Romeu Tuma (Corregedor)

SENADO FEDERAL
SECRETARIA LEGISLATIVA

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)
CARLOS GUILHERME FONSECA (Ramal: 3510)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: ANTONIO CARLOS P. FONSECA (Ramal: 4604)
CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
IZAIAS FARIA DE ABREU (Ramal: 3935)
PAULO ROBERTO A. CAMPOS (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA

VICE-PRESIDENTE: VAGO *1

(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PMDB

GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
JADER BARBALHO	PA-3051/53	6-HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/42
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	8-VAGO	

PFL

FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	3- WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80	7-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97

PSDB

BENI VERAS	CE-3242/43	1-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	2-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
VAGO *1		3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
OSMAR DIAS	PR-2121/22	5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393

PPB

EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-SANDRA GUIDI	SC-4206/07
JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72	2-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56

PT

LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1- JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
EDUARDO SUPLICY	SP-3213/15	2- VAGO	

PTB

VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
----------------	--------------	--------------------------	------------

PDT

JÚNIA MARISE	MG-4751/52	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
--------------	------------	-------------------	------------

PSB

ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	1-ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04
----------------	------------	------------------------	------------

*1 - aguardando indicação da liderança, tendo em vista que o Senador JOSÉ SERRA - titular da cadeira - reassumiu sua vaga no Senado.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.

SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA N° 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255

FAX: 311-4344

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON
(29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PMDB

CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
GILVAN BORGES	AP-2151/57	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/50
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	3-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/47	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	5-VAGO	
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	
VAGO		9-VAGO	

PFL

ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2411/12	3-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	4-FREITAS NETO	PI-2131/37
BELLO PARGA	MA-3069/72	5-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	6-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	7-BÉRNARDO CABRAL	AM-2081/87
VAGO		8-VAGO	

PSDB

BENI VERAS	CE-3242/43	1-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-GERALDO MELO	RN-2371/77
CARLOS WILSON	PE-2451/57	3-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
OSMAR DIAS	PR-2121/22	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12

PPB

LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/57	1-EPITÁCIO CAFETERIA	MA-4073/74
JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/77	2-SANDRA GUIDI	SC-4206/07

PT

MARINA SILVA	AC-2181/87	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	2-VAGO	

PTB

VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	1-EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32
----------------	--------------	--------------------	------------

PDT

DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31	1-JUNIA MARISE	MG-7453/4018
---------------	------------	----------------	--------------

PSB

ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-VAGO
----------------------	------------	--------

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.

SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ

FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359

FAX: 311-3652

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE
 VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA
 (23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
IRIS REZENDE	1- VAGO
RONALDO CUNHA LIMA	2-PEDRO SIMON
ROBERTO REQUIÃO	3-GILVAN BORGES
JOSÉ FOGAÇA	4-CARLOS BEZERRA
RAMEZ TEBET	5-GILBERTO MIRANDA
FERNANDO BEZERRA	6-HENRIQUE LOYOLA
NEY SUASSUNA	7-VAGO
PFL	
GUILHERME PALMEIRA	1-ELCIO ALVARES
EDISON LOBÃO	2-CARLOS PATROCÍNIO
JOSÉ BIANCO	3-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES
BERNARDO CABRAL	4-HUGO NAPOLEÃO
FRANCELINO PEREIRA	5-JOSÉ AGRIPIÑO
JOSAPHAT MARINHO	6-FREITAS NETO
PSDB	
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	1-BENI VERAS
LÚCIO ALCÂNTARA	2-ARTUR DA TÁVOLA
JEFFERSON PERES	3-VAGO
SÉRGIO MACHADO	4-VAGO
PPB	
EPITÁCIO CAFETEIRA	1-SANDRA GUIDI
PT	
JOSÉ EDUARDO DUTRA	1-BENEDITA DA SILVA
PTB	
REGINA ASSUMPÇÃO	1-JOSÉ EDUADRO A. VIEIRA
PDT	
DARCY RIBEIRO	1-JÚNIA MARISE
PSB	
ANTONIO C. VALADARES	1-ADEMIR ANDRADE
PPS / PSL	
ROBERTO FREIRE	1- VAGO
ROMEU TUMA *1	SP-2051/67

*1 - Os Senadores ROBERTO FREIRE e ROMEU TUMA Indicaram-se para a mesma vaga, conforme Of. 105/96-SF/GSRFRE e o Of. 099/96-GSTR

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
 SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA N° 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
 FAX: 311- 4315

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES
(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
IRIS REZENDE	GO-2031/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
GERSON CAMATA	ES-3203/04
JADER BARBALHO	PA-2441/42
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
VAGO	8-VAGO
PFL	
JOÃO ROCHA	TO-4070/71
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
ELCIO ALVARES	ES-3130/32
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77
PSDB	
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32
CARLOS WILSON	PE-2451/57
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PPB	
SANDRA GUIDI	SC-4206/07
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
PT	
MARINA SILVA	AC-2181/82
LAURO CAMPOS	DF-2341/42
PTB	
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32
PDT	
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30
PSB	
VAGO	1-VAGO

*1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - vaga cedida pelo PT

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

- 1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente
 2 - PSB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA N° 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
 FAX: 311-3121

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC
PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES
(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
RAMEZ TEBET	MS-2222/23
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
FLAVIANO MELO	AC-3493/94
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40
JADER BARBALHO	PA-2441/42
PFL	
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69
JOSÉ ALVES	SE-4055/56
EDISON LOBÃO	MA-2311/12
PSDB	
CARLOS WILSON	PE-2451/52
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PPB	
SANDRA GUIDI	SC-4206/07
PT	
EDUARDO SUPLICY	SP-3215/16
PTB	
JOSE EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
PDT	
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30
PSB / PPS	
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS
SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA N° 06 ALA SENADOR NILO COELHO
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254
FAX: 311-1060

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPINO MAIA
 VICE-PRESIDENTE: SENADORA REGINA ASSUMPÇÃO
 (23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
VAGO	
PFL	
FREITAS NETO	PI-2131/2132
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132
JOEL HOLLANDA	PE-3197/3199
PSDB	
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2012
VAGO	
PPB	
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/3057
PDT	
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247
PTB	
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321
PT	
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397
PSB	
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107
PPS / PSL	
ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162
	1-ROBERTO REQUIÃO
	2-NEY SUASSUNA
	2-VAGO
	4-GILBERTO MIRANDA
	5-CARLOS BEZERRA
	6-VAGO
	7-VAGO
	1-CARLOS PATROCÍNIO
	2-JOSAPHAT MARINHO
	3-JONAS PINHEIRO
	4-GUILHERME PALMEIRA
	5-WALDECK ORNELAS
	6-JOSÉ ALVES
	1-GERALDO MELO
	2-CARLOS WILSON
	3-COUTINHO JORGE
	4-OSMAR DIAS
	1-JOSÉ BONIFÁCIO
	1-DARCY RIBEIRO
	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA
	1-MARINA SILVA
	1-VAGO
	1-ROMEU TUMA

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
 TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)
 FAX: 311-3286

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

(19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
RAMEZ TEBET	MS-2222/23
FLAVIANO MELO	AC-3493/94
HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/47
PEDRO SIMON	RS-3230/31
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57
PFL	
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
PSDB	
GERALDO MELO	RN-2371/77
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
LÚDIO COELHO	MS-2381/87
PPB	
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
PT	
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
PTB	
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34
PDT	
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47
PSB / PPS	
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

*1 - ROMEU TUMA (PSL) - vaga cedida pelo PMDB

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
 SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA N° 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
 FAX: 311-3546

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)
 (Designada em 25-4-95)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN
Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER
Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO
Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PMDB
José Fogaça Casildo Maldaner	Marluce Pinto ¹ Roberto Requiso
	PFL
Vilson Kleinübing Romero Jucá	Joel da Hollanda Júlio Campos
	PSDB
Lúdio Coelho	Geraldo Melo
	PPB
Edílio Artis	
Emilia Fernandes	PTB

Osmar Dias²

PP

PT

Benedita da Silva
Eduardo Suplicy
Lauro Campos

DEPUTADOS

Titulares

Luciano Pizzatto
Paulo Bornhausen

Suplentes

Antônio Uesó
José Carlos Vieira

PMDB

Paulo Ritzel
Valdir Colatto

Eliane Abrahão
Rivaldo Macari

PSDB

Franco Montoro

Yeda Crusius

PPB

Feder Júnior³⁴

João Pizzolatti

PP

Dilceu Sperafico

Augustinho Freitas

PT

Miguel Rossetto

Luiz Meinardi

¹ Pedro Simão substituído por Marluce Pinto, em 2-10-95.

² Filiado ao PSDB em 22-6-95.

³ Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95

⁴ Júlio Redecker substituído por Feder Júnior, em 1º-2-96



EDIÇÃO DE HOJE: 80 PÁGINAS